

Relatório Anual de Atividades

2018



Instituto Nacional de
Investigação Agrária e
Veterinária, I.P.



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

AGRICULTURA, FLORESTAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL

Ficha técnica:

Título:

Relatório Anual de Atividades de 2018

Editor:

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, IP
Av. da República, Quinta do Marquês, 2780-505 Oeiras, PORTUGAL
Tel: (+351) 21 440 3500/3311 Fax: (+351) 21 441 6011
www.inia.pt

Elaborado por:

Núcleo de Acompanhamento e Controlo (NAC)

Tratamento de dados, conceção, composição e grafismo:

Núcleo de Acompanhamento e Controlo (NAC)

Junho de 2019

CONTEÚDO

I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	5
i. ANÁLISE CONJUNTURAL	5
ii. METODOLOGIA	6
iii. CARATERIZAÇÃO DO INIAV	7
a. Enquadramento Legal	7
b. Missão, Visão, Valores, Lema e Atribuições	7
c. Estrutura Orgânica	8
II. AUTOAVALIAÇÃO	9
i. RESULTADOS ALCANÇADOS.....	9
a. Objetivos Estratégicos	9
b. Objetivos Operacionais	10
c. Indicadores e Metas	11
d. Análise Quantitativa dos Resultados Alcançados.....	11
e. Expressão Qualitativa da Avaliação.....	13
ii. DESVIOS VERIFICADOS	13
iii. APRECIACÃO DOS UTILIZADORES	14
iv. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	15
v. REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO	16
III. RECURSOS AFECTOS.....	18
i. RECURSOS HUMANOS	18
ii. RECURSOS FINANCEIROS	18
IV. SÍNTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA	21
i. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES.....	21
a. Investigação E Desenvolvimento de projetos de I&DT+I	22
b. Prestação de Serviços Especializados.....	25
c. Apoio à Formação Académica e Profissional	25
d. Apoio à Formulação de Políticas Públicas	26
e. Representação Institucional.....	26
f. Gestão da Qualidade	27
g. Sustentabilidade Económica e Financeira	28
h. Atividades de Suporte	29
ii. APURAMENTO DE RESULTADOS DO PAA	31

iii. OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE	32
a. Publicidade Institucional.....	32
b. Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado	32
c. Simplificação e Modernização Administrativa.....	32
d. Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.....	36
V. AVALIAÇÃO FINAL	37
i. APRECIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS.....	37
ii. MENÇÃO PROPOSTA.....	37
iii. Conclusões Prospetivas	37
Siglas.....	38
Anexos	39

I. NOTA INTRODUTÓRIA

i. ANÁLISE CONJUNTURAL

No ano de 2018, prosseguiu-se a implementação da estratégia do INIAV, em linha com o previsto, nomeadamente ao nível da investigação e inovação, dos recursos genéticos, de reforço dos Laboratórios Nacionais de Referência e da modernização do INIAV, no seu conjunto.

As equipas do INIAV, nas suas diferentes valências, viram, ao longo deste ano, aprovado um conjunto de projetos muito significativo, nas várias fileiras com que o INIAV desenvolve atividade, reforçando desta forma, a sua ligação aos parceiros e a sua intervenção em todo o território.

Por outro lado, foram apresentadas candidaturas a grandes projetos estruturantes, com o objetivo de reforçar a capacidade instalada, quer ao nível das Estações Experimentais, quer ao nível dos Laboratórios Nacionais de Referência. Estes investimentos complementam os dos projetos em curso, no âmbito da modernização administrativa e da eficiência energética.

Também no domínio da modernização administrativa, importa salientar a prossecução da implementação do sistema integrado de gestão SIG INIAV, passo relevante e transversal a toda a dimensão administrativa do INIAV.

Ainda no que respeita ao aumento da capacidade operacional, importa realçar o reforço da frota do INIAV com 8 novos veículos elétricos, que constituem o primeiro passo para a renovação da frota extremamente envelhecida do Instituto, mas também são mais um sinal claro do compromisso do INIAV com a sustentabilidade.

No que diz respeito aos Recursos Humanos, fator fortemente diferenciador do INIAV, foi dado mais um passo importante com a integração nos quadros do INIAV de um conjunto significativo de colaboradores das carreiras de Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior, encontrando-se em curso a integração dos investigadores doutorados.

Toda esta atividade só foi possível devido ao forte envolvimento das equipas do INIAV, suas Unidades Estratégicas de Investigação e Serviços, dos Polos, do GSQ, GIC, GAP, GCI e RP, assim co do DRFP, DLSI e DRH.

O CD agradece, desta forma, a todos os colaboradores, o empenho e profissionalismo com que desenvolveram as suas atividades, neste ano difícil mas também desafiante.

Agradecemos, igualmente, à equipa do NAC pela forma como recolheu e tratou toda a informação vertida neste relatório.

O Conselho Diretivo

ii. METODOLOGIA

O presente Relatório Anual de Atividades (RAA) destina-se a apresentar as atividades desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018, com especial ênfase nas ações concretizadas e nos resultados alcançados face ao previsto no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) aprovado para 2018, evidenciando o grau de realização dos objetivos definidos, os desvios verificados, os recursos utilizados e a avaliação dos resultados atingidos.

Foi elaborado ao abrigo do estipulado no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, que determina a obrigatoriedade da apresentação do mesmo para todos os serviços e organismos da administração pública central, conjugado com o artigo 7º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, e pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e acolhe as diretrizes determinadas na alínea e) do nº 1 do artigo 8º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, que institui o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP), alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, 55-A/2010 e 66-B/2012, todas de 31 de dezembro.

A coordenação do processo e a elaboração do presente relatório é da responsabilidade do Núcleo de Acompanhamento e Controlo (NAC), em estreita articulação e colaboração com os demais Serviços e Unidades do Instituto.

Para a aferição do grau de execução da atividade desenvolvida no ano em referência, foi solicitado a todas as Unidades Orgânicas (UO) o seu contributo, através do preenchimento de formulários, que tiveram por base os objetivos, indicadores e metas inscritos no Plano Anual de Atividades (PAA) para 2018.

iii. CARATERIZAÇÃO DO INIAV

a. ENQUADRAMENTO LEGAL

O INIAV foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro. A sua atividade insere-se no conjunto de princípios, orientações e medidas nos termos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 69/2012, de 20 de março, que define a missão, atribuições e tipo de organização interna.

Decreto-Lei n.º 69/2012, de 20 de março	• Aprova a orgânica do INIAV
Portaria 392/2012, de 29 de novembro	• Aprova os estatutos do INIAV
Deliberação do Conselho Diretivo n.º 4/2013, de 29 de janeiro	• Cria 4 Gabinetes de Apoio Técnico e 3 Polos de Atividades
Deliberação do Conselho Diretivo n.º 11/2014, de 1 de junho	• Cria o quarto Polo de Atividades
Deliberação do Conselho Diretivo n.º 3/2017, de 23 de fevereiro	• Cria a Unidade de Tecnologia e Inovação (UTI)
Deliberação do Conselho Diretivo n.º 6/2017, de 27 de julho	• Cria o Gabinete de Gestão do Património (GGP)

b. MISSÃO, VISÃO, VALORES, LEMA E ATRIBUIÇÕES



Atribuições (de acordo com o D.L. nº 69/2012, de 20 de março)

Desenvolver as bases científicas e tecnológicas de apoio à definição de políticas públicas sectoriais;

Promover atividades de investigação, experimentação e demonstração, na linha das políticas públicas definidas para os respetivos sectores, que assegurem o apoio técnico e científico conducente ao desenvolvimento e inovação e melhoria da competitividade, nas áreas agroflorestal, da proteção das culturas, da produção alimentar, da sanidade animal e vegetal, da segurança alimentar, bem como na área das tecnologias alimentares e da biotecnologia com aplicação nas referidas áreas;

Assegurar as funções de Laboratório Nacional de Referência, nomeadamente, nas áreas da segurança alimentar e da sanidade animal e vegetal;

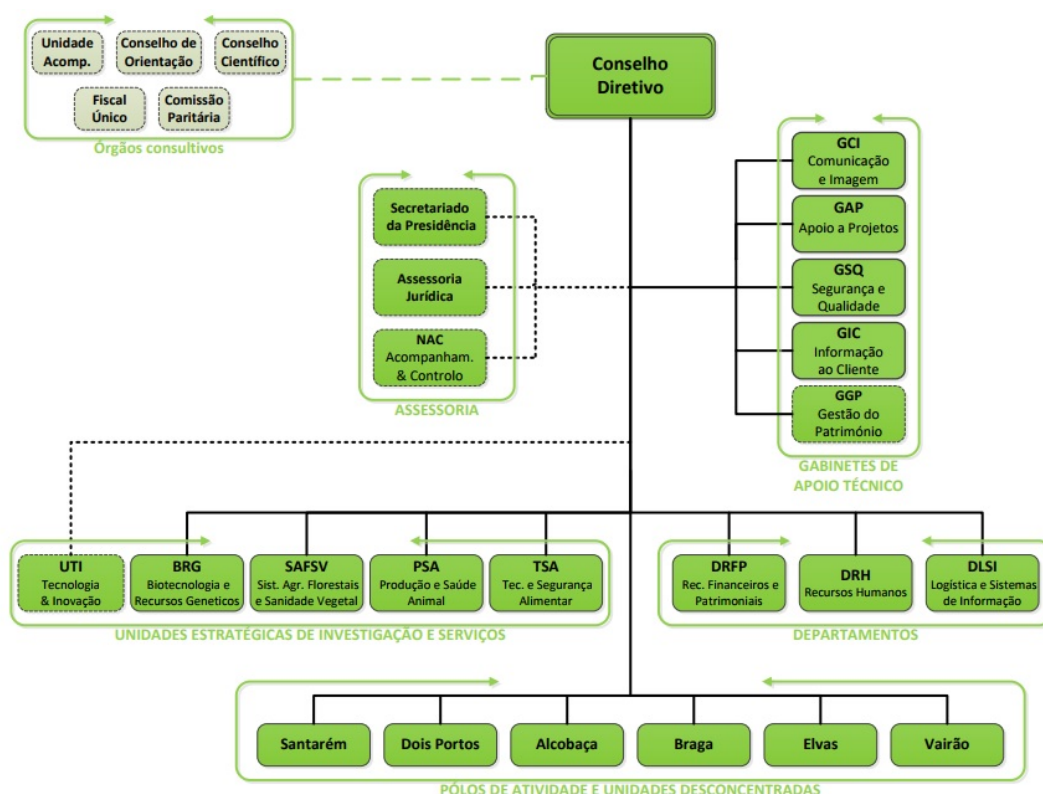
Cooperar com instituições científicas e tecnológicas afins, nacionais ou estrangeiras, e participar em atividades de ciência e tecnologia, designadamente em consórcios, redes e outras formas de trabalho conjunto, e promover o intercâmbio e a transmissão de conhecimentos com entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais, nomeadamente através da celebração de acordos e protocolos de cooperação, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Participar na elaboração dos planos oficiais de controlo nas áreas da saúde animal e vegetal e segurança alimentar;

Assegurar a realização das análises laboratoriais enquadradas nos planos oficiais de controlo coordenados pelo ex-MAMAOT, nas áreas da sua competência, designadamente, através da colocação em rede dos laboratórios acreditados já existentes.

C. ESTRUTURA ORGÂNICA

De acordo com a Portaria n.º 392/2012, de 29 de novembro, que aprova os estatutos do INIAV, a sua organização interna está estruturada da seguinte forma:



II. AUTOAVALIAÇÃO

i. RESULTADOS ALCANÇADOS

Em conformidade com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), o presente capítulo evidencia os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR proposto para 2018, aprovado pelo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação em 22/06/2018.

Decorrente da monitorização efetuada no 3º trimestre, o QUAR acima referido foi objeto de uma reformulação, tendo, então, sido propostas e aprovadas 4 alterações:

Indicador nº 3 – Meta e Valor Crítico

Indicador nº 5 – Meta, Tolerância e Valor Crítico

Indicador nº 6 – Descritivo, Meta, Tolerância e Valor Crítico

Indicador nº 8 – Descritivo, Meta, Tolerância e Valor Crítico

a. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Tendo presente as Grandes Opções do Plano (GOP's), as orientações estratégicas fletidas na Carta de Missão do Conselho Diretivo para o horizonte 2015 – 2020 e ainda as suas atribuições, o INIAV definiu, para o ano de 2018, cinco Objetivos Estratégicos:

OE1	• Impulsionar a transferência de conhecimento através de uma cultura organizacional orientada para a investigação aplicada e para a inovação
OE2	• Otimizar a capacidade operacional dos Laboratórios Nacionais de Referência do INIAV
OE3	• Promover a sustentabilidade económico-financeira das atividades desenvolvidas
OE4	• Incrementar a preservação e valorização dos recursos genéticos nacionais à guarda do Instituto
OE5	• Potenciar a relevância e prestígio dos Laboratórios Nacionais de Referência e Estações Experimentais do INIAV para o setor agroalimentar nacional

Relação entre as Grandes Opções do Plano e os Objetivos Estratégicos

GOP	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5
3 - Prioridade à inovação e internacionalização das empresas Promover a inovação nas fileiras do setor agroalimentar e florestal, conducente a uma maior eficiência na utilização e preservação dos recursos, bem como ao aumento da produtividade e da competitividade	RD			RD	RI
11 — Simplificação administrativa e valorização de funções públicas Garantir a qualidade e o profissionalismo dos agentes das Administrações Públicas	RI	RI	RI	RI	RI
26 – Valorizar a atividade agrícola e florestal e o espaço rural - Promover a competitividade das fileiras do setor agroalimentar e florestal pela transferência de conhecimento, experimentação, investigação e inovação nestes domínios - Garantir a sanidade animal e a segurança alimentar	RD	RD			RI

RD: Relação Direta
RI: Relação Indireta

b. OBJETIVOS OPERACIONAIS

Com vista à concretização dos objetivos estratégicos, foram definidos 11 objetivos operacionais, alocados aos parâmetros de Eficácia, Eficiência e Qualidade:

EFICÁCIA

- **OOP1** - Incrementar a divulgação de resultados da produção científica aplicada
- **OOP2** - Promover parcerias estratégicas de cooperação nas estações experimentais do INIAV
- **OOP3** - Incrementar a receita proveniente de projetos de investigação co-financiados
- **OOP4** - Promover a difusão e evolução dos Bancos de Germoplasma Animal e Vegetal Nacionais

EFICIÊNCIA

- **OOP5** - Melhorar o controlo de gestão e normalização dos processos de suporte
- **OOP6** - Aumentar a partilha de serviços e equipamentos na atividade operacional
- **OOP7** - Aumentar as receitas próprias através do alargamento da base de clientes e diversificação dos serviços prestados
- **OOP8** - Reduzir os custos ambientais decorrentes das atividades do INIAV

QUALIDADE

- **OOP9** - Capacitar os Colaboradores do INIAV para os objetivos estratégicos da organização
- **OOP10** - Incrementar em 20% o nº de ensaios acreditados nos Laboratórios Nacionais de Referência
- **OOP11** - Melhorar a comunicação e a satisfação de clientes e parceiros

RELAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS OPERACIONAIS

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais										
	OOP1	OOP2	OOP3	OOP4	OOP5	OOP6	OOP7	OOP8	OOP9	OOP10	OOP11
OE1	✓	✓									✓
OE2					✓	✓			✓	✓	✓
OE3		✓	✓		✓	✓	✓	✓			
OE4				✓							
OE5	✓										✓

c. INDICADORES E METAS

Para aferição do grau de realização dos objetivos, foram concebidos 13 indicadores e respetivas metas:

Parâmetro	OOP	INDICADORES	METAS
Eficácia	1	Nº de publicações científicas em revistas com <i>referee</i>	200
	2	Nº de parcerias para a investigação e inovação com empresas e organizações do sector	130
	3	Volume de receita contratualizada em projetos de IDT cofinanciados (Mil €)	7.750
	4	N.º de entradas conservadas com sucesso, nos BNG e Coleções de Referência	243.858
Eficiência	5	Nº de Manuais de procedimentos revistos ou implementados nos processos de suporte	25
	6	Variação do rácio de Gastos Fixos/Gastos Operacionais	35%
	7	Receita própria cobrada no ano (mil €)	5.500
	8	Variação do rácio Gastos Ambientais/ Gastos Operacionais	26%
Qualidade	9	Nº médio de horas de formação por trabalhador/ano	6
	10	Taxa de cobertura de ensaios acreditados dos Planos Oficiais de Controlo	75%
	11	Nível de satisfação de clientes e parceiros (de 0 a 5)	3,5
	12	Índice de Cobertura do INIAV nos Media	20
	13	Nº de eventos de divulgação promovidos ou organizados pelo INIAV	105

d. ANÁLISE QUANTITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Para a consolidação do processo de avaliação do desempenho em 2018, adotou-se uma estratégia que permitiu obter, como resultados, a monitorização e controlo do cumprimento dos objetivos através dos seguintes mecanismos:

- Definição da UO diretamente responsável pelo acompanhamento e controlo interno da execução do QUAR e do PAA, em articulação com a Direção Superior;
- Conceção de um instrumento de programação que permitiu a monitorização e controlo, objetivo a objetivo (foram efetuadas 4 monitorizações, uma por cada trimestre);
- Recolha sistemática de evidências comprovativas da execução de cada objetivo.

Nos gráficos seguintes podem observar-se as taxas de realização por Parâmetro, Objetivo Operacional e Indicador:



(R)- Objetivo mais relevante

Eficiência - 104%

OOP5 (R) 100%	OOP6 (R) 121%	OOP7 89%	OOP8 100%
Ind.5 Atingido	Ind.6 Superado	Ind.7 Não Atingido	Ind.8 Atingido

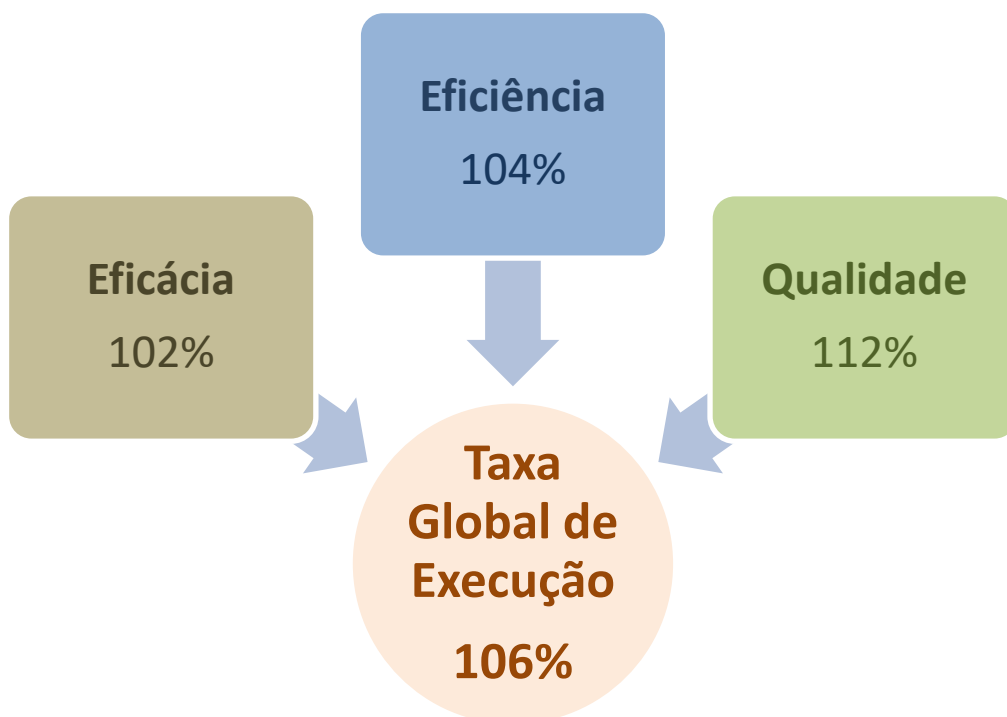
(R)- Objetivo mais relevante

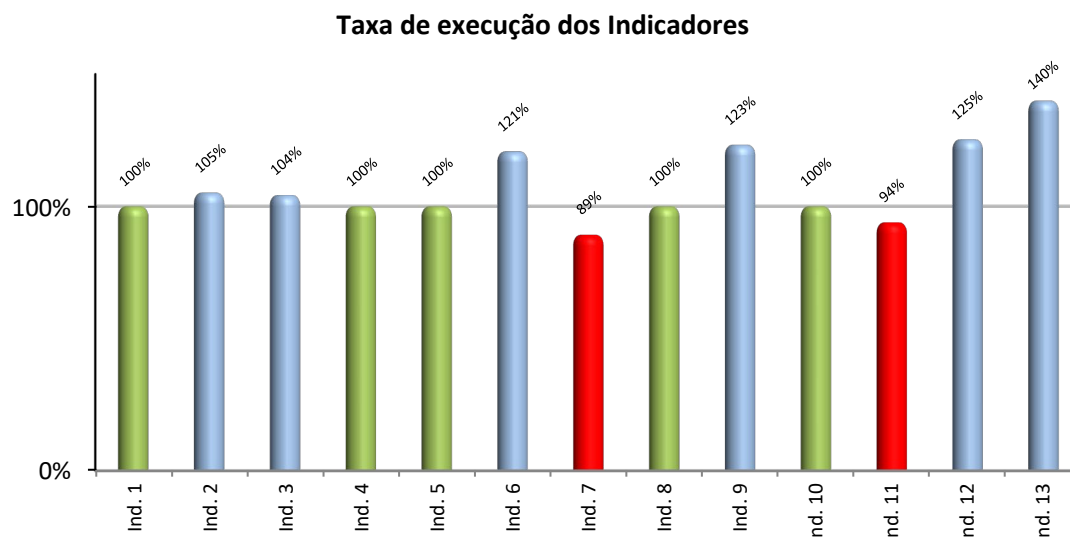
Qualidade - 121,09%

OOP9 123%	OOP10 (R) 100%	OOP11 (R) 122%		
Ind.9 Superado	Ind.10 Atingido	Ind.11 Não Atingido	Ind.12 Superado	Ind.13 Superado

(R)- Objetivo mais relevante

Execução por Parâmetro





e. EXPRESSÃO QUALITATIVA DA AVALIAÇÃO

- Conforme é evidenciado, o INIAV superou 5 dos 11 objetivos definidos, atingiu 5 e não atingiu 1, o que equivale a uma taxa de superação global, superior a 100%.
- No que respeita aos parâmetros de Eficácia, Eficiência e Qualidade, foram os três superados (102%; 104% e 112%, respetivamente).
- Relativamente às metas definidas para os 13 indicadores, foram superados 6, atingidos 5 e 2 não foram atingidos.
- Quanto aos objetivos considerados como mais relevantes, constata-se que dos 6 que foram definidos, 3 foram atingidos (OOP1, OOP5 e OOP10) e os restantes, superados (OOP2, OOP6, e OOP10).
- A Taxa Global de Execução correspondeu a 106%.

ii. DESVIOS VERIFICADOS

Da análise dos desvios mais relevantes verificados (indicadores com execução negativa ou com execução superior a 125%), constata-se que dos 13 planeados, dois não atingiram as metas que foram propostas e um superou em 40%.

Ind. 7 – Receita Própria cobrada, com uma taxa de execução de 89%;

Ind. 11 – Nível de satisfação de Clientes/Parceiros, com uma taxa de execução de 94%;

Ind. 13 - N.º de eventos de divulgação promovidos ou organizados, com uma taxa de execução de 140%.

Justificação dos desvios:

Ind 7: O resultado alcançado é justificado pelo atraso verificado na cobrança de faturas emitidas em 2018, nomeadamente, as emitidas no final do ano e cujo prazo de pagamento só termina em 2019.

Ind. 11: Reconhece-se a pertinência deste resultado, justificado por alguns atrasos na remessa aos clientes, dos resultados das análises, motivados por razões operacionais, nomeadamente as relacionadas com falhas de consumíveis e reparações tardias dos equipamentos analíticos.

Ind. 13: A taxa de execução (superior a 125%), registada neste indicador, reflete, principalmente, a dinâmica em torno da atividade de desenvolvimento de projetos que previam, nos seus planos de comunicação, a realização de colóquios/conferências, para dar a conhecer os resultados alcançados.

iii. APRECIACÃO DOS UTILIZADORES

Com o intuito de aferir o grau de satisfação dos utilizadores dos serviços do INIAV, e dando cumprimento ao estipulado na alínea a) do nº 2 do art.º 15º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, 55-A/2010 e 66-B/2012, todas de 31 de dezembro, que determina a apreciação, por parte dos utilizadores externos, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, foi realizado um inquérito, através de um questionário dirigido aos clientes do INIAV.

Este inquérito foi realizado pelo Gabinete de Qualidade e Segurança (GSQ) no período entre 15 e 30 de abril de 2019.

O Universo alvo é composto pelos clientes do Instituto registados no sistema *Nautilus* e nas bases de dados do Laboratório Químico Agrícola Rebelo da Silva (LQARS), da Unidade Estratégica de Investigação e Serviços de Sistemas Agrários e Florestais e Sanidade Vegetal (UEIS-SAFSV) e da UTI.

Foram selecionadas 2927 entidades, constituindo-se como amostra, tendo em conta o tipo de serviço prestado – Análises laboratoriais.

A taxa de resposta foi de 7%.

A média ponderada da avaliação global foi de **3,1** numa escala de 0 a 5.

A informação mais detalhada poderá ser consultada no relatório pormenorizado em anexo.

iv. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do nº2 do art.º 15º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, 55-A/2010 e 66-B/2012, todas de 31 de dezembro, que determina a avaliação do sistema de controlo interno, apresenta-se no quadro abaixo, a análise do ponto da situação.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO				
Questões	Resposta			Fundamentação/Justificação
	S	N	ND	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo?	X			Encontram-se ainda em curso na definição e distribuição de conjunto conteúdos e competências que devem estar presentes nas Equipas funcionais de auditoria e controlo tanto financeira como de processos (NAC, DRFP, GAP, ...), no âmbito das atividades do INIAV
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X			Têm sido identificadas e prosseguidas, desde 2016/2017, as áreas e ações de formação de capacitação necessárias à construção de competências específicas de auditoria, nomeadamente na vertente financeira e à luz do SNC-AP em implementação.
1.4 Estão claramente definidas valores éticos e de integridade que regem o serviço?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade da tarefa?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das Unidades Orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	75%			Sem avaliação: Dirigentes – 3%, Investigadores – 20%, Ausência de contacto funcional c/ o Avaliador – 2%
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	33%			
3. Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			No âmbito da revisão aos circuitos/fluxos e processos em curso no âmbito da implementação CAF e consolidação do SIGINIAV, é expectável a revisão/readequação substancial dos Manuais vigentes
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			Revisão de circuitos/fluxos e processos encontram-se presentemente em curso no âmbito da implementação CAF
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidos e formalizados?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Revisão de circuitos/fluxos e processos encontram-se presentemente em curso no âmbito da implementação CAF.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Revisão de circuitos/fluxos e processos encontram-se presentemente em curso no âmbito da implementação CAF.
3.8 Existe um plano de risco de corrupção e infrações conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			

v. REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

Em sede de planeamento foi prevista a implementação de algumas iniciativas:

- **IMPLEMENTAÇÃO DA INTRANET**

A comunicação interna é um trunfo estratégico dado que facilita a disseminação de informação e é facilitadora das relações internas.

Utilizada com eficiência, a intranet permite transmitir aos colaboradores, informações relevantes acerca da atividade do Instituto e do seu trabalho, contribuindo para o seu envolvimento e comprometimento na concretização da missão, dos valores e dos objetivos estratégicos do Instituto.

Atividades	Resultados
Criação de uma plataforma orientada para as necessidades dos colaboradores	Executado

- **MOBILIDADE ELÉTRICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Esta iniciativa tem como objetivos:

Promover a descarbonização e a melhoria do desempenho ambiental do Parque de Veículos do Estado;

Contribuir para a redução dos gastos operacionais, através da poupança na rubrica combustíveis e lubrificantes.

Atividades	Resultados
Aquisição de nove viaturas elétricas no âmbito da renovação parcial da frota	Em curso
Candidatura ao Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública	
Implementação dos pontos de carregamento pelos diversos locais aos quais serão atribuídos estes veículos	

- **EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DOS POLOS DE ATIVIDADES**

Promover o aumento da eficiência energética e a melhoria das condições de conforto nos edifícios por forma de obter economias de escala e ganhos de eficiência relevantes, e contribuir para a redução de CO².

Atividades	Resultados
Realização de auditorias, estudos, diagnósticos e análises energéticas	Em curso
Implementação de Planos de Ação de eficiência energética	
Acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento em todas as instalações	

vi. COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS

Em face das atribuições e funções específicas e especializadas prosseguidas pelo INIAV, não foi possível identificar, nesta fase, cenários consistentes de comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional, conforme preconizado pela alínea e) do Art.º 15º do Decreto-Lei 66-B/2007.

Entende-se, contudo, que, no âmbito da implementação da Estrutura Comum de Avaliação (CAF) em curso, venham a ser criadas condições adequadas à aplicação de metodologias de avaliação comparativa e benchmarking funcionais tanto no espectro interno nacional, como internacional.

vii. AUDIÇÃO DOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES

Aos Dirigentes Intermédios, foi solicitado que, em reunião com as respetivas equipas, fossem evidenciados e transcritos para um formulário previamente estruturado, os contributos para a aferição dos resultados alcançados no âmbito dos indicadores direta ou indiretamente relacionados com os objetivos estratégicos e operacionais vertidos no QUAR.

Desses contributos resultaram quatro monitorizações de acompanhamento da execução do QUAR e ainda a sua execução final de que se deu conta no ponto i, deste capítulo.

III. RECURSOS AFECTOS

i. RECURSOS HUMANOS

Na programação do ciclo de gestão de 2018, iniciada com a preparação do QUAR de 2018, foram estimados os recursos humanos tidos por necessários à concretização dos objetivos estratégicos e operacionais, identificados como indissociáveis do cumprimento da missão do INIAV.

Tendo como referencial os dados do Balanço Social, a análise comparativa entre o número de efetivos planeados no início do ano e os apurados, à data de 31 de dezembro de 2018, permite concluir que 613 trabalhadores contribuíram para a execução do ciclo de gestão de 2018, correspondendo a um decréscimo de 1% em relação número estimado no início do ano.

Cargos e grupos profissionais	Planeado QUAR	Efetivos em 31Dez	Variação
Dirigentes – Direção Superior	3	3	0
Dirigentes – Direção Intermédia	17	17	0
Investigadores	147	135	-12
Técnicos Superiores	129	146	17
Especialistas de Informática	4	5	1
Coordenadores Técnicos	3	3	0
Assistentes Técnicos	179	185	6
Técnicos de Informática	11	10	-1
Assistentes Operacionais	125	109	-16
Total:	618	613	-5

A informação mais detalhada, sobre os Recursos Humanos, encontra-se disponível no Relatório do Balanço Social, em anexo.

ii. RECURSOS FINANCEIROS

a. Enquadramento Orçamental

As atividades do INIAV foram asseguradas por recursos financeiros provenientes de:

- **Receitas gerais** - dotações atribuídas pelo Orçamento de Estado - orçamento de funcionamento e orçamento de investimento (PIDDAC);
- **Receitas comunitárias** – dotações consignadas a projetos de investigação e desenvolvimento;
- **Receitas próprias** – dotações resultantes da venda de bens e da prestação de serviços, decorrentes das suas atividades laboratoriais, destacando-se a execução dos Planos de Controlo Oficial no âmbito da segurança alimentar, sanidade animal e vegetal, do controlo às exportações, assim como à salvaguarda da saúde animal e da saúde pública e da assistência técnica às empresas e agentes económicos;
- **Receitas da transferência de verbas das Administrações Públicas** – dotações resultantes de:
 - Transferência de verbas consignadas a projetos de investigação e desenvolvimento, nomeadamente das entidades financiadoras de programas de investigação - Fundação da Ciência e Tecnologia e Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas;
 - Transferência de verbas no âmbito do Contrato-Programa celebrado entre a Fundação para a Ciência e Tecnologia e este Instituto.

• Receita

Em 2018 foi cobrada receita no montante de 28 208 018€ (incluindo os saldos transitados da gerência anterior), com a repartição constante do quadro seguinte:

REPARTIÇÃO DA RECEITA

Unidade: euro

Proveniência	Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Taxa de Execução (%)
Receitas Gerais	18 847 717€	19 864 304€	19 863 843€	100%
Receitas Próprias	6 760 000€	6 760 000€	4 565 794€	67,5%
Saldos das Receitas Gerais		2 095€	2 094€	99,9%
Saldos das Receitas Próprias		2€	1€	66,5%
Transferências de RG entre organismos	157 921€	543 557€	542 304€	99,8%
Saldos de Receitas Gerais a Projetos Cofinanciados		349€	348€	99,6%
Receitas Gerais a Projetos Cofinanciados	180 960€	309 866€	311 568€	100,6%
Financiamento Europeu	5 271 087€	5 271 087€	2 909 157€	55,2%
Outros saldos Financiamento Europeu		12 910€	12 909€	99,9%
Total:	31 217 685€	32 764 170€	28 208 018€	86%

• Despesa

As **receitas gerais**, provenientes do Orçamento de Estado, foram utilizadas da seguinte forma:

- Orçamento de funcionamento – em remunerações certas e permanentes dos trabalhadores do Instituto e encargos da entidade patronal;
- Orçamento de investimento (PIDDAC) – em obras de recuperação/adaptação de infraestruturas laboratoriais.

A **receita comunitária**, incluindo os saldos de receitas comunitárias transitados, destinou-se ao pagamento de bolsas de investigação e à aquisição de bens e serviços necessários à execução dos projetos de investigação e desenvolvimento em curso e às atividades de experimentação realizadas nas Herdades Experimentais.

As **receitas próprias** cobradas destinaram-se ao pagamento de bolsas de investigação, à aquisição de bens e serviços necessários à atividade laboratorial, à execução dos Planos Oficiais de Controlo, ao pagamento das despesas gerais de funcionamento e a encargos com pessoal.

A **receita transferida das Administrações Públicas**, foi utilizada da seguinte forma:

- Pagamento de bolsas de investigação e na aquisição de bens e serviços necessários à execução dos projetos de investigação e desenvolvimento;
- Pagamento de remunerações certas e permanentes dos Doutorados incluídos no Contrato-Programa

O quadro seguinte mostra a execução por agrupamento económico:

REPARTIÇÃO DAS DESPESAS POR AGRUPAMENTO ECONÓMICO

Unidade: euro

Designação	Corrigido	Cativações	Disponível	Executado	Tx Exec
Despesas com Pessoal	20 355 486€	323€	20 355 163€	19 715 318€	96,9%
Aquisição de Bens e Serviços	7 590 234€	22 668€	7 557 566€	5 400 499€	71,4%
Juros e Outros encargos	7 509€	--	7 509€	1 696€	22,6%
Transferências Correntes	876 211€	--	876 211€	641 546€	73,2%
Outras Despesas Correntes	967 931€	--	967 931€	798 627€	82,5%
Aquisição de Bens de Capital	2 964 353€	461€	2 963 892€	1 536 796€	51,9%
Total:	32 761 724€	23 452€	32 738 272€	28 094 482€	85,8%

Verifica-se que as despesas com o pessoal representaram cerca de 70% da despesa total e a aquisição de bens e serviços representam 19%.

As restantes despesas contribuíram, no seu conjunto, para 11% da despesa total (Outras despesas correntes e aquisição de bens de capital – ambas com 5% e finalmente as despesa de capital no âmbito do PIDDAC, com um valor residual de 1%).

A informação complementar sobre os Recursos Financeiros, encontra-se disponível no Relatório de Gestão – Conta de Gerência 2018, em anexo.

IV. SÍNTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

i. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES

A metodologia adotada para a aferição do grau de execução do PAA/2018, teve por base os contributos das diversas U.O., traduzidos em 1.000 indicadores de inúmeras tipologias.

Os referidos indicadores foram, posteriormente, sujeitos a um tratamento, tendo resultado a sua consolidação em torno de objetivos que sintetizam a atividade do Instituto, bem como suportam a informação pertinente para o QUAR, evitando, assim, a dispersão de indicadores que pouco traduziam a realidade da atividade deste Instituto.

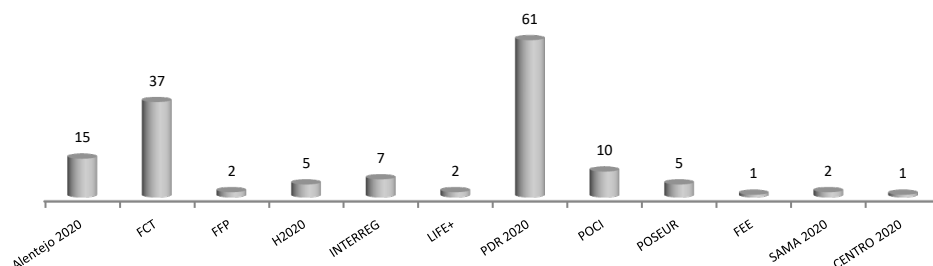
Para o cálculo do “Grau de Realização” dos indicadores não foram considerados os que foram transferidos, cancelados e suspensos, uma vez que estas situações são justificadas por fatores externos não previsíveis em fase de planeamento e fora do controlo das U.O.

a. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE I&DT+I

PROJETOS DE I&DT+I

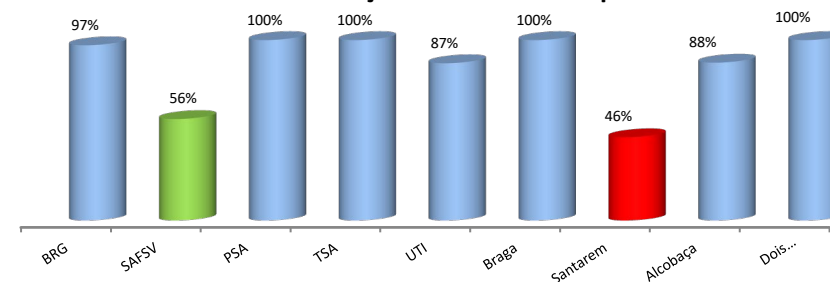
Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Promover atividades de investigação, experimentação e demonstração, assegurando o apoio científico e técnico à inovação e ao desenvolvimento.	Taxa de execução das tarefas programadas	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
				82,1%	

Nº Projetos em Parceria



Fonte: GAP

Taxa de execução dos indicadores planeados

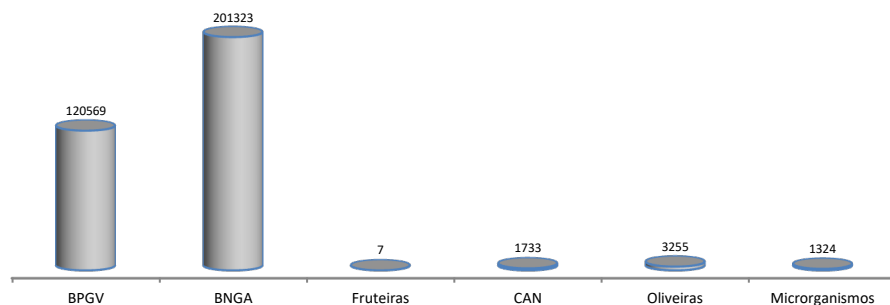


Fonte: Contributos U.O.

CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E MELHORAMENTO DOS RECURSOS GENÉTICOS NATURAIS

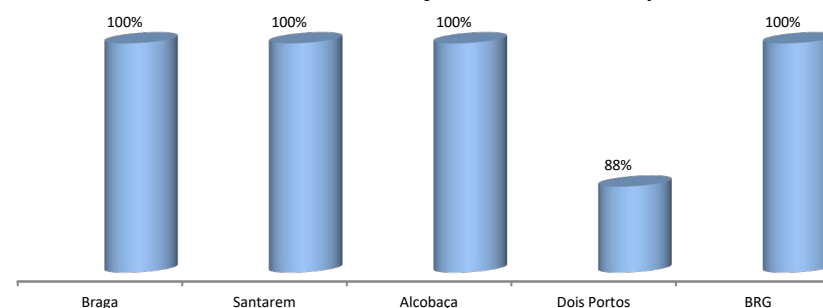
Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Conservação - Identificar, caracterizar, documentar e conservar os RG autóctones	Taxa de execução das tarefas programadas	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
					98,6%

Nº de acessos conservados



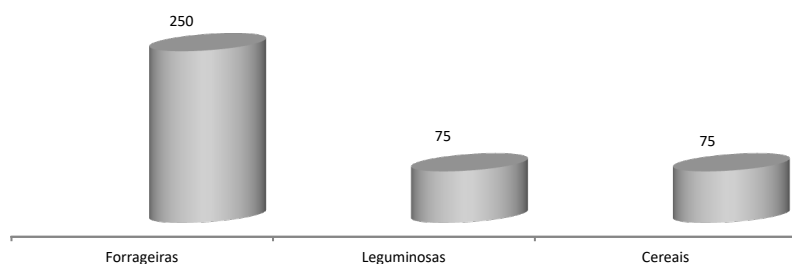
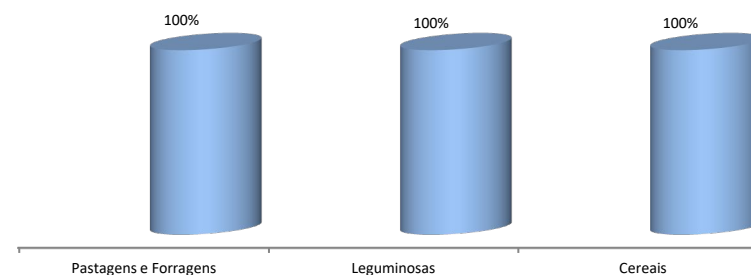
Fonte: PA Braga, PA Santarém, PA Alcobça, PA Dois Portos e UO Elvas

Taxa de execução dos indicadores planeados



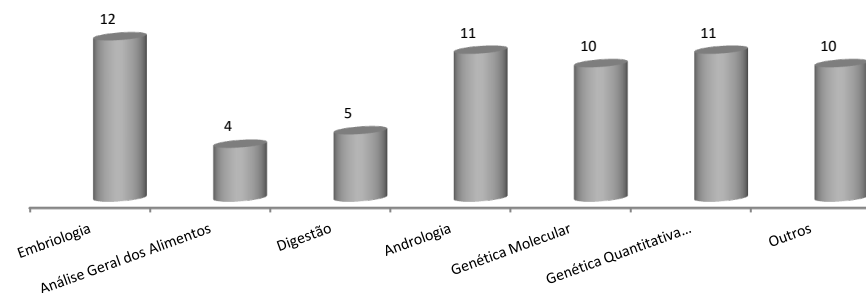
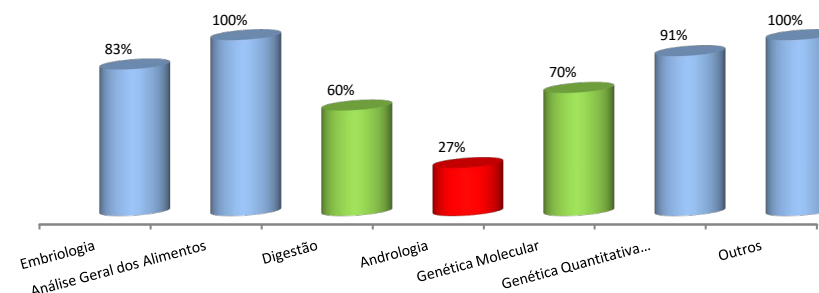
Conservação, Valorização e Melhoramento dos Recursos Genéticos Nacionais (Cont.)

Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Melhoramento de Plantas - Contribuir para o desenvolvimento dos sistemas agrícolas, através da introdução de novas variedades e da seleção das espécies	Taxa de execução das tarefas programadas	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
					100%

Nº de acessos avaliados/caraterizados**Taxa de execução dos indicadores planeados**

Fonte: BRG

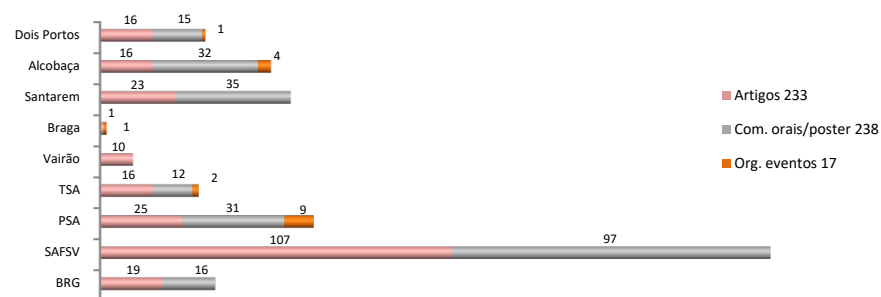
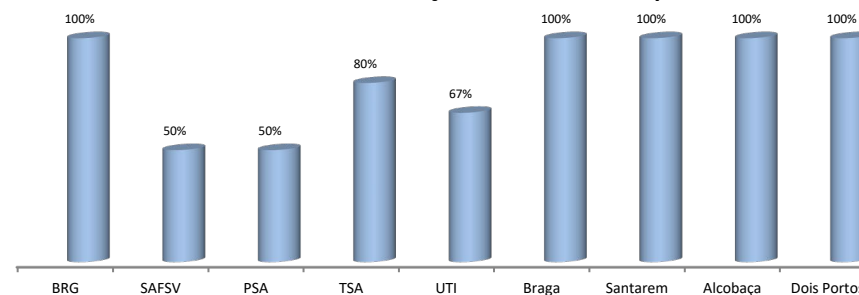
Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Produção Animal - Desenvolver atividades IED nas áreas da Nutrição e Alimentação, da Qualidade do Produto, da Conservação, Melhoramento e Reprodução Animal	Taxa de execução das tarefas programadas	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
				74,6%	

Nº de Indicadores**Taxa de execução dos indicadores planeados**

Fonte: P.A.-Santarém

TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO

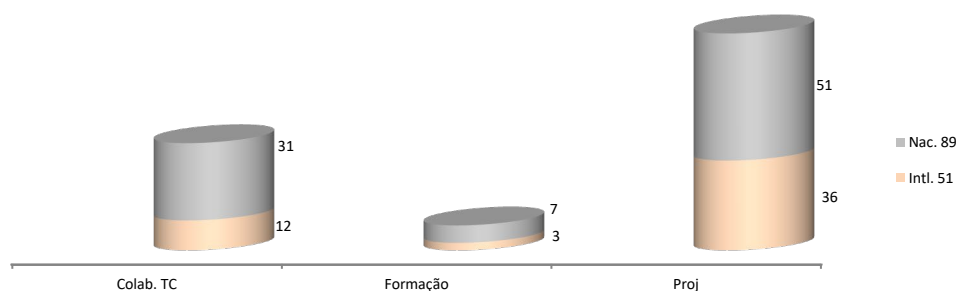
Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Promover a difusão do conhecimento gerado, contribuindo para elevar a cultura científica e tecnológica da sociedade	Taxa de execução das tarefas programadas	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
					81,1%

Nº de iniciativas**Taxa de execução dos indicadores planeados**

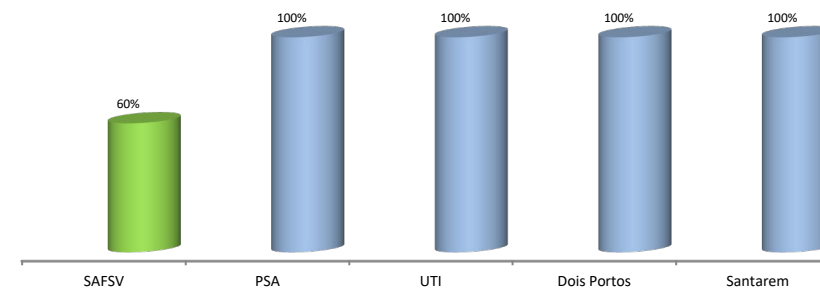
Fonte: UEIS e PA

PARCERIAS

Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Fomentar a partilha e a cooperação com o Sistema Científico e Tecnológico, com as empresas e com as associações do setor	Taxa de execução das tarefas programadas	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
					94,3%

Nº de protocolos

Fonte: NAC/GAP

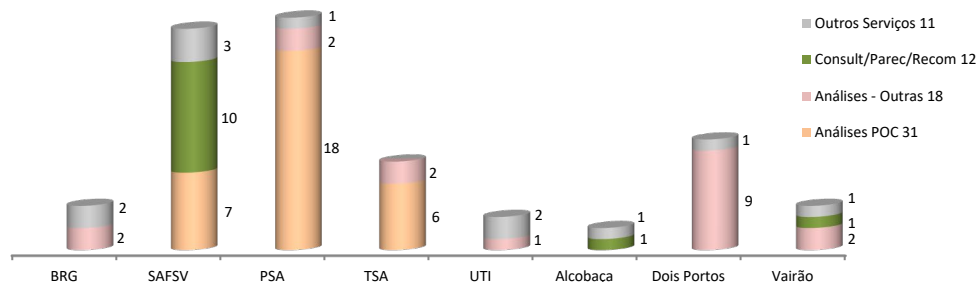
Taxa de execução dos indicadores planeados

Fonte: UEIS e PA

b. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

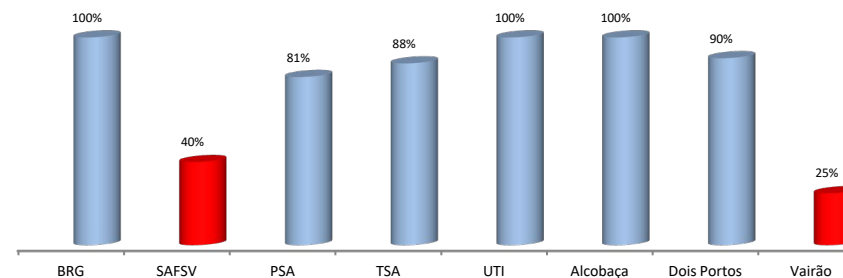
Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Assegurar a realização das análises enquadradas nos POC, assim como serviços de consultoria e laboratoriais aos operadores económicos das fileiras agrícola, florestal, pecuária e das tecnologias alimentares	Taxa de execução das tarefas programadas	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
				70,8%	

Nº de indicadores



Fonte: UEIS e PA

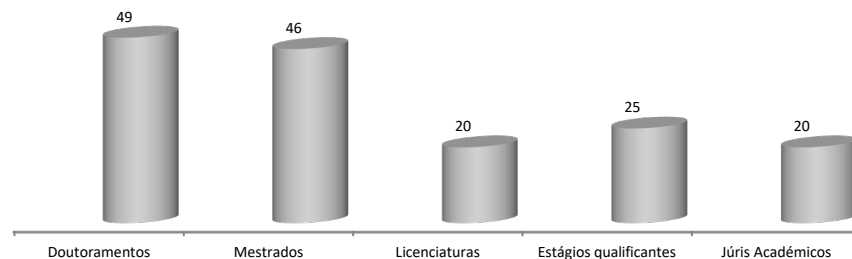
Taxa de execução dos indicadores planeados



c. APOIO À FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL

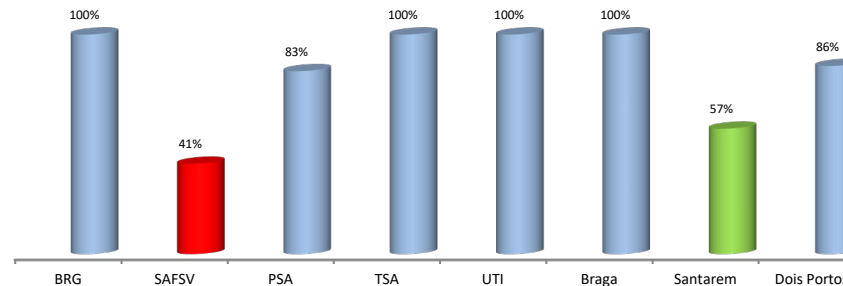
Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Colaborar com diversas entidades de ensino público e privado para atividades de formação	Taxa de execução das tarefas programadas	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
				73,7%	

Nº de ações



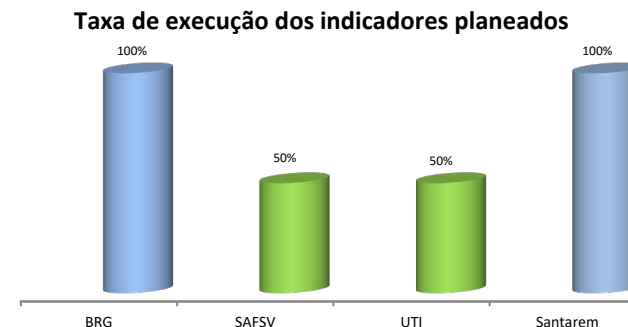
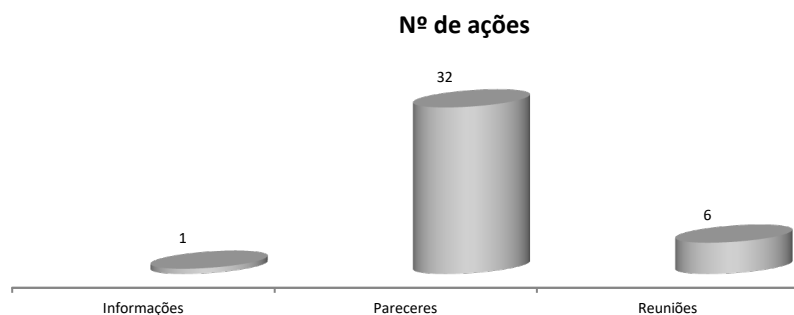
Fonte: UEIS e PA

Taxa de execução dos indicadores planeados



d. APOIO À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

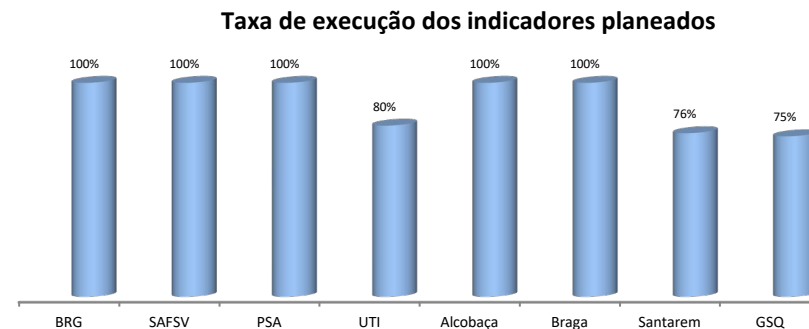
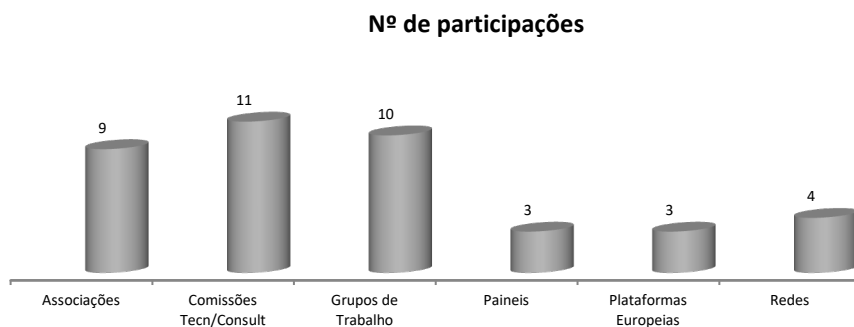
Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Colaborar na produção de legislação nacional e da União Europeia	Taxa de execução dos indicadores planeados	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
				66,6%	



Fonte: UEIS e PA

e. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Cooperar com instituições científicas e tecnológicas, nacionais ou estrangeiras, designadamente em consórcios, redes e outras formas de trabalho conjunto	Taxa de execução dos indicadores planeados	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
					86%



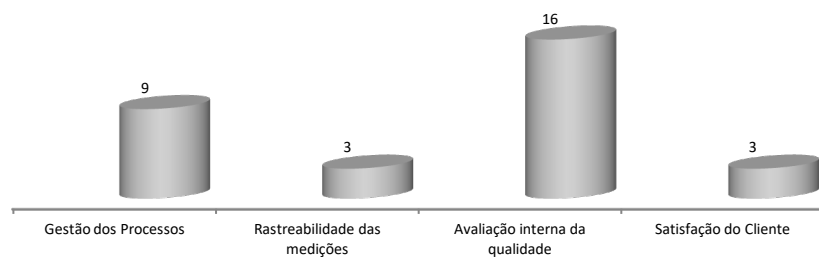
Fonte: UEIS, PA e GSQ

f. GESTÃO DA QUALIDADE

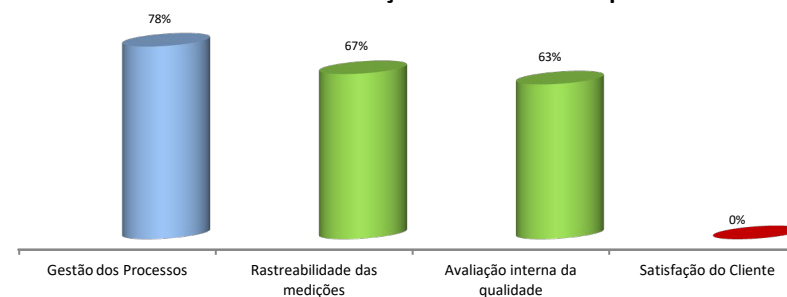
ACREDITAÇÃO

Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Acreditar as estruturas laboratoriais do INIAV	Taxa de execução dos indicadores planeados	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
				61,3%	

Indicadores planeados



Taxa de execução dos indicadores planeados

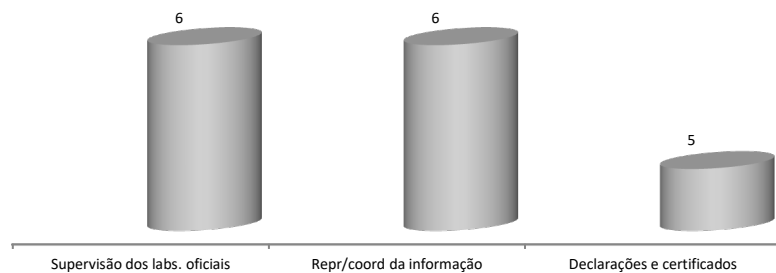


Fonte: GSQ

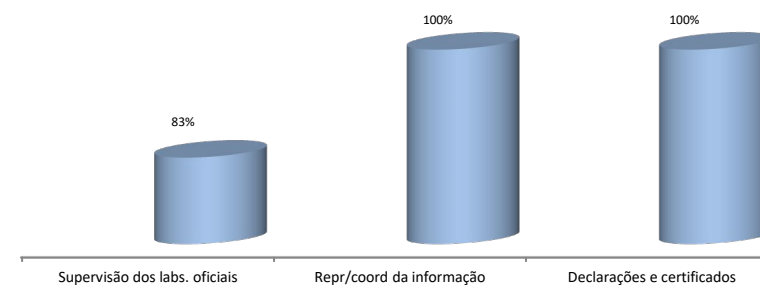
LABORATÓRIO NACIONAL DE REFERÊNCIA

Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Coordenar as atividades dos Laboratórios Nacionais de Referência (EURL) - Reg EU 625/2017	Taxa de execução dos indicadores planeados	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
					94,1%

Indicadores planeados



Taxa de execução dos indicadores planeados

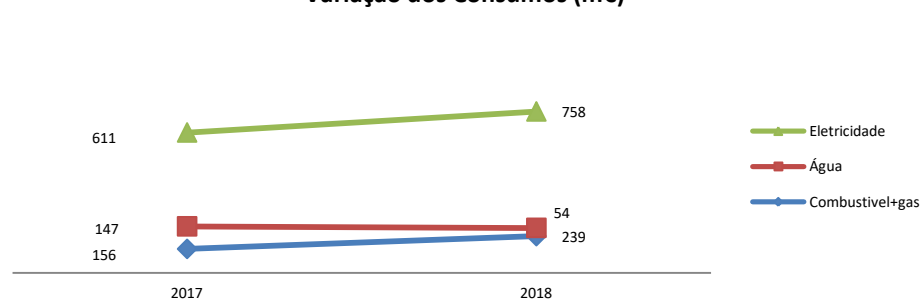


Fonte: GSQ

g. SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA

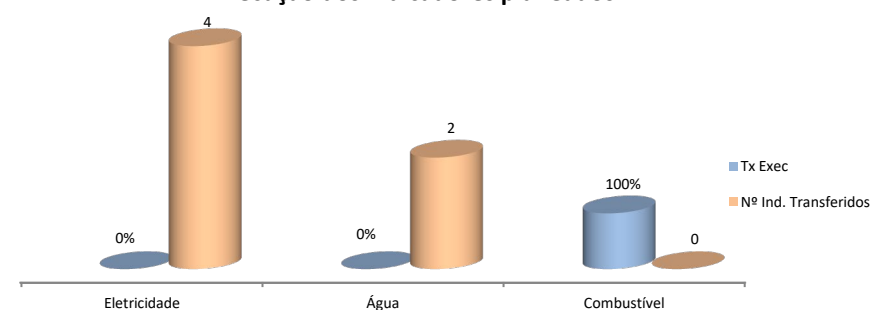
Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Reduzir os custos operacionais de água, eletricidade e combustível automóvel	Taxa de execução dos indicadores planeados	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
					100%

Variação dos Consumos (m€)



Fonte: DRFP

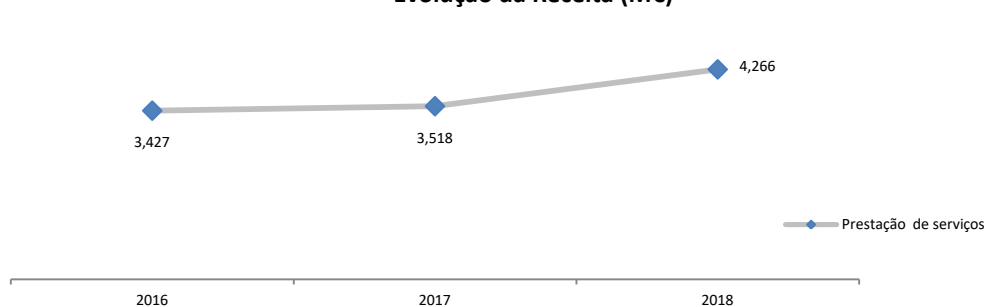
Execução dos indicadores planeados



Fonte: GPP

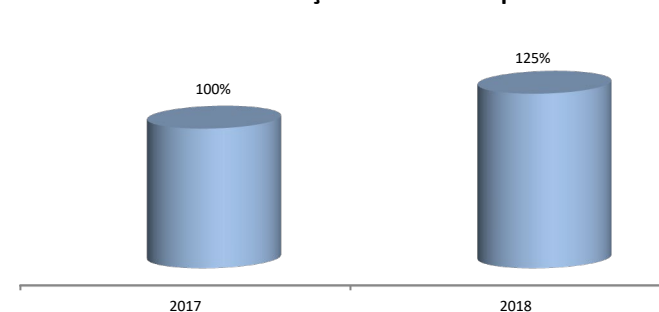
Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Incrementar as receitas do Instituto	Taxa de incremento do valor arrecadado em Receitas Próprias (2018 / 2017=20%)	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
					125%

Evolução da Receita (M€)



Fonte: DRFP

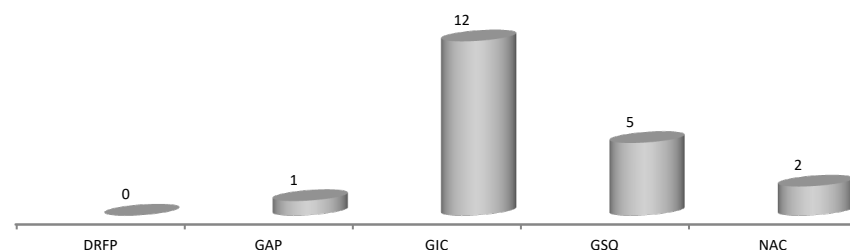
Taxa de execução do indicador planeado



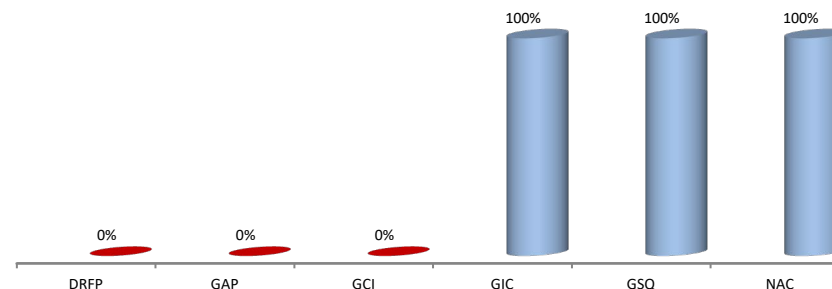
h. ATIVIDADES DE SUPORTE

Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Melhorar o controlo de gestão e normalização de processos	Taxa de execução dos indicadores planeados	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
				71,4%	

Manuais de Procedimentos



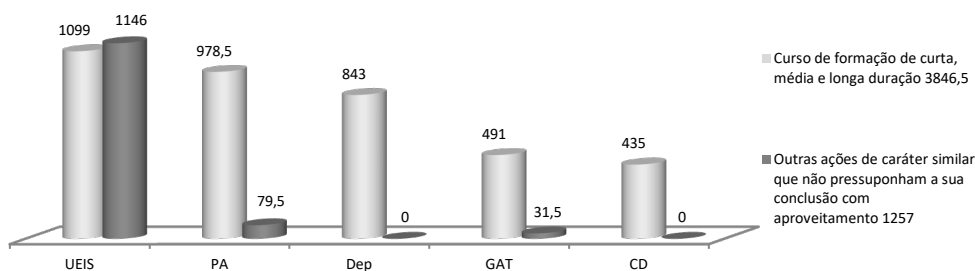
Taxa de execução dos indicadores planeados



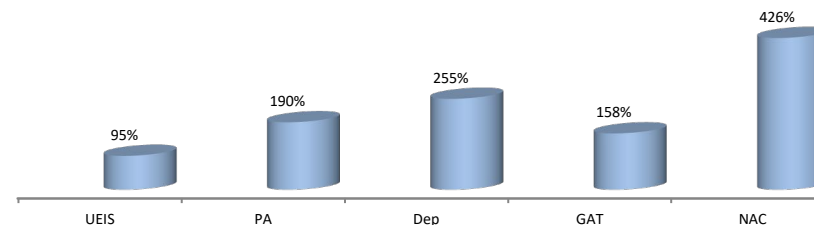
Fonte: U.O. acima

Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Incrementar a Valorização dos trabalhadores	Nº de horas de formação por Trabalhador	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
					100%

Horas de formação



Taxa de execução dos indicadores planeados

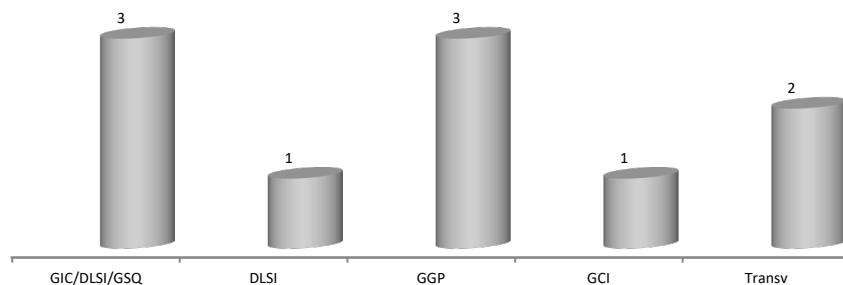


Fonte: NAC

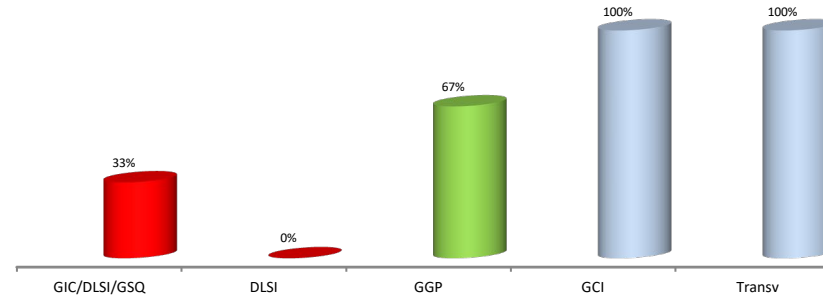
Atividades De Suporte (Cont.)

Objetivo	Indicador	Meta	Grau de Realização		
Promover medidas de modernização e inovação	Nº de ações de melhoria em curso	A: [50%;75%] S: [76%-100%] NA: <50%	Não Atingiu	Atingiu	Superou
				60%	

Ações de melhoria



Taxa de execução dos indicadores planeados



Fonte: NAC

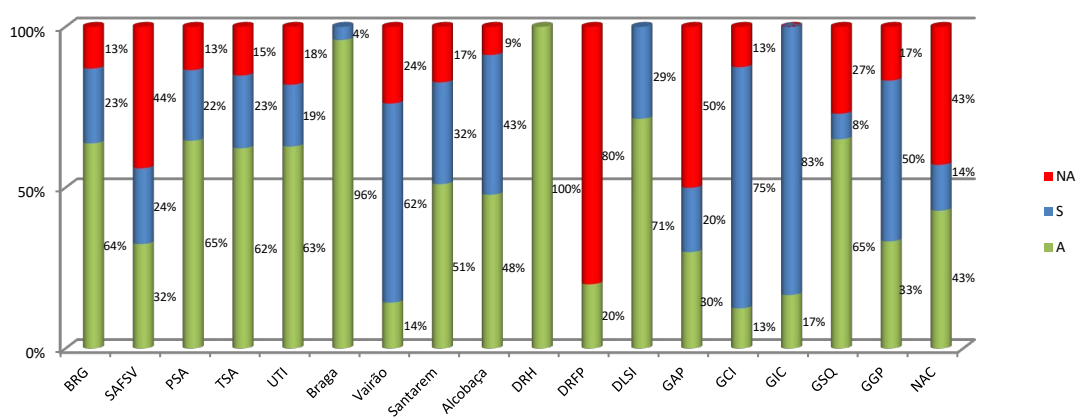
ii. APURAMENTO DE RESULTADOS DO PAA

Da análise aos contributos recebidos conclui-se:

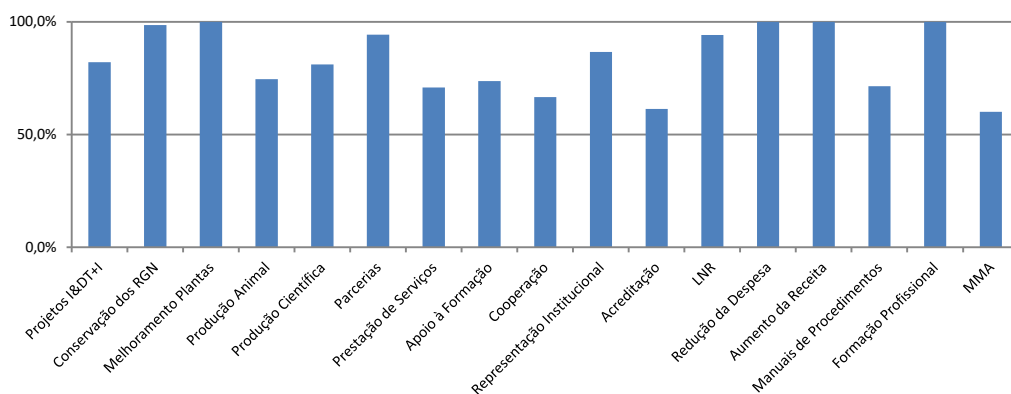
- Foram planeados, pelo conjunto das UO, **1000 Indicadores**, dos quais:
 - 94 (9,4%) não tiveram execução (suspensos, cancelados ou transferidos para o ano de 2018)

Dos restantes Indicadores (906):

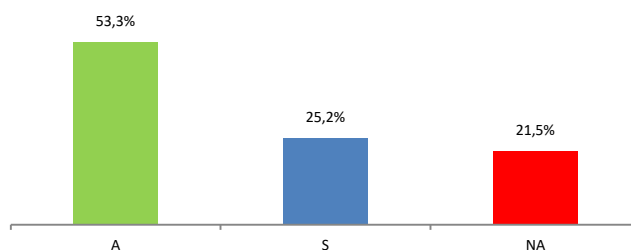
- 483 (48,3%) foram atingidos,
- 228 (22,8%) foram superados e
- 195 (19,5%) não foram atingidos.



- Dos 17 Objetivos planeados:
 - Foram todos atingidos ou superados obtendo assim uma taxa global de execução de 83,2%



Taxa de execução do Plano de Atividades



iii. OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE

a. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

No ano de 2019 não se efetuaram campanhas, ações informativas e/ou publicitárias que fossem objeto de aquisições onerosas de espaços publicitários institucionais.

Contudo, a divulgação institucional foi assegurada pela presença/publicação regular de artigos científicos e técnicos em meios de comunicação de especialidade, como por exemplo Agrotec, Oliavitis, Tecnoalimentar, Vida Rural, Voz do Campo, entre outros.

b. PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO

Foi apresentado à Unidade Ministerial o programa das avaliações dos imóveis a levar a cabo.

O INIAV tem em curso o levantamento arquitetónico de todos os imóveis pertencentes ao Estado de que é afetatório para que seja possível posteriormente a atualização registral/matricial.

Também foram divulgados à Unidade Ministerial, os planos de ocupação de espaço e de conservação e reabilitação de imóveis.

No âmbito da conservação e reabilitação foram realizadas obras de conservação em diversos edifícios:

Melhoramento da rede de esgotos do Polo de Oeiras	36.885€
Melhoramento da rede elétrica do Polo de Dois Portos	31.439€
Melhoramento da rede de águas pluviais do Polo de Santarém	5.326€
Reabilitação do sistema AVAC no edifício "Florestais"	68.880€

c. SIMPLIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Os esforços desenvolvidos pelo INIAV, no âmbito da Modernização Administrativa têm-se guiado por objetivos de simplificação, eficiência, transparência, desmaterialização, melhoria da qualidade, participação, inovação e disponibilização de serviços na forma digital mais simples no sentido de prestar melhores serviços aos cidadãos.

Em consonância com a alínea d) do nº 2 do art.º 15º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, 55-A/2010 e 66-B/2012, todas de 31 de dezembro, propôs-se para 2018, e com vista à melhoria contínua de desempenho, foi proposto, em sede de PAA, o desenvolvimento de um conjunto de medidas, nomeadamente:

- No âmbito dos Instrumentos de Apoio à Gestão
 - Sistema Integrado de Gestão
 - CAF
- No âmbito dos Programas de Recetividade ao Utente
 - Acolhimento e Acessibilidade
- No âmbito da Comunicação Administrativa
 - IVR – Atendimento telefónico automático

- No âmbito da Divulgação de Informação Administrativa
 - Portal do Cliente
 - Portal da Qualidade

Sistema Integrado de Gestão (SIG-INIAV)

Visa transformar dados em informação e em conhecimento, por forma a garantir em tempo útil a disponibilização da informação necessária ao apuramento de resultados e indicadores indispensáveis à tomada de decisão estratégica.

Atividades a desenvolver	Resultados
Gestão Documental Revisão de processos e procedimentos	Em curso
Gestão Financeira Gestão Financeira e Contabilidade Pública em Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas (SNC-AP)	Concluído
Gestão Patrimonial Inclui o CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, a gestão de bens móveis, a gestão de armazéns, a gestão de aquisições e aprovisionamento, a gestão de contratos e a gestão de viaturas	Concluído
Gestão de Recursos Humanos Processamento de vencimentos, gestão de recursos humanos, gestão de ajudas de custo	Concluído
CRM (Customer Relationship Management) Gestão da informação de todos os clientes da organização	Concluído
Gestão de auditorias Planeamento e marcação de auditorias e assessorias	Em curso
BSC (Balanced ScoreCard) Gestão estratégica	Concluído

CAF

Pretende-se, com a implementação da CAF, adotar um modelo de gestão orientado para uma estratégia de qualidade total que permita conquistar a excelência.

Atividades a desenvolver - CAF	Resultados
Gestão do Projeto Definição do âmbito Definição da equipa de Auto-avaliação (AA) Comunicação do projeto Realização da Formação CAF Realização da Formação BSC	Executado

Autoavaliação Definição da estratégia AA Aplicação de questionários e entrevistas Análise dos resultados Elaboração do Relatório de AA Definição das ações de melhoria e elaboração do Plano de melhorias Comunicação do Plano de melhorias	Em curso
Implementação das ações de melhoria Definição de estratégias para a implementação das ações de melhoria (Plano de melhorias) Elaborar Relatório de avaliação da implementação das AA	A executar em 2019
Reconhecimento Preparação para o Reconhecimento: Feedback Externo CAF - "Effective CAF User" Reconhecimento Nível de Excelência <i>European Foundation for Quality Management</i> (EFQM)	A executar em 2020

Atividades a desenvolver - Gestão por Processos	Resultados
Gestão do Projeto Definição do âmbito Definição da equipa Comunicação do projeto	Em curso
Levantamento dos Processos Diagnóstico Relatório do Diagnóstico	Em curso
Implementação das ações de melhoria Definição de estratégias para a implementação das ações de melhoria (Plano de melhorias) Elaborar Relatório de avaliação da implementação	Em curso

Acolhimento e Acessibilidade

Dotar todos os locais de atendimento ao público com condições de salubridade, segurança de pessoas e bens, acessibilidade e conforto mínimo para os utentes. Numa fase inicial serão beneficiados o Polos de Oeiras e Vairão.

Atividades a desenvolver	Resultados
Melhoria das condições de atendimento ao público Obras de adaptação dos espaços Reorganização e obras de beneficiação dos espaços para atendimento ao público (acessibilidades e adoção de instalações sanitárias para deficientes)	Em curso

IVR – Atendimento Telefónico Automático

Otimizar os canais de comunicação com os clientes e parceiros

Atividades a desenvolver	Resultados
Planear o fluxograma dos pontos focais de atendimento dentro do INIAV Proceder às gravações de voz Customizar a central telefónica Testar Entrada em Produção	Iniciativa cancelada Sem recursos humanos especializados para implementar a medida.

Portal do Cliente

Promover a transparência e eficácia dos processos, facilitando o acesso à informação sobre os serviços prestados, simplificando a requisição de análises e receção de resultados permitindo ao cliente acompanhar o progresso do serviço prestado.

Atividades	Resultados
Levantamento de requisitos para o desenvolvimento do Portal Identificação dos pontos-chave de sucesso para a adesão dos clientes ao Portal Desenvolvimento do Portal Testes Formação Entrada em produção	Transferido para 2019 Constrangimento financeiro não permitiu a contratualização de serviços externos para o desenvolvimento.

Portal da Qualidade

Centralizar o registo de reclamações e sugestões com vista a:

- Melhorar a resposta ao cliente, tornando mais responsiva a reação à primeira mensagem de insatisfação;
- Imputar mais importância à investigação das causas das ocorrências;
- Implementar as devidas ações corretivas, em tempo útil;
- Prevenir recorrências.

Atividades	Resultados
Caraterização do Modelo de registo Implementar novo endereço eletrónico exclusivo para o registo das Reclamações, Sugestões e Elogios Instalação do módulo <i>Servicedesk</i> dedicado à Qualidade Customização da aplicação Ação de sensibilização para todos os responsáveis dos Departamentos, UEIS / Laboratórios e Gabinete de Apoio a Projetos (GAP) Testes Entrada em produção	Transferido para 2019 O programa informático identificado não resultou

d. PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Tendo em conta a abordagem geral ao novo referencial de acreditação NP EN ISO/IEC 17025:2018 (requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração), o INIAV encontra-se a ultimar a revisão e ajuste à 1.ª versão do Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, no que se refere à implementação do requisito geral da imparcialidade que prevê a definição de situações de riscos à imparcialidade, nomeadamente:

- Riscos associados às atividades do laboratório:
- Riscos associados aos relacionamentos do laboratório:
- Riscos associados aos relacionamentos do pessoal do laboratório.

V. AVALIAÇÃO FINAL

i. APRECIÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

O INIAV não cumpriu algumas metas, conforme é evidenciado no gráfico acima.

O não cumprimento ou os resultados insuficientes obtidos e ainda a suspensão, cancelamento e/ou transferência para o ano seguinte de algumas atividades, tiveram origem, principalmente, em fatores exógenos, nomeadamente, no atraso na aprovação de alguns projetos de Investigação e desenvolvimento (I&D), e também em constrangimentos financeiros.

Perante os resultados relacionados com a execução do PAA, atrás demonstrados, considera-se que este Instituto obteve um resultado positivo, já que obteve uma percentagem de indicadores atingidos e superados que perfazem um total de 78,5%

ii. MENÇÃO PROPOSTA

Tendo em consideração o plasmado no artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro e de acordo com os elementos apresentados no Cap.º II - Autoavaliação, este Instituto atingiu ou superou 10 dos 11 objetivos e não atingiu apenas 1 (OOP 7), não considerado como “mais relevante”, pelo que se propõe a menção qualitativa de **“Desempenho Satisfatório”**

iii. CONCLUSÕES PROSPETIVAS

A atividade do INIAV prevista para o ano de 2019 estará em linha com a atual orientação estratégica e posicionamento do INIAV.

No que respeita às iniciativas estruturantes que têm vindo a ser preparadas e implementadas, prevê-se uma continuação do investimento na melhoria das infraestruturas do INIAV, quer nos Laboratórios, quer nas Estações Experimentais. No que diz respeito aos Laboratórios prevê-se em 2019 a conclusão do processo de concentração dos mesmos com a conclusão das obras em curso e mudança dos laboratórios de solos para Oeiras. Nas Estações Experimentais, em complemento aos investimentos que se têm vindo a efetuar, vão ter início os grandes projetos estruturantes.

Continuará neste ano o esforço de reforço, qualificação e rejuvenescimento dos Recursos Humanos do INIAV, dando continuidade ao trabalho que o CD tem vindo a desenvolver nesta matéria.

Desta forma, em 2019, o INIAV reforçará a sua ligação ao território e às diversas fileiras do complexo agroflorestal, a sua capacidade instalada, ampliando igualmente a cooperação internacional, em alinhamento com a nova Agenda de Inovação do MAFDR para o período 2020-2030.

SIGLAS

Sigla	Designação
A/S/NA	Atingiu/Superou/Não Atingiu
AA	Auto-avaliação
BRG	Biotecnologia e Recursos Genéticos
BSC	<i>Balanced ScoreCard</i>
CAF	Estrutura Comum de Avaliação
CIBE	Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
CRM	<i>Customer Relationship Management</i>
Dep	Departamento
EFQM	<i>European Foundation for Quality Management</i>
EURL	European Union Reference Laboratories
GAP	Gabinete de Apoio a Projetos
GAT	Gabinete de Apoio Técnico
GCI	Gabinete de Comunicação e Imagem
GGP	Gabinete de Gestão do Património
GIC	Gabinete de Informação ao Cliente
GOP's	Grandes Opções do Plano
GSQ	Gabinete de Qualidade e Segurança
I&D	Investigação e desenvolvimento
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
INIAV	Instituto de Investigação Agrária e Veterinária
IVR	Interactive Voice Response
LNR	Laboratório Nacional de Referência
LQARS	Laboratório Químico Agrícola Rebelo da Silva
NAC	Núcleo de Acompanhamento e Controlo
OE	Objetivo Estratégico
OOP	Objetivo Operacional
PA	Polo de Atividades
PAA	Plano Anual de Atividades
PIDdAC	Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
POC	Planos Oficiais de Controlo
PSA	Proteção e Sanidade Animal
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAA	Relatório Anual de Atividades
RH	Recursos Humanos
RP	Receita Própria
SAFSV	Serviços de Sistemas Agrários e Florestais e Sanidade Vegetal
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SIG-INIAV	Sistema Integrado de Gestão
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas
TSA	Tecnologia e Saúde Alimentar
UEIS	Unidade Estratégica de Investigação e Serviços
UO	Unidades Orgânicas
UTI	Unidade de Tecnologia e Inovação

ANEXOS

QUAR

Relatório do Balanço Social

Relatório de Gestão – Conta de Gerência

Ciclo de Gestão

2018

Designação do Serviço/Organismo:

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, IP

Missão:

O Instituto tem por missão a prossecução da política científica e a realização de investigação de suporte a políticas públicas orientadas para a valorização dos recursos biológicos nacionais, na defesa dos interesses nacionais e na prossecução e aprofundamento de políticas comuns da União Europeia.

Objetivos Estratégicos (OE)		Meta 2020	Grau de concretização
OE1:	Impulsionar a transferência de conhecimento através de uma cultura organizacional orientada para a investigação aplicada e para a inovação	Implementação de 10 centros de competência	170%
OE2:	Otimizar a capacidade operacional dos Laboratórios Nacionais de Referência do INIAV	100% dos Ensaios acreditados	71%
OE3:	Promover a sustentabilidade economico-financeira das atividades desenvolvidas	Atingir 5M € de Receita própria	89%
OE4:	Incrementar a preservação e valorização dos recursos genéticos nacionais à guarda do Instituto	Incrementar o nº de acessos em 15% / ano	0,2%
OE5:	Potenciar a relevância e prestígio dos Laboratórios Nacionais de Referência e Estações Experimentais do INIAV para o setor agroalimentar nacional	200 publicações com referee	77%
Objetivos Operacionais (OP)			

EFICÁCIA

PESO: 40%

OP1: Incrementar a divulgação de resultados da produção científica aplicada												Peso:	30%
Indicadores		Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1	Nº de publicações científicas em revistas com referee	182	230	200	20	230	100%	UEIS+PA	Σ Artigos publicados	210	100%	Atingiu	0%
Taxa de Realização do OP1													100%
OOP2: Promover parcerias estratégicas de cooperação nas estações experimentais do INIAV												Peso:	30%
Indicadores		Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.2	Nº de parcerias para a investigação e inovação com empresas e organizações do setor	164	183	130	10	183	100%	GAP	Σ Parcerias estabelecidas	141	105%	Superou	5%
Taxa de Realização do OP2													105%
OP3: Incrementar a receita proveniente de projetos de investigação co-financiados												Peso:	20%
Indicadores		Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.3	Volume de receita contratualizada em projetos co-financiados de IDT (M€)	2 100	2250	7 750	200	9 687	100%	GAP	Σ Receita Contratualizada para o ano N, por projeto aprovado	8 083	104%	Superou	4%
Taxa de Realização do OP3													104%

OP4: Promover a difusão e evolução dos Bancos de Germoplasma animal e vegetal nacionais												Peso:	20%
Indicadores		Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.4	N.º de entradas conservadas com sucesso, nos Bancos Nacionais de Germoplasma e Coleções de Referência	a)	a)	243 858	5 000	305 000	100%	PA's Braga, Santarem, Dois Portos e Alcobaça	Σ N.º de entradas no BNGV + N.º de entradas no BPGan + N.º de entradas nas coleções de referência (Oliveira/ vinhas/fruteiras)	244 247	100%	Atingiu	0%
Taxa de Realização do OP4													100%

EFICIÊNCIA

PESO: 35%

OP5: Melhorar o controlo de gestão e normalização dos processos de suporte												Peso:	30%
Indicadores		Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.5	Nº de Manuais de procedimentos revistos ou implementados nos processos de suporte	6	11	25	3	31	100%	Dep's + GT	Σ Manuais de Proced., Proced. de Funcionamento e Proced. Operativos de Suporte	23	100%	Atingiu	0%
Taxa de Realização do OP5													100%

OP6: Aumentar a partilha de serviços e equipamentos na atividade operacional												Peso:	30%
Indicadores		Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6	Variação do rácio de GF/GO	—	—	35,0%	5,0%	27,0%	100%	DRFP	X = GF / GO	28,3%	121%	Superou	21%
Taxa de Realização do OP6													121%

OP7: Aumentar as receitas próprias através do alargamento da base de clientes e diversificação dos serviços prestados												Peso:	20%
Indicadores		Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.7	Receita Própria cobrada no ano (M€)	5 393	3.656	5 500	370	6 875	100%	DRFP	Σ RP apurada	4 566	89%	Não atingiu	-11%
Taxa de Realização do OP7													89%

OP8: Reduzir os custos ambientais decorrentes da atividade do INIAV												Peso:	20%
Indicadores		Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.8	Variação do rácio Gastos Ambientais/ Gastos Operacionais	—	—	26,0%	2,0%	20,0%	100%	DRFP	X = GA / GO	27,9%	100%	Atingiu	0%
Taxa de Realização do OP8													100%

QUALIDADE

Peso: 25%

OP9: Capacitar os Trabalhadores do INIAV para os objetivos estratégicos da organização												Peso:	20%
Indicadores		Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.9	Nº médio de horas de formação por Trabalhadores/ano	7,6	11	6,0	1	9	100%	DRH	$x = \frac{\Sigma \text{Horas de formação}}{\Sigma \text{Trabalhadores}}$	8,8	123%	Superou	23%
Taxa de Realização do OP9													123%
OP10: Incrementar em 20 % o n.º de ensaios acreditados nos Laboratórios Nacionais de Referência												Peso:	45%
Indicadores		Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.10	Taxa de cobertura de ensaios acreditados dos planos de controlo oficiais	65%	70%	75%	5%	94%	100%	GSQ	$x = \frac{\Sigma \text{Ensaio Acreditados}}{\Sigma \text{Ensaio a Acreditar}}$	71,3%	100%	Atingiu	0%
Taxa de Realização do OP10													100%

OP11: Melhorar a comunicação e a satisfação de clientes e parceiros												Peso:	35%
Indicadores		Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.11	Nível de satisfação de clientes e parceiros (de 0 a 5)	3,5	3,8	3,5	20%	5	30%	GSQ	Leitura direta do relatório do inquérito satisfação dos clientes dos laboratórios INIAV	3,1	94%	Não atingiu	-6%
Ind.12	Índice de cobertura do INIAV nos media	20,3	28,9	20	3	29	30%	GCI	$x = \frac{\sum \text{Referências nos media}}{52 \text{ semanas}}$	29,1	125%	Superou	25%
Ind.13	N.º de eventos de divulgação promovidos ou organizados pelo INIAV	111	104	105	10	130	40%	GCI	Σ (Itens da lista de eventos)	145	140%	Superou	40%
Taxa de Realização do OP11													122%
Objectivos Estratégicos vs Operacionais matriz de enquadramento			OP1	OP2	OP3	OP4	OP5	OP6	OP7	OP8	OP 9	OP10	OP11
Impulsionar a transferência de conhecimento através de uma cultura organizacional orientada para a investigação aplicada e para a inovação			X	X									X
Otimizar a capacidade operacional dos Laboratórios Nacionais de Referência do INIAV							X	X			X	X	X
Promover a sustentabilidade economico-financeira das atividades desenvolvidas				X	X		X	X	X	X			
Incrementar a preservação e valorização dos recursos genéticos nacionais à guarda do Instituto						X							
Potenciar a relevância e prestígio dos Laboratórios Nacionais de Referência e Estações Experimentais do INIAV para o setor agroalimentar nacional			X									X	X
OBJETIVOS RELEVANTES nº 1 do art.18º da Lei 66-B/2007, de 28.12					Peso dos parâmetros na avaliação final		Peso dos objetivos no respetivo parâmetro		Peso de cada objetivo na avaliação final			Objetivos Relevantes	
Eficácia													
OP1: Incrementar a divulgação de resultados da produção científica aplicada					40%		30%		12%			RELEVANTE	
OP2:Promover parcerias estratégicas de cooperação nas estações experimentais do INIAV							30%		12%			RELEVANTE	
OP3: Incrementar a receita proveniente de projetos de investigação co-financiados							20%		8%				
OP4: Promover a difusão e evolução dos Bancos de Germoplasma animal e vegetal nacionais							20%		8%				
Eficiência													
OP5: Melhorar o controlo de gestão e normalização dos processos de suporte					35%		30%		11%			RELEVANTE	
OP6: Aumentar a partilha de serviços e equipamentos na atividade operacional							30%		11%			RELEVANTE	
OP7: Aumentar as receitas próprias através do alargamento da base de clientes e diversificação dos serviços prestados							20%		7%				
OP8: Reduzir os custos ambientais decorrentes da atividade do INIAV							20%		7%				
Qualidade													
OP9: Capacitar os Trabalhadores do INIAV para os objetivos estratégicos da organização					25%		20%		5%				
OP10:: Incrementar em 20 % o n.º de ensaios acreditado nos Laboratórios Nacionais de Referência							45%		11%			RELEVANTE	
OP11:: Melhorar a comunicação e a satisfação de clientes e parceiros							35%		9%			RELEVANTE	
Total					100%		Soma dos pesos dos objetivos operacionais mais relevantes					65%	

RECURSOS HUIMANOS									Dias úteis 2018 ↗	229
DESIGNAÇÃO	Pontuação (Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços) ¹	Pontuação efetivos Planeados para 2018			Pontuação efetivos Executados para 2018			Desvio (em n.º)	Pontuação Executada / Pontuação Planeada	UERHE / UERHP
		N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal) a)	UERHP	Pontuação Planeada	N.º de efetivos a 31.dez (Balanço Social)	UERHE	Pontuação Executada			
Dirigentes - Direção Superior	20	3	687	60	3	687	60	0	100%	100%
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa	16	17	3893	272	17	3893	272	0	100%	100%
Investigadores	12	147	33663	1764	135	30915	1620	-12	92%	92%
Técnico Superior	12	129	29541	1548	146	33434	1752	17	113%	113%
Especialistas de Informática	12	4	916	48	5	1145	60	1	125%	125%
Coordenador Técnico	9	3	687	27	3	687	27	0	100%	100%
Técnicos de Informática	8	11	2519	88	10	2290	80	-1	91%	91%
Assistente Técnico	8	179	40991	1432	185	42365	1480	6	103%	103%
Assistente Operacional	5	125	28625	625	109	24961	545	-16	87%	87%
a) dados referentes à proposta do mapa de pessoal		618	141 522	5 864	613	140 377	5 896	-5		

RECURSOS FINANCEIROS

DESIGNAÇÃO	Planeado	Corrigido	Disponível	Execução (30.jun.2018)	Execução (31.dez.2018)	Desvio Executado / Disponível (31.12.2018)	Taxa de Execução (face ao planeado)	Taxa de Execução (face ao corrigido)	Taxa de Execução (face ao disponível)
Orçamento de Funcionamento (OF)	33 716 935 €	32 500 951 €	32 477 499 €	12 569 505 €	27 841 884 €	4 635 615 €	83%	86%	86%
Despesas c/Pessoal	19 269 993 €	20 355 486 €	20 355 163 €	9 529 357 €	19 715 318 €	639 845 €	102%	97%	97%
Aquisições de Bens e Serviços	7 256 010 €	7 590 234 €	7 567 566 €	1 757 155 €	5 400 499 €	2 167 067 €	74%	71%	71%
Outras despesas correntes	4 809 050 €	1 851 651 €	1 851 651 €	500 253 €	1 441 869 €	409 782 €	30%	78%	78%
Despesas de Capital	2 381 882 €	2 703 580 €	2 703 119 €	782 740 €	1 284 198 €	1 418 921 €	54%	47%	48%
Orçamento de Investimento (OI)	297 500 €	260 773 €	260 773 €	0 €	252 598 €	8 175 €	85%	97%	97%
Despesas c/Pessoal						0 €			
Aquisições de Bens e Serviços						0 €			
Outras despesas correntes						0 €			
Despesas de Capital	297 500 €	260 773 €	260 773 €	0 €	252 598 €	8 175 €	85%	97%	97%
Outros valores (saldos de anos anteriores, não utilizados)						0 €			
Total (OF+OI+OV)	34 014 435 €	32 761 724 €	32 738 272 €	12 569 505 €	28 094 482 €	4 643 790 €	83%	86%	86%

AVALIAÇÃO FINAL DO QUAR 2018

Avaliação de acordo com os requisitos constantes no artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro	Âmbito	Eficácia Ponderação: 40%	Eficiência Ponderação : 35%	Qualidade Ponderação : 25%
	Quantitativa	102%	104%	121%
	Qualitativa	Desempenho bom	Desempenho satisfatório	Desempenho insuficiente

Ref.:	Descritivo	Fonte de Verificação	Justificação do Valor Crítico
Ind1	Nº de publicações científicas em revistas com referee	Reports "Monitorização do QUAR" trimestrais	Melhor valor histórico obtido
Ind2	Nº de parcerias para a investigação e inovação com empresas e organizações do sector	Base de Dados "Protocolos.accdb" - NAC + BDFile Maker - GAP	Melhor valor histórico obtido
Ind3	Volume de receita contratualizada em projetos co-financiados de IDT (Mil €)	Reporte trimestral "Monitorização do QUAR" - GAP	Taxa convencionada de 125% sobre a meta
Ind4	N.º de entradas conservadas com sucesso, nos Bancos Nacionais de Germoplasma e Coleções de Referência	Reporte trimestral "Monitorização do QUAR" - Pólos de Braga, Santarem, Dois Portos e Alcobaça	Taxa convencionada de 125% sobre a meta
Ind5	Nº de Manuais de procedimentos revistos ou implementados nos processos de suporte	Repositório dos documentos normalizados pela Gestão da Qualidade - GQS	Taxa convencionada de 125% sobre a meta
Ind6	Variação dos GF/GV	DF's, Relatórios de Execução periódicos e Relatório de Contas - DRFP - Sist. Contab. GERFIP	Taxa de 75% sobre a meta (na ausência de valor histórico)
Ind7	Receita Própria cobrada no ano (mil €)	DF's, Relatórios de Execução periódicos e Relatório de Contas - DRFP - Sist. Contab. GERFIP	Taxa convencionada de 125% sobre a meta
Ind8	Variação dos Gastos Ambientais/ Gastos Operacionais	DF's, Relatórios de Execução periódicos e Relatório de Contas - DRFP - Sist. Contab. GERFIP	Taxa de 75% sobre a meta (na ausência de valor histórico)
Ind9	Nº médio de hrs de formação por colaborador/ano	Anexo P3 (I-RAF)	Melhor valor histórico obtido
Ind10	Taxa de cobertura de ensaios acreditados dos planos de controlo oficiais	Registo informatizado DIC 006 / GSQ	Taxa convencionada de 125% sobre a meta
Ind11	Nível de satisfação de clientes e parceiros (de 0 a 5)	Relatório do inquérito satisfação dos clientes dos laboratórios INIAV	Nível máximo do intervalo
Ind12	Índice de cobertura do INIAV nos media	Ficheiro "Eventos" / GCI	Melhor resultado do histórico dos ciclos de gestão anteriores (2016)
Ind13	N.º de eventos de divulgação promovidos ou organizados pelo INIAV	Ficheiro "Eventos" / GCI	Melhor resultado do histórico dos ciclos de gestão anteriores (2015)
NOTAS EXPLICATIVAS			
a)	Novo Indicador		
b)			
c)			
# n...			

Balanço Social 2018



Instituto Nacional de
Investigação Agrária e
Veterinária, I.P.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA, FLORESTAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Relatório – Balanço Social Consolidado 2018

EDITOR

INIAV, IP
Quinta do Marquês, Av. Da República
2784 – 505 Oeiras
PORTUGAL
Telef.: 214 403 500 Fax: 214 403 660
E-Mail: presidencia@iniav.pt
Website: www.iniaiv.pt

COORDENAÇÃO

Helder Barreto

Conselho Diretivo
Helder.barreto@iniav.pt

ELABORAÇÃO

Departamento de Recursos Humanos
drh@iniav.pt

VERSÃO

1.0

DATA DE EDIÇÃO

22.março.2019

Índice

I.	INTRODUÇÃO	4
II.	RECURSOS HUMANOS	5
A.	Trabalhadores por modalidade de vinculação.....	5
B.	Trabalhadores por cargos e carreiras	6
C.	Trabalhadores segundo o género	7
D.	Trabalhadores por escalão etário	7
E.	Trabalhadores por escalão de antiguidade.....	8
F.	Trabalhadores por nível de escolaridade.....	8
G.	Trabalhadores portadores de deficiência.....	9
H.	Admissões / Regressos de Trabalhadores.....	9
I.	Saídas de Trabalhadores	9
J.	Mudança de situação	10
K.	Modalidades de horário e período normal de trabalho	10
L.	Trabalho extraordinário	11
M.	Ausências ao trabalho	11
III.	REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL.....	12
A.	Estrutura remuneratória	12
B.	Total de encargos com pessoal	12
IV.	HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	13
V.	FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	13
VI.	RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA	13

I. INTRODUÇÃO

O Balanço Social do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária I.P., abreviadamente designado INIAV, dá cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro e é elaborado de acordo com as orientações emanadas da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.

A par do Plano de Atividades, do Relatório de Atividades e do QUAR, o Balanço Social constitui um importante instrumento de planeamento, organização e controlo de recursos humanos.

Este documento, reportado a 31 de dezembro 2018, efetua uma caracterização exaustiva dos recursos humanos do INIAV, potenciando um conjunto de dados e indicadores que permitem proceder a reflexões, sustentar decisões e contribui para a consolidação do capital humano, para o aumento da motivação e do incremento das competências dos trabalhadores e para a melhoria do clima organizacional.

O atual Balanço Social assume-se, assim, como um instrumento fundamental desta nova cultura de gestão em que a Administração Pública e o Instituto se enquadram. Os dados aqui apresentados, para além de permitirem conhecer com detalhe a organização e os seus recursos humanos, permitem também efetuar uma avaliação do modo como o INIAV tem vindo a prosseguir os princípios subjacentes à reforma da Administração.

II. RECURSOS HUMANOS

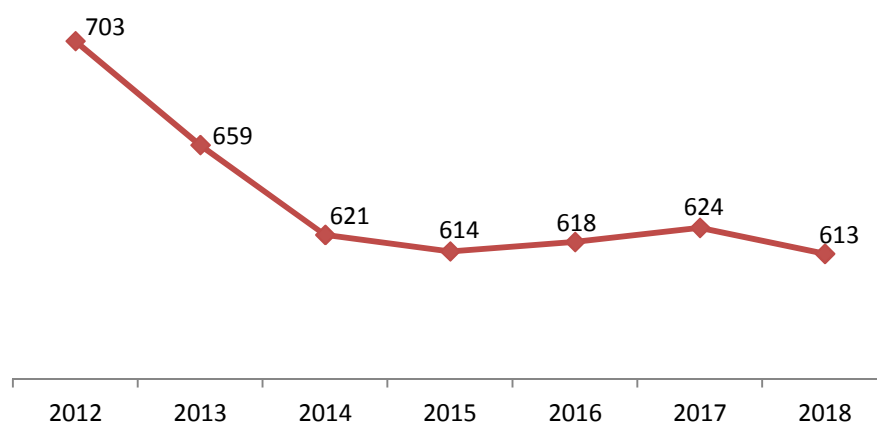
A. Trabalhadores por modalidade de vinculação

Em 31 de dezembro de 2018, o INIAV contava com um total de **613** trabalhadores:

- 590 em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado;
- 2 em regime de Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo;
- 1 em regime de Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto;
- 20 em Comissão de Serviço no âmbito da LVCR.

O número de efetivos verificado, reflete uma ligeira diminuição, em relação aos anos anteriores.

Gráfico 1 - Variação do Efetivo

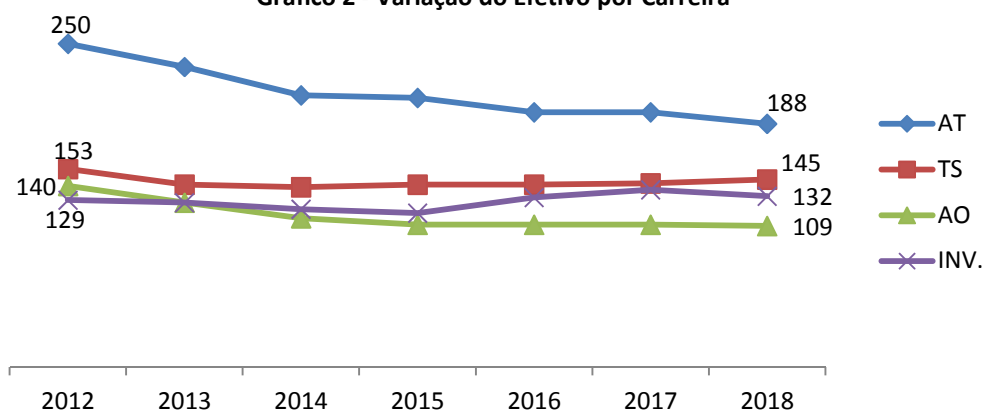


Assim, comparando o número de efetivos existentes em dezembro de 2012 (data da criação do INIAV), com aquele que encerrou o ano de 2018 regista-se, um decréscimo de 12,8%.

As taxas verificadas em algumas carreiras são muito significativas: Técnicos Superiores: - 5,2%, Assistentes Técnicos: - 24,8% e Assistentes Operacionais: - 22,1%.

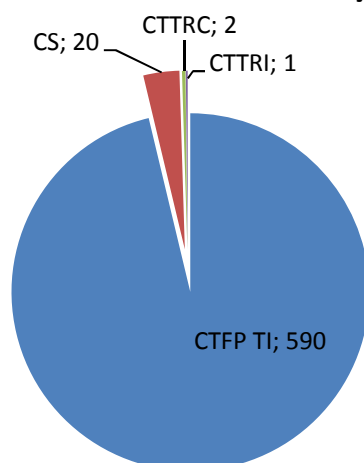
Contrariamente a essa tendência, a carreira de Investigação registou um aumento de 2,3%

Gráfico 2 - Variação do Efetivo por Carreira



A relação jurídica predominante é o Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado (CTFPTI), com 590 trabalhadores (96,2%), seguindo-se a nomeação em comissão de serviço (CS) no âmbito da Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações (LVCR - Estatuto do pessoal dirigente), com 20 trabalhadores (3,2%), e por último os Contratos de Trabalho a Termo Resolutivo (CTTR) com 3 Trabalhadores, sendo dois a Termo Resolutivo Certo (CTTRC) e um a Termo Resolutivo Incerto (CTTRI).

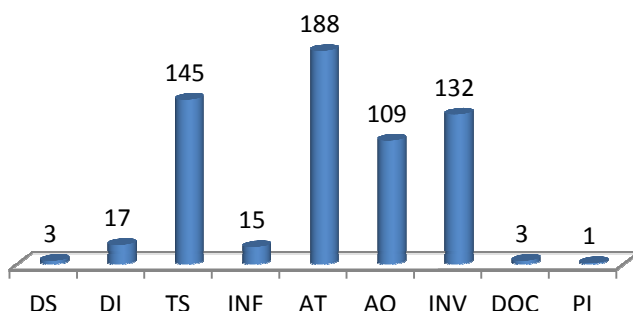
Gráfico 3 - Modalidade de vinculação



B. Trabalhadores por cargos e carreiras

Os 613 trabalhadores a exercer funções no INIAV, encontram-se repartidos por 9 grupos profissionais, sendo 3,3% dirigentes (DIR), 23,6% técnicos superiores (TS), 2,4% informáticos (INF), 30,1% assistentes técnicos (AT), 17,8% assistentes operacionais (AO), 21,5% investigadores (INV), 0,5% docentes (DOC) e 0,2% pessoal de inspeção (PI).

Gráfico 4 - Cargos e carreiras



A **Taxa de Tecnicidade** – relação entre o pessoal técnico (incluindo dirigentes, técnicos superiores, investigadores e informáticos) e o total de trabalhadores é de 50,9%.

Taxa de Tecnicidade		
2016	2017	2018
47,7%	50,3%	50,9%

C. Trabalhadores segundo o gnero

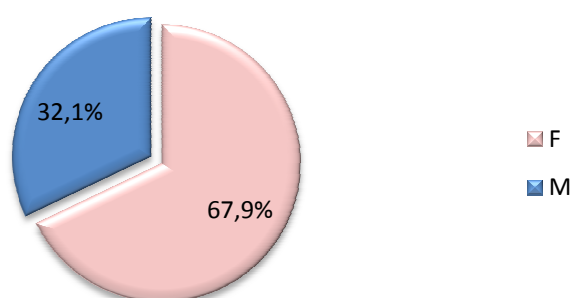
Do total de 613 trabalhadores, 416 sdo do gnero feminino e 197 sdo de gnero masculino, sendo o ndice de feminizao de 67,9%, ligeiramente inferior ao de 2017 (68,1%)

O diferencial entre gneros maior na carreira de assistente tcnico, onde 78,2% dos trabalhadores sdo do sexo feminino, seguido da carreira de tcnico superior, com 71%.

Esta diferena inverte-se na carreira de informtica em que, dos 15 existentes, 11 sdo do gnero masculino (73,3%).

Nos cargos dirigentes, a repartio entre gneros equitativa (50%).

Grfico 5 - Distribuio por gnero (%)



ndice de feminizao		
2016	2017	2018
68,6%	68,1%	67,9%

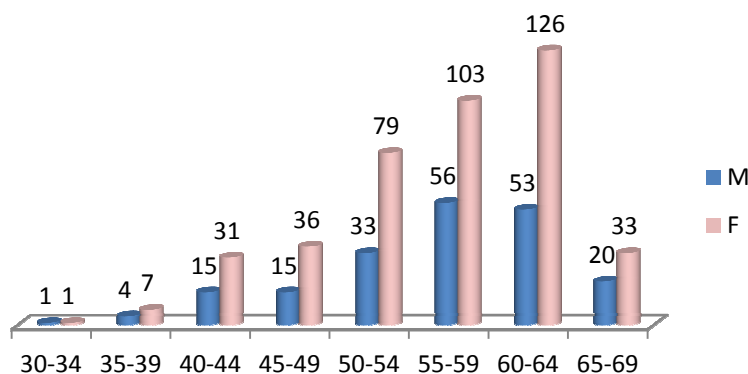
D. Trabalhadores por escalao etrio

Segundo a tendncia de anos anteriores, o maior nmero de trabalhadores situa-se nos escaloes acima dos 50 anos (81,9%)

O escalao etrio mais representativo o de 60-64 anos (29,2%).

O nvel etrio mdio de 55 anos.

Grfico 6 - Escalao Etrio



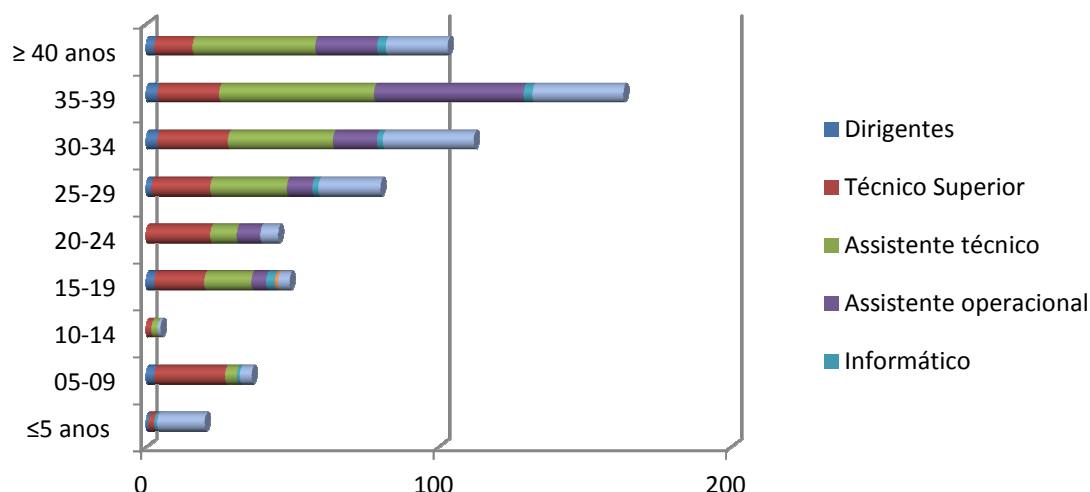
Nvel etrio mdio		
2016	2017	2018
54 anos	55 anos	55 anos

E. Trabalhadores por escalão de antiguidade

O nível de antiguidade mais representativo situa-se entre os 35 e os 39 anos de serviço (163 trabalhadores). Com 40 ou mais anos, existem 103 trabalhadores.

O nível médio de antiguidade situa-se nos 30 anos abrangendo 29 trabalhadores.

Gráfico 7 - Antiguidade

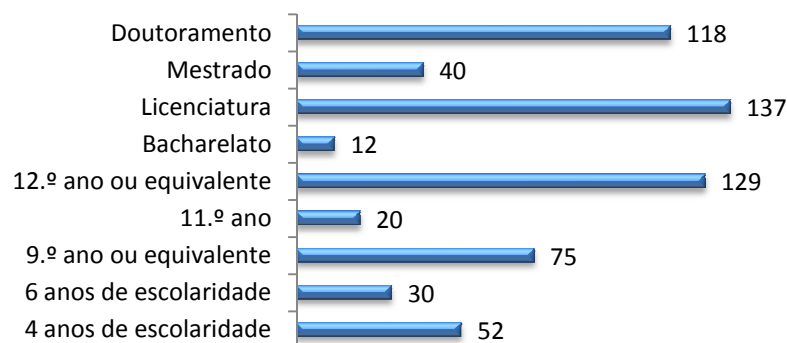


Nível médio de antiguidade		
2016	2017	2018
29 anos	29 anos	30 anos

F. Trabalhadores por nível de escolaridade

O elevado nível técnico existente no INIAV está patente no número de trabalhadores com formação superior (295), sendo que 67,8% pertencem ao género feminino e 32,2% ao género masculino.

Gráfico 8 - Nível de escolaridade



Taxa de habilitação superior		
2016	2017	2018
48,5%	50%	50,1%

G. Trabalhadores portadores de deficiência

Em 2018 registou-se um total de 39 trabalhadores (6,4%) portadores de deficiência.

H. Admissões / Regressos de Trabalhadores

Quadro 1 - Entradas/Regressos por modalidade de vinculação

Carreira	Comissão de Serviço	Proced. Concursal	Mobilidade Interna	Regresso Licença s/ Vencimento	Outras situações	Total
DIREÇÃO INTERMÉDIA					1	1
TÉCNICO SUPERIOR			11		4	15
ASSISTENTE TÉCNICO			6		1	7
ASSISTENTE OPERACIONAL			1		1	2
INFORMÁTICO		1			1	2
INSPEÇÃO			1			1
INVESTIGAÇÃO (inclui Docentes)					1	1
Total.....		1	19		9	29

Da análise comparativa do nº de admissões e regressos, por grupo profissional, verificou-se uma maior expressividade no grupo dos Técnicos Superiores (51,7%), sendo a “Mobilidade Interna”, a modalidade de vinculação mais utilizada (65,5%).

I. Saídas de Trabalhadores

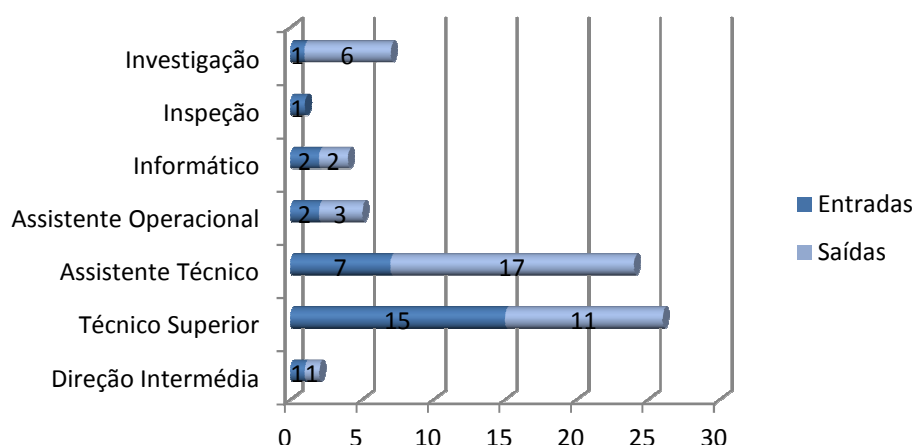
No ano em estudo, registou-se a saída de 40 trabalhadores (6,5%), sendo o grupo dos técnicos superiores e dos assistentes técnicos os de maior expressão.

O motivo predominante foi a mobilidade interna (37,5%), seguido da aposentação (30%),

Quadro 2 - Saídas por motivo

Carreira	Morte	Aposentação	Mobilidade interna	Licença sem vencimento	Comissão Serviço	Outras Situações	Total
DIREÇÃO INTERMÉDIA						1	1
TÉCNICO SUPERIOR		1	7		1	2	11
ASSISTENTE TÉCNICO	1	7	5	1		3	17
ASSISTENTE OPERACIONAL		1	2				3
INFORMÁTICO				1	1		2
INVESTIGAÇÃO (inclui Docentes)		3	1	1		1	6
Total.....	1	12	15	3	2	7	40

Gráfico 9 - Variação Saídas/Entradas



Taxa de reposição		
2016	2017	2018
71,4%	122,5%	72,5%

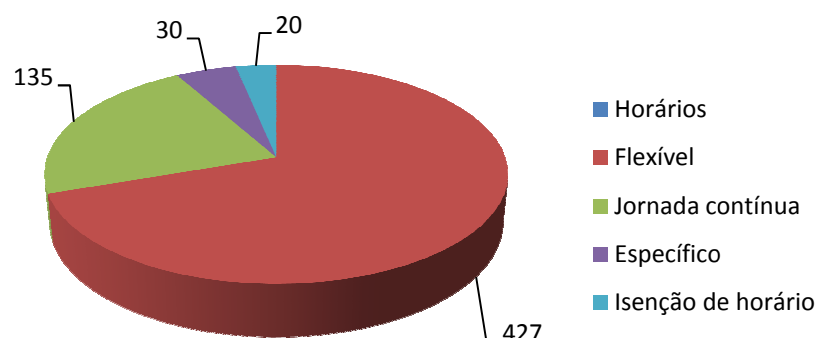
J. Mudança de situação

Em 2018, foi consolidada a situação de mobilidade na categoria a 4 trabalhadores – 4 Técnicos Superiores. Foram, ainda objeto de alteração obrigatória de posicionamento remuneratório, 474 trabalhadores.

K. Modalidades de horário e período normal de trabalho

O horário de trabalho predominante, é, em regra, o do horário flexível, com plataformas fixas das 10:30 às 12:30 e das 14:00 às 16:00, nos termos do Regulamento de Duração e Organização do Tempo de Trabalho, da Assiduidade e da Pontualidade (Deliberação nº 73/2017 de 1 de fevereiro).

Gráfico 10 - Modalidades de horário



L. Trabalho extraordinário

Ao longo de 2018, foi prestado no INIAV, um total de 1.285:16 horas de trabalho extraordinário.

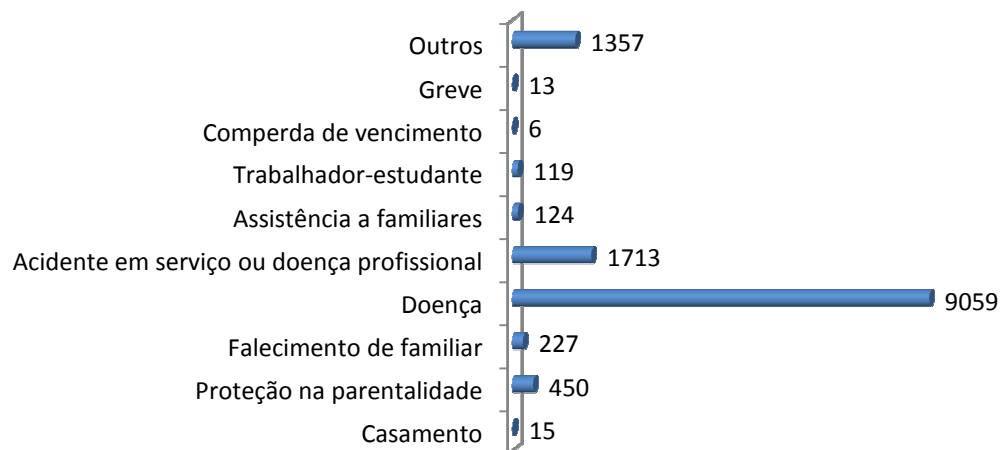
Quadro 3 – Modalidade de Prestação de trabalho extraordinário

Carreira	Diurno
ASSISTENTE TÉCNICO	105:30
ASSISTENTE OPERACIONAL	1.179:46
TOTAL:	1.285:16

M. Ausências ao trabalho

O número total de dias de ausências foi de 13.083 dias, sendo a doença, o motivo que mais a influenciou (69,2% do total de dias de ausência).

Gráfico 11 - Ausências



Taxa de absentismo		
2016	2017	2018
11,0%	9,7%	9,3%

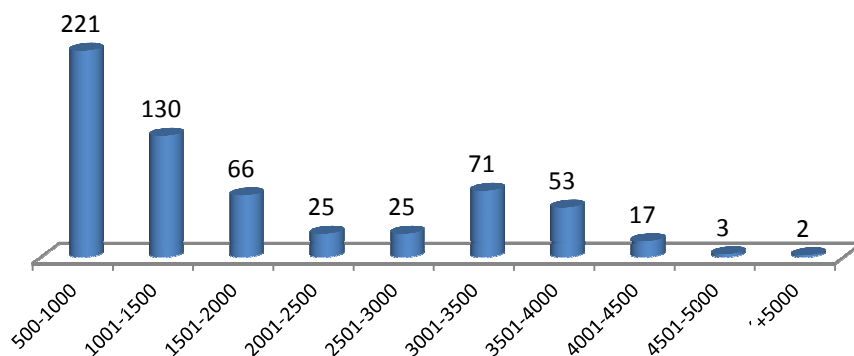
III. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL

A. Estrutura remuneratória

A estrutura remuneratória dos trabalhadores do INIAV tem um leque salarial ilíquido de 9 (relação entre as remunerações máxima e mínima).

Considerando a remuneração mensal base ilíquida correspondente à posição remuneratória dos efetivos no mês de dezembro, verifica-se que o escalão de remuneração com maior incidência é o de “501 a 1000€” com 36,1% dos colaboradores.

Gráfico 12 - Estrutura remuneratória (Unidade €)



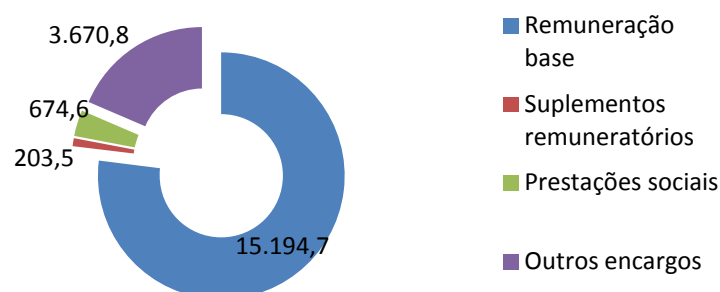
Leque salarial		
2016	2017	2018
9,6	9,2	9

B. Total de encargos com pessoal

Do total dos encargos com pessoal, 77% refere-se à remuneração base, 1% a suplementos remuneratórios e 3,4% a prestações sociais.

A rubrica “Outros encargos com pessoal” reflete, principalmente, a quota-parte do INIAV, como entidade patronal, nos descontos para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social.

Gráfico 13 - Encargos com pessoal (Unid. 1.000€)



Remunerações Base		
2016	2017	2018
14,289M€	14,984M€	15,195M€

IV. HIGIENE E SEGURANCA NO TRABALHO

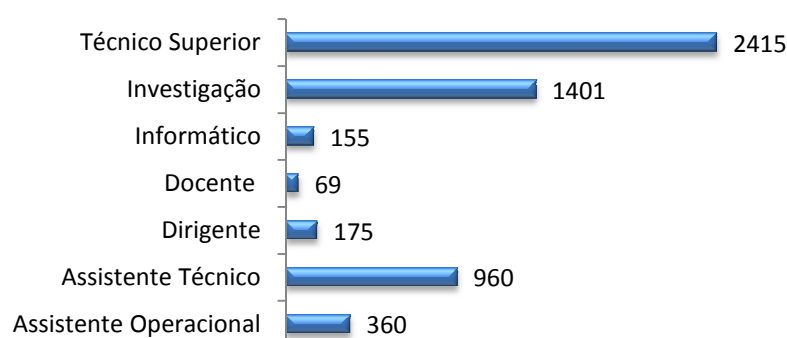
Durante o ano em referncia registaram-se 12 acidentes no local de trabalho, tendo resultado na perda de 1.324 dias de trabalho.

V. FORMACAO PROFISSIONAL

No seguimento da RCM n.º 89/2010, de 17 de novembro, o INIAV entendeu dar continuidade ao ciclo de formacao destinado a todos os trabalhadores, atraves de acoes de formacao internas e externas.

No ambito da formacao profissional foram frequentadas diversas acoes, num total de 5.539 horas, o correspondente a uma media de 18 horas por trabalhador.

Gráfico 14 - Volume de formacao



Taxa de Formacao		
2016	2017	2018
44,5%	34,3%	49,3%

VI. RELACOES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA

Estao sindicalizados 67 trabalhadores, os quais fazem descontos atraves da entidade patronal.

A taxa de sindicalizados e de 10,9%.

No ano em analise nao houve lugar a qualquer instauracao de processos disciplinares.

Anexos:

Anexo 1: PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO

RÁCIO GLOBAL	2016	2017	2018
$\text{Taxa de rotação} = \frac{\Sigma \text{trabalhadores em 31 de dezembro}}{\Sigma \text{trabalhadores em 1 de janeiro} + \text{entradas} + \text{saídas}} \times 100$	91,9%	91,9%	91,9%
$\text{Taxa de Reposição} = \frac{\Sigma \text{Admissões}}{\Sigma \text{Saídas}} \times 100$	114,8%	122,6%	72,5%
$\text{Índice de Enquadramento} = \frac{\Sigma \text{Dirigentes}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100$	2,9%	3,2%	3,3%
$\text{Índice de Feminização} = \frac{\Sigma \text{Trabalhadores do Género Feminino}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100$	68,6%	68,1%	67,9%
$\text{Índice de Tecnicidade} = \frac{\Sigma \text{Dirig.} + \Sigma \text{Téc. Sup.} + \Sigma \text{Informáticos} + \Sigma \text{Invest.}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100$	50,3%	50,3%	50,9%
$\text{Nível Etário Médio} = \frac{\Sigma \text{Idades}}{\text{Total de trabalhadores}}$	56 anos	55 anos	55 anos
$\text{Leque Etário} = 69 \text{ anos (Trabalhdor mais idoso)} - 33 \text{ anos (Trabalhador menos idoso)}$	38 anos	37 anos	36 anos
$\text{Índice de Envelhecimento} = \frac{\Sigma \text{Trabalhadores com idade} > 55}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100$	42,8%	55%	63,8%
$\text{Nível Médio de Antiguidade} = \frac{\Sigma \text{Antiguidades}}{\text{Total de trabalhadores}}$	29 anos	29 anos	30 anos
$\text{Taxa de Efetivos Deficientes} = \frac{\Sigma \text{Trabalhadores Deficientes}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100$	6,5%	6,4%	6,4%
$\text{Índice de trabalhadores Estrangeiros} = \frac{\Sigma \text{Trabalhadores Estrangeiros}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100$	0,3%	0,3%	0,5%
$\text{Taxa de Formação Superior} = \frac{\Sigma \text{Bachar.} + \Sigma \text{Licenc.} + \Sigma \text{Mestr.} + \Sigma \text{Doutor.}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100$	48,5%	50%	50,1%
$\text{Taxa de Habilitação Secundária} = \frac{\Sigma \text{Trabalhadores com 11ª ou 12ª ano}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100$	25,2%	24%	24,3%
$\text{Taxa de Escolaridade Básica} = \frac{\Sigma \text{Trabalhadores com escolaridade} < 9 \text{ anos}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100$	26,2%	25,6%	25,6%
$\text{Taxa de Admissões e Regressos} = \frac{\Sigma \text{Admissões e Regressos}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100$	9,3%	6%	4,7%
$\text{Taxa de Saídas} = \frac{\Sigma \text{Saídas}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100$	4,3%	4,9%	6,5%
$\text{Taxa de Aposentações} = \frac{\Sigma \text{Trabalhadores aposentados}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100$	0,8%	2,2%	2%
$\text{Taxa de Absentismo} = \frac{\Sigma \text{Dias de ausência (sem férias)}}{\text{Nº Dias Trabalháveis} \times \text{Total de trabalhadores}} \times 100$	11%	9,7%	9,3%
$\text{Taxa de Incidência de Acidentes de trabalho} = \frac{\Sigma \text{Acidentes em serviço}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100$	2,5%	1,4%	2%
$\text{Leque Salarial Ilíquido} = \frac{\text{Maior Remuneração Base}}{\text{Menor Remuneração Base}}$	8,8%	9,2%	9%
$\text{Vencimento Base Médio} = \frac{\Sigma \text{Remunerações Mensais Base}}{\text{Total de trabalhadores}}$	1647,17€	1726,96€	1776,3€
$\text{Taxa de Formação Profissional} = \frac{\Sigma \text{Participantes em ações de FP}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100$	44,5%	34,3%	49,3%
$\text{Taxa de Efetivos Sindicalizados} = \frac{\Sigma \text{Trabalhadores Sindicalizados}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100$	14%	13,4%	10,9%

Relatório & Contas da Gestão 2018

Em conformidade com o SNC-AP
(SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS)



Instituto Nacional de
Investigação Agrária e
Veterinária, I.P.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA, FLORESTAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL

Ficha técnica:

Título:

Relatório e Contas da Gestão de 2018

Editor:

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, IP

Av. da República, Quinta do Marquês, 2780-505 Oeiras, PORTUGAL

Tel: (+351) 21 440 3500/3311 Fax: (+351) 21 441 6011

www.iniaav.pt

Coordenado por:

Conselho Diretivo

Helder Barreto

Elaborado por:

Departamento de Recursos Financeiros e Património (DRFP)

Catarina Rosário

Célia Sarmiento

Filipa Simões

Tratamento de dados, conceção, composição e grafismo:

Departamento de Recursos Financeiros e Património (DRFP)

Maio de 2019

CONTEÚDO

1. Nota Introdutória	4
2. Caracterização do INIAV, I.P.	6
3. Enquadramento Orçamental do INIAV, I.P.	8
4. Enquadramento Orçamental Receita.....	9
5. Execução Orçamental da Receita.....	11
6. Enquadramento Orçamental da Despesa	12
7. Execução Orçamental da Despesa	13
8. Execução do Orçamento (Receita vs Despesa)	14
9. Situação Patrimonial	14
10. Análise às Demonstrações Financeiras	16
11. Análise de Rácios.....	17
Demonstração de Resultados por Natureza.....	20
Balanço.....	21
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	22
Demonstração das alterações ao Património Líquido.....	23
Demonstração do Desempenho Orçamental.....	24
Notas às Demonstrações Financeiras.....	25

1. Nota Introdutória

O Presente Relatório às Contas e Gestão de 2018 traduz a primeira apresentação de contas do INIAV, I.P. elaborado em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), sugerindo-se, para um adequado enquadramento da informação, a sua análise combinada com o Relatório Anual de Atividades de 2018, divulgado em simultâneo.

Importa realçar que o resultado expresso no presente instrumento de gestão encerra o trabalho desenvolvido ao longo de todo o ano de 2018, enquanto marco disruptivo na evolução futura deste instituto no que respeita à avaliação da sua *compliance* e também da sua *performance*.

O processo de transição para o SNC-AP, decidido pelo Conselho Diretivo no âmbito da entrada em vigência do DL 192/2015, foi assim encarada como uma oportunidade para a regularização e aplicação dos normativos contabilísticos cuja aplicação ao INIAV já seria exigível em termos de aplicação do anterior normativo POCP, mas não ocorrera com a tardia implementação em sede do exercício de 2014.

Igualmente tornou-se evidente e crítico que seria necessário assegurar no âmbito da previsível transição para o novo normativo da Contabilidade Pública – SNC-AP, a implementação de um novo Sistema Integrado de Gestão e Informação que agregasse e substituísse a miríade de aplicações e sistemas não integrados e não comunicantes que até então tratavam matéria contabilística, orçamental, patrimonial e de RH.

O novo ERP – SIGINIAV - desenvolvido e implementado de forma modular e à luz do novo normativo, entrou em produção nas áreas financeira, gestão de RH e gestão patrimonial em 2018, mantendo-se atualmente em desenvolvimento, adequação e/ou melhoria nas áreas modulares:

- O Centro de Apuramento (dando continuidade aos desenvolvimentos aplicados já em 2018 na área da contabilidade de gestão);
- A Preparação Orçamental (conjugando a vertente orçamental/financeira com o Plano anual de atividades operacionais do Instituto)
- A integração bidirecional entre o ERP SIGINIAV e o LIMS Nautillus (Sistema Integrado de Informação Laboratorial, através do qual são geridas as atividades laboratoriais do Instituto)
- A Gestão Estratégica, assegurada, entre outros, através dos módulos BSC (Balanced Scorecard) e CAV (Consulta Avançada)
- A revisão aos fluxos e procedimentos integrados nas áreas da gestão financeira de projetos e da gestão de processos de aprovisionamento

- A continuidade ao desenvolvimento do módulo de CRM – Customer Relationship Management
- A desmaterialização de processos assentes na gestão documental integrada de todo o Instituto

Os objetivos de implementação do ERP e transição do normativo SNC-AP, encetados sob fortes constrangimentos em recursos humanos e financeiros adequados à dimensão do desafio, foram alcançados, envolvendo uma extensa atividade de regularização de aspetos patrimoniais e contabilísticos que se mantinham irresolutos desde a criação do Instituto em 2012.

As maiores variações decorridas dos aspetos atrás mencionados, verificaram-se, nestes termos, no Ativos Fixos Tangíveis e de Património Líquido. Os principais desenvolvimentos contabilísticos resultantes da transição para o SNC-AP e ora espelhados no presente relatório e detalhados nas Notas às Demonstrações Financeiras, abordaram, entre outros, os seguintes pontos:

- Retificação aos Ativos fixos tangíveis e intangíveis
- Critérios de mensuração dos Imóveis detidos pelo INIAV
- Reclassificação dos Investimentos Financeiros
- Produção Vinícola (Vinho de Carcavelos) no âmbito do Protocolo INIAV/ CMO
- Inventariação do Equipamento Biológico e Ativo Biológico

Esta transição traduz o esforço e qualidade do trabalho desenvolvido pelas várias equipas do INIAV, tanto das áreas operacionais como das áreas de suporte, tendo permitido colocar o Instituto agora também no pelotão dos organismos que lideram a modernização da administração pública na área dos modelos de gestão.

Importa, no entanto, realçar e agradecer de forma reconhecida, no âmbito deste bem-sucedido desafio os contributos particularmente relevantes das equipas do Departamento de Recursos Humanos e Departamento de Recursos Financeiros e Patrimoniais, e em particular das colaboradoras que compuseram o grupo de trabalho¹ que permitiu concluir a transição para o novo normativo.

O Vogal do CD para as áreas administrativa e financeira



(Helder Barreto)

¹ Grupo de Trabalho, sob supervisão do Conselho Diretivo, composto pelas Técnicas Superiores Catarina Rosário, Célia Sarmento e Filipa Simões com o apoio, em matéria relevante do DRH, da Técnica Superior Clara Marques.

2. Caracterização do INIAV, I.P.

Missão

O INIAV tem por missão *“a prossecução da política científica e a realização de investigação de suporte a políticas públicas orientadas para a valorização dos recursos biológicos nacionais, na defesa dos interesses nacionais e na prossecução e aprofundamento de políticas comuns da União Europeia.”*, de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 69/2012, de 20 de março, que aprovou a sua Lei Orgânica.

Atribuições

Neste enquadramento, o INIAV prossegue as seguintes atribuições:

- Desenvolver as bases científicas e tecnológicas de apoio à definição de políticas públicas sectoriais;
- Promover atividades de investigação, experimentação e demonstração, na linha das políticas públicas definidas para os respetivos sectores, que assegurem o apoio técnico e científico conducente ao desenvolvimento e inovação e melhoria da competitividade, nas áreas agroflorestal, da proteção das culturas, da produção alimentar, da sanidade animal e vegetal, da segurança alimentar, bem como na área das tecnologias alimentares e da biotecnologia com aplicação nas referidas áreas;
- Assegurar as funções de Laboratório Nacional de Referência, nomeadamente, nas áreas da segurança alimentar, da sanidade animal e vegetal;
- Cooperar com instituições científicas e tecnológicas afins, nacionais ou estrangeiras, e participar em atividades de ciência e tecnologia, designadamente em consórcios, redes e outras formas de trabalho conjunto, e promover o intercâmbio e a transmissão de conhecimentos com entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais, nomeadamente através da celebração de acordos e protocolos de cooperação, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Participar na elaboração dos planos oficiais de controlo nas áreas da saúde animal e vegetal e segurança alimentar;
- Assegurar a realização das análises laboratoriais enquadradas nos planos oficiais de controlo coordenados pelo MAFDR, nas áreas da sua competência, designadamente, através da colocação em rede dos laboratórios acreditados já existentes.

Enquadramento Legal

Decreto-Lei n.º 18/2014, de 4 de fevereiro: Lei Orgânica do Ministério da Agricultura e do Mar.

Decreto-Lei n.º 69/2012 de 20 de março, que aprova a orgânica do INIAV.

Portaria 392/2012 de 29 de novembro, que aprova os estatutos do INIAV.

Deliberação do Conselho Diretivo n.º 4/2013, de 29 de janeiro, que cria quatro Gabinetes de Apoio Técnico e três Polos de Atividades.

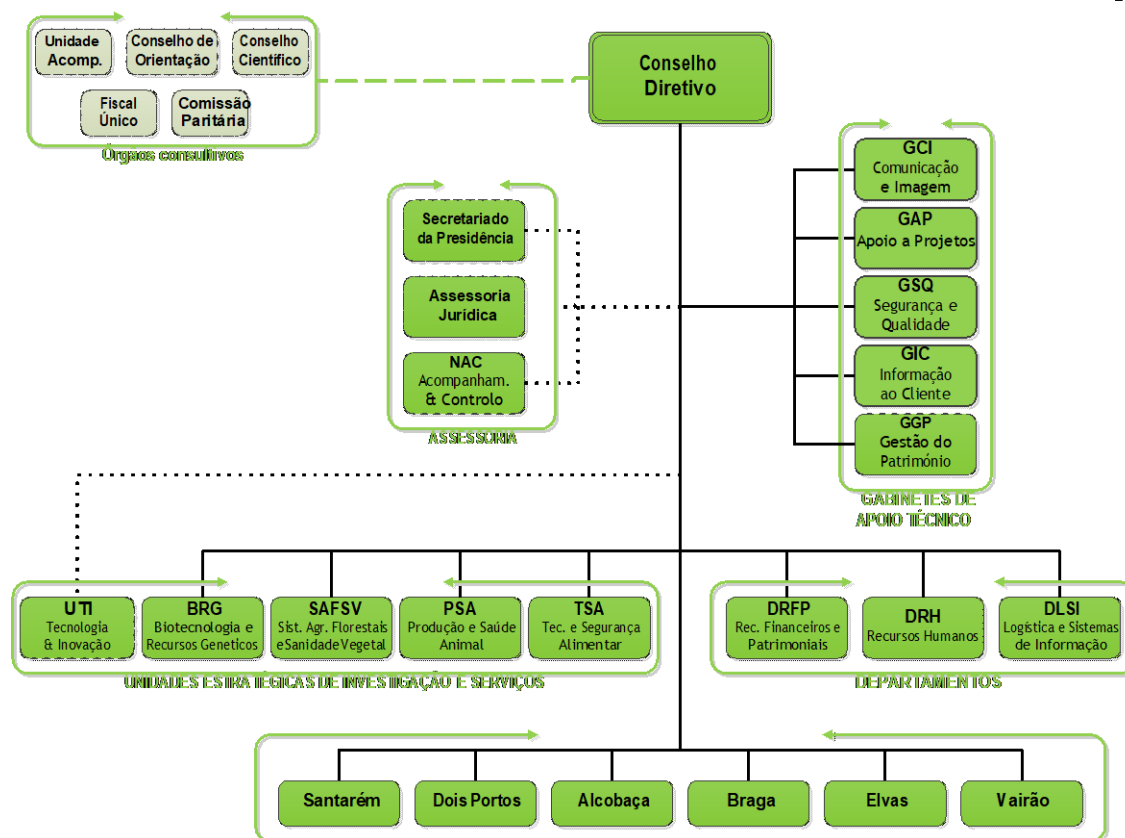
Deliberação do Conselho Diretivo n.º 11/2014, de 1 de junho, que cria o quarto Pólo de Atividades.

Estrutura Orgânica do INIAV

Constituem órgãos do INIAV, I.P. nos termos da lei orgânica do Instituto, o Conselho Diretivo (CD), Fiscal Único, Conselho de Orientação, Conselho Científico (CC) e Comissão Paritária.

De acordo com a Portaria n.º 392/2012 de 29 de novembro, que aprova os estatutos do INIAV, a sua organização interna está estruturada da seguinte forma:

- Unidades orgânicas de 1.º nível designadas por:
 - ✓ Unidades Estratégicas de Investigação e Serviços (UEIS) - quatro Unidades Estratégicas de Investigação e Serviços, que promovem as atividades de investigação, desenvolvimento, experimentação e inovação em curso no INIAV e efetuam o aconselhamento técnico-científico ao respetivo membro do Governo - Biotecnologia e Recursos Genéticos, Sistemas Agrários e Florestais e Sanidade Vegetal, Produção e Saúde Animal, Tecnologia e Segurança Alimentar;
 - ✓ Departamentos - três Departamentos que asseguram as funções de carácter transversal, necessárias no apoio à gestão e à garantia das obrigações legais – Recursos Humanos, Recursos Financeiros e Patrimoniais, e Logística e Sistemas de Informação.
- Unidades orgânicas de 2.º nível, criadas por deliberação do Conselho Diretivo, designadas por:
 - ✓ Gabinetes de Apoio Técnico - quatro Gabinetes de Apoio Técnico, que embora fazendo parte da estrutura flexível do Instituto, apoiam o Conselho Diretivo e dinamização da atividade científica – Gabinete de Comunicação e Imagem, Gabinete da Segurança e Qualidade, Gabinete de Informação ao Cliente, Gabinete de Apoio a Projetos;
 - ✓ Polos de Atividades - quatro Polos de atividades, onde são desenvolvidas as diferentes atividades do INIAV, distribuídos por vários distritos nacionais – Polos de Dois Portos, Santarém, Alcobaça, Braga;
 - ✓ Unidades Desconcentradas – duas unidades onde são desenvolvidas as diferentes atividades do INIAV, Vila de Conde e Elvas.



3. Enquadramento Orçamental do INIAV, I.P.

As atividades do INIAV foram asseguradas por recursos financeiros, provenientes de:

- **Receitas gerais** - dotações atribuídas pelo Orçamento de Estado - orçamento de funcionamento e orçamento de investimento (PIDDAC);
- **Receitas comunitárias** – dotações consignadas a projetos de investigação e desenvolvimento;
- **Receitas próprias** – dotações resultantes da venda de bens e da prestação de serviços, decorrentes das suas atividades laboratoriais, destacando-se a execução dos Planos de Controlo Oficial no âmbito da segurança alimentar, sanidade animal e vegetal, do controlo às exportações, assim como à salvaguarda da saúde animal e da saúde pública e da assistência técnica às empresas e agentes económicos;
- **Receitas da transferência de verbas das Administrações Públicas** – dotações resultantes de:
 - ✓ Transferência de verbas consignadas a projetos de investigação e desenvolvimento, nomeadamente das entidades financiadoras de programas de investigação - Fundação da Ciência e Tecnologia e Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas;
 - ✓ Transferência de verbas no âmbito do Contrato-Programa celebrado entre a Fundação para a Ciência e Tecnologia e este Instituto.

Estes recursos financeiros são classificados no orçamento do Instituto nas seguintes fontes de financiamento:

Fontes de Financiamento do Orçamento

Código	Designação Fonte Financiamento
311	RG NÃO AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS
313	SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS
319	TRANSFERÊNCIAS DE RG ENTRE ORGANISMOS
358	SALDOS DE RG AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS
359	TRANSFERÊNCIAS DE RG AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS ENTRE ORGANISMOS
411	FEDER - COMPETIVIDADE
413	FEDER - CENTRO 2020
414	FEDER - LISBOA 2020
415	FEDER - ALENTEJO 2020
416	FEDER - ALGARVE 2020
421	FEDER - PO TRANSFONTEIRIÇO ESPANHA-PORTUGAL
422	FEDER - PO TRANSNACIONAL
432	FUNDO DE COESÃO - SEUR
452	FEADER - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL CONTINENTE
462	FEAGA
482	OUTROS
488	SALDOS DE FUNDOS EUROPEUS
513	RECEITA PRÓPRIA

4. Enquadramento Orçamental Receita

Em 2018 o orçamento inicial da receita era de 31.217.685 euros e o orçamento face às correções apresentou um total de 32.671.300 euros, tendo-se verificado uma variação absoluta total no valor de 1.453.615 euros conforme explanado nos pontos seguintes.

Esta variação absoluta ao nível do orçamento, face ao inicialmente orçamentado, regista-se com maior impacto nas Receitas Gerais (1.016.587 euros) e nas Transferências de RG entre Organismos (522.442 euros).

Face ao período homólogo de 2017, existiu um aumento no total da variação absoluta em 1.152.981 euros, no qual apresentava um valor total de variação absoluta de 300.634 euros.

Orçamento da receita por recursos financeiros

Recursos Financeiros	Previsões Iniciais	Previsões Corrigidas	Variação Absoluta
Receitas Gerais	18.847.717 €	19.864.304 €	1.016.587 €
Receitas Próprias	6.760.000 €	6.760.000 €	0 €
Saldos Receitas Próprias		2 €	2 €
Saldos Receitas Gerais		2.095 €	2.095 €
Transferências de RG entre Organismos	157.921 €	543.557 €	385.636 €
Saldos de Receitas Gerais a Projetos Cofinanciados		349 €	349 €
Receitas Gerais Projetos Cofinanciados	180.960 €	309.866 €	128.906 €
Financiamento Europeu	5.271.087 €	5.271.087 €	0 €
Outros saldos Financiamento Europeu		12.910 €	12.910 €
Total Geral	31.217.685 €	32.764.170 €	1.546.485 €

Varição da receita por FF

Fonte de Financiamento	Previsões Iniciais	Previsões Corrigidas	Variação Absoluta
311	18.847.717 €	19.864.304 €	1.016.587 €
313		2.095 €	2.095 €
319	157.921 €	543.557 €	385.636 €
358		254 €	254 €
359	180.960 €	309.866 €	128.906 €
411	834.000 €	733.191 €	-100.809 €
413	116.000 €	107.678 €	-8.322 €
414	172.000 €	172.000 €	
415	1.522.000 €	1.263.584 €	-258.416 €
416		5.562 €	5.562 €
421	110.000 €	110.000 €	0 €
422	146.500 €	146.500 €	
432	900.000 €	702.028 €	-197.972 €
452	844.887 €	1.683.676 €	838.789 €
462	250.000 €	250.000 €	
482	375.700 €	96.868 €	-278.832 €
488		12.910 €	12.910 €
513	6.760.000 €	6.760.000 €	
522		97 €	97 €
Total Geral	31.217.685 €	32.764.170 €	1.546.485 €

- Reforço do orçamento, no montante de 1.016.587 euros, no âmbito da gestão flexível do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural a fim de colmatar o *deficit* em remunerações certas e permanentes e encargos da entidade patronal – FF 311 (orçamento de funcionamento);

- Fonte de financiamento 313, 358 e 488 no valor de 13.491 euros que dizem respeito a saldos de receitas gerais do ano de 2018;
- Fonte financiamento de receitas comunitários verificou-se uma variação de -278.832 euros devido a não efetivação das transferências respeitantes aos reembolsos dos pedidos de pagamento já apresentados e validados pelas entidades financiadoras;
- Fontes financiamento respeitantes a projetos cofinanciados verificou-se um acréscimo de 179.832 euros resultante de reembolsos de pedidos de pagamentos e adiantamentos.
- Fonte financiamento 522 integração de saldos de receitas próprias.

5. Execução Orçamental da Receita

Em 2018 o orçamento das previsões corrigidas dispunha de um saldo inicial de 32.671.300 euros, foi cobrada receita no montante de 28.196.308 euros o que originou uma taxa de execução de 86,31 % ao inicialmente previsto.

Em relação ao ano de 2017 verificou-se um acréscimo da taxa de execução da receita cobrada em cerca de 4,17%.

Execução da Receita

Recursos Financeiros	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução
Receitas Gerais	19.864.304 €	19.863.843 €	100,00%
Receitas Próprias	6.760.000 €	4.565.794 €	67,54%
SalDOS Receitas Próprias	2 €	1 €	66,50%
SalDOS Receitas Gerais	2.095 €	2.094 €	99,97%
Transferências de RG entre Organismos	543.557 €	542.304 €	99,77%
SalDOS de Receitas Gerais a Projetos Cofinanciados	349 €	348 €	99,63%
Receitas Gerais a Projetos Cofinanciados	309.866 €	311.568 €	100,55%
Financiamento Europeu	5.271.087 €	2.909.157 €	55,19%
Outros salDOS Financiamento Europeu	12.910 €	12.909 €	99,99%
Total Geral	32.764.170 €	28.208.018 €	86,09%

Execução da Receita Por FF

Fonte de Financiamento	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução
311	19.864.304 €	19.863.843 €	100,0%
313	2.095 €	2.094 €	100,0%
319	543.557 €	542.304 €	99,8%
358	254 €	254 €	100,0%
359	309.866 €	311.568 €	100,5%
411	733.191 €	191.313 €	26,1%
413	107.678 €	0 €	0,0%
414	172.000 €	119.737 €	69,6%
415	1.263.584 €	633.449 €	50,1%
416	5.562 €	5.561 €	100,0%
421	110.000 €	29.976 €	27,3%
422	146.500 €	23.776 €	16,2%
432	702.028 €	14.691 €	2,1%
452	1.683.676 €	1.683.675 €	100,0%
462	250.000 €	110.111 €	44,0%
482	96.868 €	96.867 €	100,0%
488	12.910 €	12.909 €	100,0%
513	6.760.000 €	4.565.794 €	67,5%
522	97 €	95 €	97,9%
Total Geral	32.764.170 €	28.208.018 €	86,09%

6. Enquadramento Orçamental da Despesa

Em 2018 a dotação inicial da despesa foi de 31.217.685 euros e a dotação corrigida de 32.671.300 euros, foram cativados – 22.991 euros conforme Decreto Lei de Execução Orçamental nas Transferências de RG entre Organismos (FF 319 e 359) e 169.000 euros em Investimento (OE) conforme Lei de Orçamento de Estado de 2018, dos quais foram 36.727 euros foram descativados para reforço das Renumerações certas e permanentes do âmbito da gestão flexível do Ministério.

Repartição da despesa

Recursos Financeiros	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Cativos Líquidos + Reserva
Receitas Gerais	18.847.717 €	19.864.304 €	461 €
Receitas Próprias	6.760.000 €	6.760.000 €	
Saldos Receitas Próprias			
Saldos Receitas Gerais			
Transferências de RG entre Organismos	157.921 €	543.557 €	9.741 €
Saldos de Receitas Gerais a Projetos Cofinanciados			
Receitas Gerais Projetos Cofinanciados	180.960 €	309.866 €	13.250 €
Financiamento Europeu	5.271.087 €	5.271.087 €	
Outros saldos Financiamento Europeu		12.910 €	
Total Geral	31.217.685 €	32.761.724 €	23.452 €

Repartição da despesa por FF

Fonte de Financiamento	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Cativos Líquidos + Reserva
311	18.847.717 €	19.864.304 €	461 €
319	157.921 €	543.557 €	9.741 €
359	180.960 €	309.866 €	13.250 €
411	834.000 €	733.191 €	
413	116.000 €	107.678 €	
414	172.000 €	172.000 €	
415	1.522.000 €	1.263.584 €	
416		5.562 €	
421	110.000 €	110.000 €	
422	146.500 €	146.500 €	
432	900.000 €	702.028 €	
452	844.887 €	1.683.676 €	
462	250.000 €	250.000 €	
482	375.700 €	96.868 €	
513	6.760.000 €	6.760.000 €	
488		12.910 €	
Total Geral	31.217.685 €	32.761.724 €	23.452 €

7. Execução Orçamental da Despesa

Execução da despesa

Recursos Financeiros	Dotações Corrigidas	Despesa Total Liq. Paga	Taxa de Execução
Receitas Gerais	19.864.304 €	19.856.117 €	99,96%
Receitas Próprias	6.760.000 €	4.565.385 €	67,54%
Saldo Receitas Próprias			
Saldo Receitas Gerais			
Transferências de RG entre Organismos	543.557 €	514.972 €	94,74%
Saldo de Receitas Gerais a Projetos Cofinanciados			
Receitas Gerais Projetos Cofinanciados	309.866 €	290.899 €	93,88%
Financiamento Europeu	5.271.087 €	2.854.250 €	54,15%
Outros saldos Financiamento Europeu	12.910 €	12.859 €	99,60%
Total Geral	32.761.724 €	28.094.483 €	85,75%

8. Execução do Orçamento (Receita vs Despesa)

Execução Orçamental

Recursos Financeiros	Receita Cobrada Liquida	Despesa Total Liq. Paga	Taxa de Execução
Receitas Gerais	19.863.843 €	19.856.117 €	99,96%
Receitas Próprias	4.565.794 €	4.565.385 €	99,99%
Saldos Receitas Próprias	1 €	0 €	0,00%
Saldos Receitas Gerais	2.094 €	0 €	0,00%
Transferências de RG entre Organismos	542.304 €	514.972 €	94,96%
Saldos de Receitas Gerais a Projetos Cofinanciados	348 €	0 €	0,00%
Receitas Gerais Projetos Cofinanciados	311.568 €	290.899 €	93,37%
Financiamento Europeu	2.909.157 €	2.854.250 €	98,11%
Outros saldos Financiamento Europeu	12.909 €	12.859 €	99,61%
Total Geral	28.208.018 €	28.094.483 €	99,60%

9. Situação Patrimonial

Ao longo do ano de 2018 foram realizadas no âmbito do programa de investimento as seguintes intervenções:

Intervenções no âmbito dos projetos de Investimento (FF 311)

TIPO DE INTERVENÇÃO	VALOR C/IVA
POLO DE OEIRAS	
Empreitada de arranjos exteriores da Quinta do Marquês	36.885 €
Reparação do Sistema AVAC Florestal	68.880 €
Equipamentos de climatização	22.534 €
Lote 1, 2, 3 e 4 - Equipamentos eletrodomésticos e laboratoriais	36.346 €
Reparação do de RT PCR e aquisição de Hardware	6.829 €
Aquisição de Centrifuga e Bloco Térmico com Agitador + Micropipetas	16.909 €
Reparação de Ultracongeladores e Câmara de Frio	24.465 €
POLO DE ELVAS	
Obra de construção de rede de esgotos no Polo de Santarém	5.326 €
LAB. DE ALTER DO CHÃO	
Instalação de ar condicionado na sala do Banco Universal de ADN do Cavalo Lusitano	1.156 €
POLO DE DOIS PORTOS	
Empreitada de eletricidade (instalação de 2xUPS e quadros elétricos)	31.439 €
Bomba de calor + Depósito hidropneumático Autoclave Fibra WM 235L	4.945 €
VAIRÃO	
Alfaias agrícolas (destroçadora + 2 corta mato)	4.158 €
Total Geral	259.871 €

Ao longo do ano de 2018 foram efetuadas obras e adquiridos equipamento para a área laboratorial e para a área informática, no âmbito dos Projetos de Investigação e dos Planos de Controlo.

Obras e aquisições, no âmbito dos projetos de Investimento

Tipo de investimento por FF	Valor
Construção/reparação	
415	29.342 €
452	188.276 €
513	40.281 €
Equipamento laboratorial	
359	25.830 €
411	6.540 €
415	120.012 €
415 ; 513	2.917 €
422	16.457 €
432	6.027 €
452	102.839 €
462	4.176 €
513	218.260 €
Hardware/Software	
319	9.900 €
359	2.172 €
411	36.764 €
414	64.070 €
415	132.300 €
452	98.086 €
513	28.638 €
Total Geral	1.132.887 €

O INIAV detém várias participações financeiras as quais se encontram discriminadas, por entidade e valor nominal, nas Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.

10. Análise às Demonstrações Financeiras

Analisando as contas da Demonstração de Resultados, do Balanço e da Demonstração de Fluxo de Caixa da Gerência de 2018 é de referir:

- A Demonstração de Resultados do exercício apresenta:
 - ✓ Vendas e Prestações de Serviço no valor de 4.170.713,78 euros. Face às vendas e prestações de serviço realizadas em 2017, existe uma evolução de 24,75 % (3.343.187,65 euros registados em 2017);
 - ✓ Total de Réditos e Rendimentos no valor de 27.631.869,90 euros. Face a 2017, existe uma evolução de 14,59 % (24.112.687,59 euros registados em 2017);
 - ✓ Gastos e Custos (excluindo os gastos de depreciação) no valor de 26.567.619,12 euros. Face a 2017 existe um incremento de 16,30 % (22.843.777,78 euros registados em 2017);
 - ✓ Resultados operacionais no valor de -251.321,16 euros. Face a 2017 existe uma redução dos resultados face aos registados em 2017 (238.236,56 euros);
 - ✓ Resultado líquido do exercício no valor de -251.321,16 euros. Face a 2017 existe uma redução dos resultados face aos registados em 2017 (238.236,56 euros);
- O Balanço do exercício apresenta:
 - ✓ Total de ativo no valor de 12.156.851,53 euros. Face a 2017 existe uma variação positiva de 72,17 % (7.060.965,22 euros registados em 2017);
 - ✓ Fundos próprios no valor de 3.532.528,83 euros. Face a 2017 existe uma variação de 28,98 % (2.738.914,66 euros registados em 2017);
 - ✓ Total de Passivo no valor de 8.624.322,70 euros. Face a 2017 existe uma variação de 99,54 % (4.322.050,56 euros registados em 2017);
- A Demonstração de Fluxo de Caixa do exercício apresenta:
 - ✓ O valor apurado no Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais apresenta um total negativo 1.586.061,47 euros. Face a 2017 existe uma variação negativa de 1.129.261,47 euros (valor negativo de 456.800,00 euros registados em 2017);
 - ✓ O valor apurado no Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento apresenta um total negativo de 633.326,74 euros. Face a 2017 existe uma variação negativa de 643.157,50 euros (negativo 1.276.484,24 euros registados em 2017);
 - ✓ O valor apurado no Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento apresenta um total de 811.511,34 euros. Face a 2017 existe uma variação negativa de 2.344.901,76 euros (3.156.413,10 euros registados em 2017);
 - ✓ O valor apurado da Variação de Caixa e seus Equivalentes apresenta um total de 293.867,21 euros. Face a 2017 existe uma variação positiva de 572.442,66 euros (negativo 278.575,45 euros registados em 2017);

- ✓ A Gerência apresentava um Saldo de 84.342,24 euros, no início de período de 2018 e face às Variações de Caixa e seus Equivalentes ocorridas em 2018 (293.867,21 euros), a Gerência apresenta, no final de período de 2018, um Saldo de 378.209,45 euros;

11. Análise de Rácios

Principais Indicadores		
INDICADORES ECONÓMICOS	2018	2017
Rentabilidade Económica	9%	10%
Rentabilidade do Investimento	-5%	9%
Rentabilidade líquida do Ativo	-4%	4%
Rentabilidade de Fundos Próprios	-7%	9%
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	41	104
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	12	83
Rentabilidade do Activo	-2%	3%
Rotação do Activo	34%	47%
INDICADORES FINANCEIROS	2018	2017
Autonomia Financeira	29%	39%
Solvabilidade Total	0,41	0,63
Endividamento Total	71%	61%
Endividamento ML Prazo	73%	100%
INDICADORES DE LIQUIDEZ	2018	2017
Liquidez Geral	0,70	0,24
Liquidez Reduzida	0,24	0,22
Necessidade de Fundo de Maneio	378.613	191.247
Fundo de Maneio	-2.176.529	-3.305.847

- Rentabilidade Económica – Este indicador faz a relação entre o EBIT e o Ativo. No período de 2018 existiu um aumento de um ponto percentual face ao registado no final do período de 2017;
- Rentabilidade do Investimento – A Rentabilidade do Investimento (ou das Aplicações), é um indicador económico muito utilizado nas análises económicas e financeiras das empresas e que procura avaliar a eficiência e capacidade de gestão dos investimentos através da medição da capacidade dos ativos da empresa em gerar retorno financeiro, independentemente da forma como esses ativos foram financiados. Quanto maior o valor do ROI, melhor será a performance da empresa na utilização dos seus investimentos.
Face ao valor apresentado em 2018 existe uma redução na eficiência na utilização dos investimentos, atendendo ao valor apresentado em 2017;
- Rentabilidade líquida do Ativo – Este indicador apresenta uma redução em 2018 face ao registador em 2017;

- **Rentabilidade de Fundos Próprios** – Este indicador permite concluir se a rentabilidade do capital investido está ao nível expectável do investidor e comparar com as alternativas existentes no mercado.
Este indicador apresenta uma redução em 2018 face ao registador em 2017;
- **Prazo Médio de Recebimentos** – Esta relação mostra-nos o tempo médio necessário para receber dos clientes. Este indicador deverá ser inferior ao prazo médio de pagamentos para equilíbrio da tesouraria. Um rácio alto é em termos financeiros desfavorável, mostrando ineficiência nas cobranças ou falta de poder negocial com os seus clientes. Este rácio deverá ser comparado com os rácios da concorrência.
Em 2018 regista-se uma redução dos dias de recebimentos de Clientes, face ao valor apresentado em 2017. Podemos concluir que em 2018 as cobranças foram mais eficientes que em 2017;
- **Prazo Médio de Pagamentos** – Esta relação mostra-nos o tempo médio utilizado pela organização para pagar aos seus fornecedores. Um valor baixo deste indicador pode querer dizer que a organização tem fraco poder negocial perante os fornecedores. Por outro lado um valor demasiado alto pode querer dizer que a empresa está com dificuldades em cumprir as suas obrigações.
Em 2018 regista-se uma redução dos dias de pagamentos a fornecedores, face ao valor apresentado em 2017;
- **Rentabilidade do Ativo** – A Rendibilidade do Ativo, é um indicador de rentabilidade utilizado nas análises económicas e financeiras e que procura avaliar a eficiência e capacidade de gestão dos ativos detidos em termos de produção de resultados financeiros. Quanto maior o valor do ROA, melhor será a performance da organização na utilização dos seus ativos.
Em 2018 regista-se uma redução da performance na utilização dos seus ativos em 6 pontos percentuais face a 2017, refletindo o efeito da inventariação, caracterização e valorização integrais de Ativos Tangíveis/Intangíveis realizado no Instituto no âmbito da implementação e reexpressão contabilística para SNC-AP.;
- **Rotação do Ativo** – Este indicador de rotação do ativo é um rácio de atividade que procura medir o grau de eficiência na utilização dos ativos. Quanto maior o valor do rácio de rotação do ativo, maior é a eficiência operacional da atividade core.
Em 2018 regista-se uma redução de 3 pontos percentuais da eficiência face a 2017, também aqui traduzindo os efeitos da extensa inventariação de Ativos realizada ao longo de 2018.
- **Autonomia Financeira** – Este indicador expressa a participação dos fundos próprios no financiamento do instituto, pode-se dizer que um valor inferior a $\frac{1}{3}$ significa uma dependência excessiva de financiamento, por outro lado valores superiores a $\frac{1}{3}$ representa um bom grau de autonomia financeira.
Em 2018 este indicador tem a percentagem de 38%, superior a $\frac{1}{3}$, que representa um bom grau de autonomia financeira. Em 2017 apresentava o mesmo valor;

- Solvabilidade Total (e Endividamento Total) – Este indicador apresenta a capacidade de solvência de dívidas. Um valor superior a 1 significa que o património do instituto é suficiente para cobrir todas as suas dívidas, por outro lado um valor inferior a 1 significa que aquele não tem meios próprios para satisfazer toda a sua dívida.
Em 2018 este indicador apresenta um valor inferior a 1, contudo superior ao valor de referência mínimo - 0,5 - e igual ao apresentado em 2017;
- Endividamento ML Prazo – Em 2018 este indicador apresenta uma redução de 26% face ao valor registado em 2017. Esta redução deveu-se ao aumento do valor das Provisões registado em 2018;
- Liquidez Geral – É um indicador utilizado na concessão de Créditos de Curto Prazo, sendo o ativo circulante o que a organização transforma no prazo inferior a um ano em dinheiro, e o passivo circulante o que a organização tem de pagar nesse mesmo período. Pode-se dizer que a organização está em equilíbrio financeiro de Liquidez quando este rácio é superior a 1, ou seja o valor pago é inferior ao valor recebido.
Em 2018 este indicador apresenta uma recuperação considerável face ao registado em 2017. No entanto ainda é inferior a 1;
- Liquidez Reduzida – Este indicador, mede a liquidez de forma mais restritiva, ou seja, usa uma fórmula exatamente igual mas exclui os inventários do numerador. As diferenças encontradas em 2018 face a 2017 segue a mesma tendência da Liquidez Geral;
- Necessidade de Fundo de Maneio - Este indicador reflete a necessidade de cash-flow para colmatar as compras. Sendo este indicador em 2018 negativo, podemos concluir que no final 2018 o valor registado em Clientes e em Existências não permite cobrir ao montante total registado em fornecedores. Este indicador também demonstra bem a tendência ocorrida no indicador do prazo médio de Recebimentos, pois baixou em maior proporção que o indicador do prazo médio de pagamentos;
- Fundo de Maneio – Este indicador sendo negativo em 2018 e 2017 reflete a dificuldade existente em gerar Cash-flow para colmatar as necessidades correntes do instituto. Sendo que existiu um melhoramento em 2018 face a 2017;

Oeiras, 31 de maio de 2019

INIAV - Departamento de Recursos Financeiros e Patrimoniais



Demonstração dos Resultados por Natureza

De 2018/01/01 a 2018/12/31

João Paulo
do Rosário
Ribeiro Lima

Assinado de forma digital por
João Paulo do Rosário Ribeiro
Lima
DN: c=PT, o=Instituto Nacional
de Investigação Agrária e
Veterinária IP, cn=João Paulo do
Rosário Ribeiro Lima
Dados: 2019.06.04 18:29:44
+01'00'

Nuno Figueira
Boavida
Canada

Assinado de forma digital por
Nuno Figueira Boavida Canada
DN: c=PT, o=Instituto Nacional
de Investigação Agrária e
Veterinária IP, cn=Nuno
Figueira Boavida Canada
Dados: 2019.06.04 18:20:42
+01'00'

Helder
Constantino
Silveiro Barreto

Assinado de forma digital por Helder
Constantino Silveiro Barreto
DN: c=PT, o=Instituto Nacional
de Investigação Agrária e
Veterinária IP, cn=Helder Constantino
Silveiro Barreto, ou=Vogal do Conselho
Diretivo, email=helderbarreto@gmail.com,
c=PT
Dados: 2019.06.04 17:50:38 +01'00'



Balanço

De 2018/01/01 a 2018/12/31

Valores em Euros €

RUBRICAS		DATAS		
	Ativo	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017
Ativo não corrente			6.995.617,70	6.044.761,40
43 + 453 + 450 + 4553 - 4590 - 4593 - 45953	Ativos fixos tangíveis	0;5	6.589.622,79	5.581.040,47
42 + 452 + 4552 - 4592 - 45952	Propriedades de Investimento	0	0,00	0,00
44 + 454 + 4554 - 4594 - 45954	Ativos intangíveis	0;3	112.194,91	165.289,94
372 + 3922	Ativos biológicos	18;23	0,00	0,00
4111 + 4112 + 4121 + 4122 + 4131 + 4132 + 4141 + 4511 + 45511 - 4191 - 45911 - 459511	Investimentos financeiros	0;18;20	293.800,00	0,00
20322	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
2112 + 2132 + 21322 + 21332 + 21342 + 21392 + 21412 + 21422 + 21492 + 21612 + 21622 + 21632 - 21912 - 21922 - 21932	Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
266 + 26811 + 26821 - 2694	Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
281	Diferimentos		0,00	0,00
4113 + 4123 + 4133 + 4142 + 415 - 4192 - 4193 + 4512 + 45512 - 45912 - 459512	Outros ativos financeiros		0,00	298.430,99
2741	Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
27012 + 27812 + 27822 + 2789112 + 2789192 - 27912 - 27932 - 27942 - 27992	Outras contas a receber		0,00	0,00
Ativo corrente			5.161.233,83	1.016.203,82
32 + 33 + 34 + 35 + 36 + 391	Inventários	0;10	3.379.711,10	48.972,35
371 + 3921	Ativos biológicos	11	0,00	0,00
201 + 205	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	14	17.958,15	0,00
2031 + 20321	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
211 + 212 + 213 + 214 + 215 + 216 - 219	Clientes, contribuintes e utentes	0;13;14;18	471.492,05	951.860,27
2411 + 2412 + 2413 + 2418 + 24192 + 2432 + 24341 + 243491 + 2437 + 2438 + 2439	Estado e Outros Entes Públicos		0,00	0,00
261 + 262 + 263 + 26811 + 26821 - 2691 - 2692 - 2693	Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
720 + 2721 + 2781 + 2786 + 2091 + 27891 - 229 - 239 - 279	Outras contas a receber	24	688.542,83	-68.971,04
281	Diferimentos	23	225.320,25	0,00
1411 + 1421 + 1422 + 1423 + 1424 + 14291 - 19	Ativos financeiros detidos para negociação	1	0,00	0,00
1431 + 2772	Outros ativos financeiros		0,00	0,00
461 + 462 + 468 - 4691 - 4692 - 4698	Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
11 + 12 + 13	Caixa e depósitos	1	378.209,45	84.342,24
Total do ativo			12.156.851,53	7.060.965,22
Património Líquido				
51	Património/Capital	0;14	10.152.640,36	8.960.425,57
52	Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
53	Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
54	Prémios de emissão		0,00	0,00
55	Reservas	0	12.879,59	0,00
56	Resultados transitados	0	-7.366.074,21	-6.459.747,47
57	Ajustamentos em ativos financeiros	0	724.092,25	0,00
58	Excedentes de revalorização		0,00	0,00
59	Outras variações no património líquido	0;14	260.312,00	0,00
818	Resultado líquido do período		-251.321,16	238.236,56
89	Dividendos antecipados		0,00	0,00
Só nas demonstrações financeiras consolidadas	Interesses que não controlam		0,00	0,00
Passivo				
Passivo não corrente			1.286.559,83	0,00
29	Provisões	0;15	1.286.559,83	0,00
20422 + 25 + 2702	Financiamentos obtidos		0,00	0,00
2711 + 2712	Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
2212 + 2262	Fornecedores		0,00	0,00
273	Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
282	Diferimentos		0,00	0,00
2742	Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
237	Outras contas a pagar		0,00	0,00
Passivo corrente			7.337.762,87	4.322.050,56
202 + 206	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0,00	0,00
221 + 226	Fornecedores	0;25	158.213,44	814.613,04
218 + 276	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
2414 + 2417 + 242 + 2433 + 24342 + 2436 + 2439 + 244 + 245 + 246 + 249	Estado e Outros Entes Públicos	26	57.387,29	117.228,47
264 + 265 + 26812 + 26822	Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
2041 + 20421 + 25 + 2702	Financiamentos obtidos		0,00	0,00
2711 + 2712	Fornecedores de investimentos		0,00	494.568,99
2092 + 231 + 238 + 2722 + 275 + 2782 + 2783 + 2784 + 2785 + 27892	Outras contas a pagar	0;24	3.261.219,79	2.414.408,81
282	Diferimentos	0;19;23	3.860.942,35	481.231,25
1412 + 14292	Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
1432 + 2771	Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Total do Passivo			8.624.322,70	4.322.050,56
Total do Património Líquido e Passivo			12.156.851,53	7.060.965,22

João Paulo
do Rosário
Ribeiro Lima

Assinado de forma digital por
João Paulo do Rosário Ribeiro
Lima
DN: c=PT, o=Instituto Nacional de
Investigação Agrária e Veterinária
IP, cn=João Paulo do Rosário
Ribeiro Lima
Dados: 2019.06.04 18:28:34
+01'00'

Nuno Figueira
Boavida Canada

Assinado de forma digital por Nuno
Figueira Boavida Canada
DN: c=PT, o=Instituto Nacional de
Investigação Agrária e Veterinária IP,
cn=Nuno Figueira Boavida Canada
Dados: 2019.06.04 18:19:38 +01'00'

Helder
Constantino
Silveiro Barreto

Assinado de forma digital por Helder
Constantino Silveiro Barreto
DN: cn=Helder Constantino Silveiro Barreto,
o=INIAV, ou=Vigil da Consórcio Direção,
email=Helderbarreto@gmail.com, c=PT
Dados: 2019.06.04 17:49:23 +01'00'



Demonstração dos Fluxos de Caixa

De 01-01-2018 a 31-12-2018

Rubricas	Notas	Períodos	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		2018	
Recebimentos de Clientes	13;14;18	4.567.219,42	2.868.835,10
Recebimentos de Contribuintes		-	-
Recebimentos de Utentes		-	-
Pagamentos a Fornecedores	3;25	(6.230.529,65)	(3.567.046,29)
Pagamentos ao Pessoal	19	(19.715.497,51)	(18.890.003,75)
Caixa Gerada pelas Operações		(21.378.807,74)	(19.588.214,94)
Outros Recebimentos/Pagamentos	27;28	19.792.746,27	19.131.414,89
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (a)		(1.586.061,47)	(456.800,05)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos Respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis	5	(1.320.219,65)	(725.027,82)
Ativos Intangíveis	3	(216.576,77)	(132.940,53)
Propriedades de Investimento		-	-
Investimentos Financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Recebimentos Provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		-	-
Ativos Intangíveis		-	-
Propriedades de Investimento		-	-
Investimentos Financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao Investimento	14	260.312,00	224.641,61
Transferências de Capital		-	-
Juros e Rendimentos Similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (b)		(1.276.484,42)	(633.326,74)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos Obtidos	14	3.762.267,42	1.254.347,34
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital		-	-
Cobertura de Prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras Operações de financiamento	14	290.844,35	-
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Gastos Similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de Capital e de Outros Instrumentos de Capital		-	-
Outras Operações de Financiamento	14	(896.698,67)	(442.796,00)
Fluxos da Caixa das Atividades de Financiamento (c)		3.156.413,10	811.551,34
Variação de Caixa e Seus Equivalentes (a+b+c)		293.867,21	(278.575,45)
Efeito das Diferenças de Câmbio		-	-
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	1	84.342,24	362.917,69
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	1	378.209,45	84.342,24
Conciliação Entre a Caixa e Seus Equivalentes e Saldo de Gerência			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período			
Equivalentes a Caixa no Início do Período		-	-
Variações Cambiais de Caixa no Início do Período		-	-
Saldo de Gerência Anterior	1	84.342,24	362.917,69
De Execução Orçamental		15.371,20	119.922,09
De Operações de Tesouraria		68.971,04	242.995,60
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período			
Equivalentes a Caixa no Fim do Período		-	-
Variações Cambiais de Caixa no Fim do Período		-	-
Saldo para a Gerência Seguinte	1	378.209,45	84.342,24
De Execução Orçamental	1	113.554,04	15.371,20
De Operações de Tesouraria	1	264.655,41	68.971,04

João Paulo do
Rosário
Ribeiro Lima

Assinado de forma digital por João Paulo do Rosário Ribeiro Lima
DN: c=PT, o=Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária IP, cn=João Paulo do Rosário Ribeiro Lima
Dados: 2019.06.04 18:27:25 +01'00'

Nuno Figueira
Boavida
Canada

Assinado de forma digital por Nuno Figueira Boavida Canada
DN: c=PT, o=Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária IP, cn=Nuno Figueira Boavida Canada
Dados: 2019.06.04 18:17:52 +01'00'

Helder
Constantino
Silveiro Barreto

Assinado de forma digital por Helder Constantino Silveiro Barreto
DN: cn=Helder Constantino Silveiro Barreto, o=INIAV, ou=Vigil do Conselho Direto, email=helderbarreto@gmail.com, c=PT
Dados: 2019.06.04 17:51:15 +01'00'



Demonstração das alterações no património líquido DAPL

De 2018/01/01 a 2018/12/31

Descrição	Notas	Capital / património realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período (1)		8.960.425,57	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.459.747,47	0,00	0,00	0,00	238.236,56	2.738.914,66
Alterações no período												
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital	14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260.312,00	0,00	260.312,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	3;5;24;25;26;27;28;29;30;31;32;33;34;35;36;37;38;39;40;41;42;43;44;45;46;47;48;49;50;51;52;53;54;55;56;57;58;59;60;61;62;63;64;65;66;67;68;69;70;71;72;73;74;75;76;77;78;79;80;81;82;83;84;85;86;87;88;89;90;91;92;93;94;95;96;97;98;99;100	1.192.214,79	0,00	12.879,59	0,00	0,00	-906.326,74	724.092,25	0,00	0,00	-489.557,72	533.302,17
	(2)	1.192.214,79	0,00	12.879,59	0,00	0,00	-906.326,74	724.092,25	0,00	260.312,00	-489.557,72	793.614,17
Resultado líquido do Período (3)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Integral (4)=(2)+(3)		1.192.214,79	0,00	12.879,59	0,00	0,00	-906.326,74	724.092,25	0,00	260.312,00	-489.557,72	793.614,17
Operações com detentores de capital no período												
Subscrições de capital / património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		10.152.640,36	0,00	12.879,59	0,00	0,00	-7.366.074,21	724.092,25	0,00	260.312,00	-251.321,16	3.532.528,83



Demonstração do Desempenho Orçamental

De 01-01-2018 a 31-12-2018

Valores em Euros €

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento (n)						n-1	Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento (n)						n-1
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	União Europeia	Empréstimos	Fundos Alheios	Total				Receitas Próprias	Receitas Gerais	União Europeia	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	
RA01	Saldo de gestão anterior	95,40	2.366,46	12.909,34	-	68.971,04	84.342,24	-									
R101	Operações orçamentais [1]	95,40	2.366,46	12.909,34	-	-	15.371,20	-									
R102	Devolução do saldo oper. orçamentais	-	18,37	-	-	-	18,37	-									
R104	Recebimento do saldo devolvido por entidades terceiras	-	-	-	-	-	-	-									
R102	Operações de tesouraria [A]	-	-	-	-	68.971,04	68.971,04	-									
	Receita corrente	4.554.214,37	19.969.826,28	2.898.074,39	-	-	27.422.115,04	-	DA01	Despesa corrente	4.198.076,38	20.363.248,82	1.996.360,73	-	-	26.557.685,93	-
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-	D1	Despesas com pessoal	-	-	-	-	-	-	-
R1.1	Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1.356,04	15.517.226,95	-	-	-	15.518.582,99	-
R1.2	Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	8.035,82	69.558,26	24.084,23	-	-	101.678,31	-
R.2	Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	-	-	-	-	-	-	-	D1.3	Segurança Social	21.220,20	4.073.836,73	-	-	-	4.095.056,93	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-	D2	Aquisição de bens e serviços	3.464.797,91	493.717,40	1.441.983,69	-	-	5.400.499,00	-
R4	Rendimentos de propriedade	-	-	-	-	-	-	-	D3	Juros e outros encargos	1.695,51	-	-	-	-	1.695,51	-
R5	Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-	-	D4	Transferências correntes	-	-	-	-	-	-	-
R5.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	D4.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1	Administração Central - Estado	-	19.603.531,00	-	-	-	19.603.531,00	-	D4.1.1	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	348.618,69	-	-	-	348.618,69	-	D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	5.310,46	-	34.995,21	-	-	40.305,67	-
R5.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	D4.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	D4.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	D4.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R5.2	Exterior - UE	-	-	2.898.074,39	-	-	2.898.074,39	-	D4.2	Instituições sem fins lucrativos	250,00	415,00	-	-	-	665,00	-
R5.3	Outras	-	17.676,59	-	-	-	17.676,59	-	D4.3	Famílias	20.621,05	55.181,30	489.746,30	-	-	565.548,65	-
R6	Venda de bens e serviços	4.554.214,37	-	-	-	-	4.554.214,37	-	D4.4	Outras	4.569,70	24.906,00	5.551,30	-	-	35.027,00	-
R7	Outras receitas correntes	-	-	-	-	-	-	-	D5	Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
	Receita de capital	11.081,18	747.888,14	10.321,61	-	-	769.290,93	-	D6	Outras despesas correntes	670.219,69	128.407,18	-	-	-	798.626,87	-
R8	Venda de bens de investimento	11.081,18	-	-	-	-	11.081,18	-	DA02	Despesa de capital	367.308,89	298.739,66	870.747,87	-	-	1.536.796,42	-
R9	Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	D7	Venda de bens de investimento	367.308,89	298.739,66	870.747,87	-	-	1.536.796,42	-
R9.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	D8	Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1	Administração Central - Estado	-	260.312,00	-	-	-	260.312,00	-	D8.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	487.576,14	-	-	-	487.576,14	-	D8.1.1	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	D8.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	D8.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R9.2	Exterior - UE	-	-	10.321,61	-	-	10.321,61	-	D8.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R9.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-	D8.2	Exterior - UE	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	D8.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	498,57	-	760,65	-	-	1.259,22	-	D8.4	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
RA04	Receita efetiva [2]	4.565.794,12	20.717.714,42	2.909.156,65	-	-	28.192.665,19	-	D9	Reposições não abatidas aos pagamentos	-	-	-	-	-	-	-
RA05	Receita não efetiva [3]	-	-	-	-	-	-	-	DA03	Despesa efetiva [5]	4.565.385,27	20.661.988,48	2.867.108,60	-	-	28.094.482,35	-
R12	Receita com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	DA04	Despesa não efetiva [6]	-	-	-	-	-	-	-
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	D10	Despesa com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
RA06	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	4.565.889,52	20.720.080,88	2.922.065,99	-	-	28.208.036,39	-	D11	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
ROT1	Operações de tesouraria [B]	-	-	-	-	507.242,62	507.242,62	-	DA05	Soma [7] = [5] + [6]	4.565.385,27	20.661.988,48	2.867.108,60	-	-	28.094.482,35	-
									D071	Operações de tesouraria [C]	-	-	-	-	311.558,25	311.558,25	-
									DA06	Saldo para a gestão seguinte	504,25	58.092,40	54.957,39	-	264.655,41	378.209,45	-
									DA07	Operações orçamentais [B] = [4] - [7]	504,25	58.092,40	54.957,39	-	-	113.554,04	-
									DA08	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	-	-	-	-	264.655,41	264.655,41	-
									DA09	Saldo global [2] - [5]	408,85	55.725,94	42.048,05	-	-	98.182,84	-
									DA10	Despesa primária	4.563.689,76	20.661.988,48	2.867.108,60	-	-	28.092.786,84	-
									DA11	Saldo corrente	356.137,99	(393.422,54)	901.713,66	-	-	864.429,11	-
									DA12	Saldo de capital	(356.227,71)	449.148,48	(860.426,26)	-	-	(767.505,49)	-
									DA13	Saldo primário	2.104,36	55.725,94	42.048,05	-	-	99.878,35	-
									DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	4.565.889,52	20.720.080,88	2.922.065,99	-	-	28.208.036,39	-
									DA15	Despesa total [5] + [6]	4.565.385,27	20.661.988,48	2.867.108,60	-	-	28.094.482,35	-

Helder
Constantino
Silveiro Barreto

Assinado de forma digital por Helder Constantino Silveiro Barreto
DN: cn=Helder Constantino Silveiro Barreto, o=INAV, ou=Vogel do Conselho Diretivo,
email=helderbarreto@gmail.com, c=PT
Data: 2019.08.04 17:50:09 +01'00'

Nuno Figueira
Boavida
Canadá

Assinado de forma digital por Nuno Figueira Boavida Canadá
DN: cn=Nuno Figueira Boavida Canadá, o=INAV, ou=Vogel do Conselho Diretivo,
email=nunofigueira@inov.pt, c=PT
Data: 2019.08.04 18:25:52 +01'00'

João Paulo
do Rosário
Ribeiro Lima

Assinado de forma digital por João Paulo do Rosário Ribeiro Lima
DN: cn=João Paulo do Rosário Ribeiro Lima, o=PT, o=Instituto Nacional de Investigação Aplicada e Desenvolvimento P, cn=João Paulo do Rosário Ribeiro Lima,
Data: 2019.08.04 18:26:04 +01'00'

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018**0. ADOÇÃO INICIAL DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA**

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras divulgadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública expressas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP, conforme Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro.

As entidades públicas que adotam o SNC-AP pela primeira vez devem: reconhecer todos os seus ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública; reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de acordo com o Plano Oficial de Contas de Contabilidade Pública, e aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

A adoção deste referencial implicou a realização de ajustamentos ao último balanço do exercício de 2017, preparado de acordo com o anterior normativo aplicável – POCP, tendo-se traduzido na oportunidade de proceder à regularização de um conjunto de aspetos contabilísticos que em sede da adoção relativamente recente do próprio POCP pelo Instituto em 2014, não haviam ainda tido oportunidade de serem regularizados e/ou abordados adequadamente nos termos de uma adequada contabilidade financeira.

Assim, em sede de adoção do novo referencial contabilístico procedeu-se:

- Reconhecimento de todos os ativos e passivos exigíveis pelas Normas da Contabilidade Pública;
- Reconhecimento de itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas Normas da Contabilidade Pública;
- Reclassificação à luz das Normas da Contabilidade Pública dos itens reconhecidos em categoria diferente da aplicável até então de acordo com o POC-P;
- Aplicação das Normas da Contabilidade Pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos resultantes da mudança das políticas contabilísticas que se verifiquem devem ser reconhecidos no saldo de resultados transitados no período em que os elementos são reconhecidos e mensurados e as entidades públicas devem reconhecer ainda os correspondentes ajustamentos no período comparativo anterior.

A NCP 1 contém um conjunto de divulgações que devem ser efetuadas no ano de transição. No primeiro

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

período de relato em que a entidade aplica pela primeira vez o SNC-AP, deve ser efetuada a divulgação de um conjunto de informações:

- Forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados.
- Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP.
- Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período de mais recentes demonstrações financeiras anuais.
- Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP.
- Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.

Em conformidade, as primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP a reexpressão da informação relativa ao ano anterior (comparativos) é apresentada através da conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, em conformidade com o mapa seguinte:

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

RUBRICAS	Valores conforme normativo anterior POCP 31/12/2017	Reconhecimento	Desreconhecimento	Crítério de mensuração	Imparidades / reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2018
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)+...+(9)
Ativo não corrente	6.044.761,40	0,00	-5.000,00	773.679,45	0,00	0,00	418.904,35	0,00	7.232.345,20
Ativos fixos tangíveis	5.581.040,47			773.679,45			581.500,52		6.936.220,44
Propriedades de Investimento	298.430,99		-5.000,00				369,01	-293.800,00	0,00
Ativos intangíveis	165.289,94						-162.965,18		2.324,76
Ativos biológicos	0,00								0,00
Investimentos financeiros	0,00							293.800,00	293.800,00
Devedores por empréstimos bonificados e	0,00								0,00
Clientes, contribuintes e utentes	0,00								0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00								0,00
Diferimentos	0,00								0,00
Outros ativos financeiros	0,00								0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00								0,00
Outras contas a receber	0,00								0,00
Ativo corrente	1.016.203,82	3.235.460,33	-87.909,10	0,00	0,00	0,00	0,00	-48.972,35	4.114.782,70
Inventários	48.972,35	3.235.460,33						-48.972,35	3.235.460,33
Ativos biológicos	0,00								0,00
Devedores por transferências e subsídios	0,00								0,00
Devedores por empréstimos bonificados e	0,00								0,00
Clientes, contribuintes e utentes	951.860,27		-87.909,10						863.951,17
Estado e Outros Entes Públicos	0,00								0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00								0,00
Outras contas a receber	-68.971,04								-68.971,04
Diferimentos	0,00								0,00
Ativos financeiros detidos para	0,00								0,00
Outros ativos financeiros	0,00								0,00
Ativos não correntes detidos para venda	0,00								0,00
Caixa e depósitos	84.342,24								84.342,24
Total do ativo	7.060.965,22	3.235.460,33	-92.909,10	773.679,45	0,00	0,00	418.904,35	-48.972,35	11.347.127,90
Património Líquido	2.738.914,66	0,00	-87.909,10	773.679,45	0,00	0,00	-852.800,15	0,00	2.571.884,86
Património/Capital	8.960.425,57			773.679,45			413.904,35		10.148.009,37
Ações (quotas) próprias	0,00								0,00
Outros instrumentos de capital próprio	0,00								0,00
Prémios de emissão	0,00								0,00
Reservas	0,00						12.879,59		12.879,59
Resultados transitados	-6.459.747,47		-87.909,10				-2.003.307,33		-8.550.963,90
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00						723.723,24		723.723,24
Excedentes de revalorização	0,00								0,00
Outras variações no património líquido	0,00								0,00
Resultado líquido do período	238.236,56								238.236,56
Dividendos antecipados	0,00								0,00
Interesses que não controlam	0,00								0,00
Passivo não corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.286.559,83	0,00	1.286.559,83
Provisões	0,00						1.286.559,83		1.286.559,83
Financiamentos obtidos	0,00								0,00
Fornecedores de investimentos	0,00								0,00
Fornecedores	0,00								0,00
Responsabilidades por benefícios pós-	0,00								0,00
Diferimentos	0,00								0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00								0,00
Outras contas a pagar	0,00								0,00
Passivo corrente	4.322.050,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.217.117,00	-50.484,35	7.488.683,21
Credores por transferências e subsídios	0,00								0,00
Fornecedores	814.613,04						5.867,99		820.481,03
Adiantamentos de clientes, contribuintes	0,00								0,00
Estado e Outros Entes Públicos	117.228,47								117.228,47
Acionistas/sócios/associados	0,00								0,00
Financiamentos obtidos	0,00								0,00
Fornecedores de investimentos	494.568,99						-24.211,32		470.357,67
Outras contas a pagar	2.414.408,81							-1.512,00	2.412.896,81
Diferimentos	481.231,25						3.235.460,33	-48.972,35	3.667.719,23
Passivos financeiros detidos para	0,00								0,00
Outros passivos financeiros	0,00								0,00
Total do Passivo	4.322.050,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.503.676,83	-50.484,35	8.775.243,04
Total do Património Líquido e Passivo	7.060.965,22	0,00	-87.909,10	773.679,45	0,00	0,00	3.650.876,68	-50.484,35	11.347.127,90

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

Balanco com reexpressão POCP | SNC-AP

RUBRICAS	Notas	SNC-AP 31/12/2018	Reexpresso SNC-AP 31/12/2017	POCP 31/12/2017
Ativo não corrente		6.995.617,70	7.232.345,20	6.044.761,40
Ativos fixos tangíveis	0i);0ii);5	6.589.622,79	6.936.220,44	5.581.040,47
Propriedades de Investimento	0iii)	0,00	0,00	298.430,99
Ativos intangíveis	0i);3	112.194,91	2.324,76	165.289,94
Ativos biológicos	18;23	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0iii);18;20	293.800,00	293.800,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e		0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00	0,00
Ativo corrente		5.161.233,83	4.114.782,70	1.016.203,82
Inventários	0iv);0v);10	3.379.711,10	3.235.460,33	48.972,35
Ativos biológicos	11	0,00	0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios	14	17.958,15	0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e		0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	0vi);13;14;18	471.492,05	863.951,17	951.860,27
Estado e Outros Entes Públicos		0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	24	688.542,83	-68.971,04	-68.971,04
Diferimentos	23	225.320,25	0,00	0,00
Ativos financeiros detidos para		0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00	0,00
Caixa e depósitos	1	378.209,45	84.342,24	84.342,24
Total do ativo		12.156.851,53	11.347.127,90	7.060.965,22
Património Líquido		3.532.528,83	2.571.884,86	2.738.914,66
Património/Capital	0i);0ii);14	10.152.640,36	10.148.009,37	8.960.425,57
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00	0,00
Reservas	0viii)	12.879,59	12.879,59	0,00
Resultados transitados	0iii);0vi);0vii);0viii);0ix)	-7.366.074,21	-8.550.963,90	-6.459.747,47
Ajustamentos em ativos financeiros	0iii)	724.092,25	723.723,24	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00
Outras variações no património líquido	0;14	260.312,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-251.321,16	238.236,56	238.236,56
Dividendos antecipados		0,00	0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00	0,00
Passivo não corrente		1.286.559,83	1.286.559,83	0,00
Provisões	0vii);15	1.286.559,83	1.286.559,83	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-		0,00	0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00
Passivo corrente		7.337.762,87	7.488.683,21	4.322.050,56
Credores por transferências e subsídios		0,00	0,00	0,00
Fornecedores	0vi);25	158.213,44	820.481,03	814.613,04
Adiantamentos de clientes, contribuintes		0,00	0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	26	57.387,29	117.228,47	117.228,47
Accionistas/sócios/associados		0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0vi);25	0,00	470.357,67	494.568,99
Outras contas a pagar	0vi);24	3.261.219,79	2.412.896,81	2.414.408,81
Diferimentos	0iv);0v);19;23	3.860.942,35	3.667.719,23	481.231,25
Passivos financeiros detidos para		0,00	0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00
Total do Passivo		8.624.322,70	8.775.243,04	4.322.050,56
Total do Património Líquido e Passivo		12.156.851,53	11.347.127,90	7.060.965,22

i) a ix) à Nota 0-Adoção inicial do SNC-AP; 1 a 26 às demais Notas do Anexo às Demonstrações Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

Em 2013, o INIAV não dispunha de Contabilidade Organizada em POCP. Prestavam-se contas através do «SIC VIRTUAL» e a Conta de Gerência era apresentada em conformidade. Desde 2014, inclusive, passou-se a ter Contabilidade Organizada em termos de POCP, baseada na aplicação contabilística «GERFIP», em sistema partilhado.

Considerando o acima exposto, a oportunidade do processo de transição para o SNC-AP foi utilizada igualmente para a regularização e aplicação dos normativos contabilísticos cuja aplicação ao INIAV já seria exigível em termos de aplicação do anterior normativo POCP, mas cuja aplicação ainda não ocorrera desde a sua tardia implementação em sede do exercício de 2014.

Igualmente sentiu o Instituto a necessidade absoluta de assegurar ainda em 2017 e no âmbito da previsível transição em 2018 para o normativo da Contabilidade Pública – SNC-AP – a implementação de um novo Sistema Integrado de Gestão e Informação que agregasse e substituísse a miríade de aplicações e sistemas não integrados e não comunicantes que até então tratavam matéria contabilística, orçamental, patrimonial e de RH.

O novo ERP – SIGINIAV - desenvolvido e implementado de forma modular e à luz do novo normativo, entrou em produção nas áreas financeira, gestão de RH e gestão patrimonial em 2018, mantendo-se em desenvolvimento, adequação e/ou melhoria as áreas modulares:

- O Centro de Apuramento (dedicado à contabilidade de gestão);
- A Preparação Orçamental (conjugando a vertente orçamental/financeira com o Plano anual de atividades operacionais do Instituto)
- A integração bidirecional entre o ERP SIGINIAV e o LIMS Nautilus (Sistema Integrado de Informação Laboratorial, através do qual são geridas as atividades laboratoriais do Instituto)
- A Gestão Estratégica, assegurada, entre outros, através dos módulos BSC (Balanced Scorecard) e CAV (Consulta Avançada)

As maiores variações decorridas dos aspetos atrás mencionados, verificaram-se, nestes termos, nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis e de Património Líquido, na sequência de inventariação e caracterização exaustiva do ativo em todas as instalações geograficamente dispersas do Instituto, realizada ao longo de 2018 com apoio de serviços especializados contratualizados para o efeito.

A inventariação de ativos fixos tangíveis e intangíveis e ativos biológicos do INIAV foi realizada ao longo de

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

2018 ao abrigo de candidatura apresentada em setembro de 2016 ao SAMA CAF (Modernização Administrativa) e aprovada no final de 2017, tendo o processo sido conduzido em Outsourcing por empresa especializada e conceituada no mercado em três fases:

- a) inventariação e caracterização exaustiva;
- b) valorização do ativo nos termos do SNC-AP; e
- c) integração da informação no SIGINIAV de toda a inventariação e caracterização integral dos mais de 27.000 ativos, nas geograficamente desconcentradas, localizações do INIAV

Nesta inventariação foi, tal como referido, igualmente realizada o levantamento exaustivo de ativo biológico e equipamento biológico, na estrita observação, entre outras, ao preconizado pela NCP 11 do SNC-AP. A especialização desta tipologia de ativos não permitiria a conveniente valorização objetiva em tempo útil da sua integração em R&CG2018, prevendo-se, contudo, a finalização do seu adequado tratamento e regularização no decurso do período económico de 2019. Não obstante a ausência de valorização objetiva a realizar pelo Justo valor, a sua inventariação encontra-se expressa e detalhada no presente anexo às Demonstrações Financeiras no ponto 11 Agricultura.

Foi igualmente realizada a circularização e cruzamento internos extensivos entre contas e respetivos documentos de suporte/evidência de Clientes CC (211), Clientes-cobrança duvidosa (2151) e respetivas Imparidades (2191), cujos saldos não desdobrados refletiam a mera migração não confirmada e não controlada assente em contabilidade de caixa/orçamental para POCP de documentos de receita alegadamente vencidos de períodos anteriores a 2014, assim como a regularização de registos relativos a conta-correntes de Fornecedores, até 2017 nos já sistemas e aplicações de informação dispersos, refletindo inconsistências contabilísticas herdadas com a implementação do POCP em janeiro de 2014.

Os ajustamentos daí decorrentes, por não resultaram diretamente da mudança das políticas contabilísticas do POCP para o SNC-AP mas essencialmente na regularização a exercícios anteriores, originou reconhecimentos não imputáveis à conta “564-ajustamentos de transição para o SNC-AP” mas sim às contas “5622017-Res.Transitados - Regularizações a 2017 e anos anteriores” e “5629999-Resultados Transitados - Outras Regularizações”.

Em conformidade, a Reconciliação para o Balanço inicial e a sua expressão inicial em SNC-AP apresentam os factos materialmente relevantes à sua adequada interpretação:

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018**i) Retificação aos Ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Conforme enquadramento anterior e decorrente da dimensão do INIAV e o seu processo de criação iniciado em 2012, tornou-se evidente a necessidade de proceder à inventariação integral de todo o seu ativo tangível e intangível, tendo-se procedido, para o efeito, à contratação de serviços externos especializados na área (Deloitte). Os trabalhos que se iniciaram no ano de 2017 e ao longo de 2018 incluíram para além do levantamento exaustivo, também a avaliação de eventuais imparidades de todos os bens detidos pelo INIAV, tendo sido identificado e caracterizados 27.222 bens, distribuídos por 10 localizações geográficas e 41 edifícios das instalações do INIAV.

Após a identificação e inventariação dos bens, procedeu-se à reconciliação destes com os registos contabilísticos existentes, considerando-se para a valorização dos bens os preços correntes de mercado para bens idênticos comparáveis, com o necessário ajuste, de modo a refletir o estado de uso atual dos bens.

Os bens pré-migrados no sistema SIGINIAV foram atualizados com os dados de levantamento, considerando ainda valorização descrita e a reexpressão das contas existentes em POCP transitadas agora para a conta equivalente em SNC AP e pela criação de novas contas.

Adicionalmente, e no que às Depreciações diz respeito, foram considerados para o saldo de abertura de 2018 (SF 2017), as depreciações acumuladas existentes a 31/12/2017, também valorizadas e reexpressas em SNC-AP, dando-se continuidade a partir de 01/01/2018 e já em sede do ERP SIGINIAV ao regular processo de amortizações anuais, com base nos critérios legalmente estabelecidos.

ii) Critérios de mensuração dos Imóveis detidos pelo INIAV

Relativamente aos dois prédios urbanos detidos pelo INIAV em Lisboa, importa referir que em 08/06/2016 foi solicitado à Secretaria de Estado da Agricultura e Alimentação autorização para a realização duma reavaliação/avaliação dos imóveis sitos na Calçada da Memória e Largo de Santos por parte da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, solicitação que não obteve até ao momento a correspondente resposta.

Assim e com a adoção das regras previstas em SNC-AP, os mesmos foram valorizados segundo o VPT com a atribuição de uma vida útil remanescente de 25 anos. Não podendo o Instituto dispor livremente daqueles imóveis, carecendo de qualquer intenção de alienação a prévia autorização da Tutela, entendeu-se que seria desajustada e imprudente a sua valorização por preços comparativos de mercado, acrescendo que o VPT se insere como melhor indicador de sinalização de eventuais imparidades a ocorrer.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

A síntese do Ativo tangível e Intangível inventariado resume-se conforme abaixo:

SNC-AP	DESCRIÇÃO DA CONTA	ABERTURA 2018				ABERTURA 2018 ATUALIZ.	
		SI DEB	SI CRED	Aumento	Redução	SF DEB	SF CRED
43042	Obras de arte, coleções e antiguidades			253,09 €		253,09 €	
4321	Habitacões e edificações para serviços			5.070.398,35 €		5.070.398,35 €	
4329	Outros Edifícios e construções	4.296.718,90 €			4.296.718,90 €		
4332	Equipamento Investigação e formação técnica especial	496.497,02 €		4.690.045,92 €		5.186.542,94 €	
4333	Equipamento e material específico dos serviços de saúde			68,00 €		68,00 €	
4334	Equipamento recreativo, desportivo, de educação e de cultura			12.038,24 €		12.038,24 €	
4335	Equipamento serviços de alimentação, roupa e lavanderia			72.025,00 €		72.025,00 €	
4336	Equipamento para agricultura, pesca e jardinagem	2.708,46 €		83.938,60 €		86.647,06 €	
4337	Equipamento e material de apoio à produção	5.985,75 €		5.821,40 €		11.807,15 €	
4338	Equipamento militar, de segurança e defesa			5.868,00 €		5.868,00 €	
4339	Outro Equipamento básico	2.426.204,86 €			2.426.204,86 €		
4342	Transportes rodoviários			411.846,00 €		411.846,00 €	
4349	Equipamento Transporte: Outros	183.947,05 €			183.947,05 €		
4351	Equipamento Informático e de Telecomunicações	66.706,49 €		514.532,65 €		581.239,14 €	
4352	Equipamento de escritório e de reprografia			2.091,00 €		2.091,00 €	
4353	Mobiliário de escritório e de arquivo			359.702,18 €		359.702,18 €	
4359	Equipamento Administrativo: Outros	160.360,98 €			160.360,98 €		
4371	Equipamento de oficina e reparações			13.831,00 €		13.831,00 €	
4372	Equipamentos de decoração e conforto, de utilização comum			350.181,25 €		350.181,25 €	
4374	Equipamento para acondicionamento de embalagens			75,00 €		75,00 €	
4379	Outros ativos fixos tangíveis	4.877,44 €			4.877,44 €		
4382	Dep. Acumuladas: Edifícios e outras construções		237.707,69 €		221.013,11 €		458.720,80 €
4383	Dep. Acumuladas: Equipamento Básico		819.782,51 €		1.697.310,70 €		2.517.093,21 €
4384	Dep. Acumuladas: Equipamento de Transporte		183.947,05 €	7.551,05 €			176.396,00 €
4385	Dep. Acumuladas: Equipamento Administrativo		7.736,15 €		764.012,78 €		771.748,93 €
43871	Dep. Acumuladas: Equipamento de oficina e transporte		2.646,14 €		300.925,74 €		303.571,88 €
443	Programas de computador e de sistemas da informação	139.468,44 €		166.195,99 €		305.664,43 €	
444	Propriedade Industrial e Intelectual	281.319,04 €			281.319,04 €		
4483	Dep. Acumuladas: Programas de Computador e Sistemas				241.084,45 €		241.084,45 €
4484	Dep. Acumuladas: Propriedade industrial e intelectual		116.029,10 €	116.029,10 €			
453	Ativos fixos tangíveis em curso	189.715,20 €			189.715,20 €		
454	Ativos Fixos intangíveis em curso			77.213,25 €		77.213,25 €	
512	Retificações ao balanço inicial				1.192.214,82 €		
T		8.254.509,63 €	1.367.848,64 €	11.959.705,07 €	11.959.705,07 €	12.547.491,08 €	4.468.615,27 €

Os Ativos Bruto e Líquido reexpressos traduziram-se, desta forma respetivamente, em 12.547.491€ e 8.078.875,81€, decorrentes das depreciações acumuladas reexpressas no montante de 4.468.615,27€.

Neste processo de inventariação não foram consideradas as aquisições e depreciações do ano de 2018, tratadas autonomamente em sede do exercício económico já em SNC-AP. O detalhe da relação de bens inventariáveis adquiridos durante a gerência (ano de 2018) integra, por conseguinte, as Demonstrações Financeiras e notas relativas ao período de relato.

No âmbito da NCP11 - Agricultura, foi feito o levantamento e inventariação dos Ativos Biológicos, com a distinção entre Equipamento e Ativo Biológico, prevendo-se que a sua valorização só venha a acontecer no exercício económico de 2019 (vide nota 11).

iii) Reclassificação dos Investimentos Financeiros e lucros não atribuídos

No âmbito da sua atividade e competências específicas no sector agroalimentar, veterinário e florestal, o INIAV detém participações estratégicas em cinco instituições e o capital social maioritário (51%) da Tapada Nacional de Mafra, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, decorrentes

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

ou de disposições legais ou aplicação de orientações de política pública seguida pela tutela.

Em sede do anterior normativo contabilístico – POCP – estas participações haviam sido classificadas como Propriedades de Investimento, facto que não consubstancia a forma ou objetivo dos capitais de participação detidos à luz da NCP 18. Por essa via, procedeu à reclassificação destas participações à luz daquela norma (293.800€), assim como a adequado reflexo dos lucros líquidos transatos não atribuídos reconhecidos e comunicados (723.723,24€) na proporção das participações detidas e em observação ao método da equivalência patrimonial.

Em sede de reexpressão, foi igualmente retificada a participação, equivalente a 5.000€ já não detida pelo INIAV no CEPPAL – Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Alentejo. Embora refletida nos R&CG desde 2014, esta quota havia sido transferida em 2012 para a DRAPAL – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo. O acerto residual ao valor global de capital detido (+369,01€) traduz exclusivamente a retificação/ajustamento do cálculo da equivalência patrimonial utilizada em anos anteriores.

A caracterização adicional destas participações encontra-se refletida nas Notas 18 e 20 do presente Anexo.

IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	SNC-AP	PARTICIPAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017			
		Quant.	Valor Nominal		%
			Unit.	Global	
Cooperativa Tapada Nacional de Mafra	4111.1/275.1	8.160	5,00 €	40.800,00 €	51,00%
CTC - Centro Tecnológico de Citricultura	4141.1/275.2	179	500,00 €	89.500,00 €	26,13%
COTArroz - Centro Operativo e Tecnológico do Arroz	4141.2/275.3	20	250,00 €	5.000,00 €	15,00%
COTHN - Centro Operativo e Tecnológico Horticultura Nacional	4141.3/275.4	20	250,00 €	5.000,00 €	14,29%
IBET-Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	4141.4/275.5	30	5.000,00 €	150.000,00 €	13,27%
COTR - Centro Operativo e Tecnológico do Regadio	4141.5/275.6	7	500,00 €	3.500,00 €	5,51%
CEPPAL - Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Alentejo	4141.6/275.7	0	500,00 €	- €	0,00%
PARTICIPAÇÕES TOTAIS				293.800,00 €	

LUCROS NÃO ATRIBUÍDOS (Método de equivalência Patrimonial)				
Denominação Social	SNC-AP	Participação	RLT	Equiv. Patrim.
Cooperativa Tapada Nacional de Mafra	5629999/571241111	51,00%	271.330 €	138.378,30 €
CTC - Centro Tecnológico de Citricultura	5629999/571241411	26,13%	0 €	- €
COTArroz - Centro Operativo e Tecnológico do Arroz	5629999/571241410	15,00%	0 €	- €
COTHN - Centro Operativo e Tecnológico Horticultura Nacional	5629999/571241413	14,29%	285.543 €	40.791,86 €
IBET-Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	5629999/571241414	13,27%	4.094.011 €	543.275,26 €
COTR - Centro Operativo e Tecnológico do Regadio	5629999/571241415	5,51%	23.191 €	1.277,82 €
PARTICIPAÇÕES TOTAIS				723.723,24 €

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018**iv) Produção Vinícola (Vinho de Carcavelos) no âmbito do Protocolo INIAV/ Câmara Municipal de Oeiras**

O então INIA – Estação Agronómica Nacional rubricou em 15 de setembro de 1997 um protocolo com a CM de Oeiras com objetivo de assegurar a recuperação e preservação do Vinho de Carcavelos enquanto património cultural e histórico do concelho e da região. O referido protocolo veio estabelecer/rever as condições desta cooperação no âmbito de anteriores acordos celebrados em torno do património histórico-cultural material e imaterial testemunháveis na Quinta do Marquês, onde atualmente se situa a sede do INIAV instituto que sucedeu, entre outros, ao ex-INIA em matéria de direitos e obrigações.

Nos termos do protocolo então rubricado e ainda vigente, o INIAV, detentor dos direitos de produção registados junto da CVV Lisboa para o “Vinho de Carcavelos, vinho licoroso de origem controlada” manteve a cedência dos 12ha atribuídos à produção de vinho de carcavelos, inteiramente assegurados pela CMO. Nos termos do referido protocolo, 50% da produção anual de vinho reverte a favor do INIAV sem quaisquer custos ou ónus, encontrando-se esta produção intermédia e acabada, armazenada na Adega Casal da Manteiga, sita na Quinta do Marquês, sob gestão da CMO.

Embora anualmente os volumes de produção e direitos sejam comunicados pela CMO e se encontrem registados e controlados, a mesma nunca fora valorizada contabilisticamente em exercícios anteriores. Em face da ausência de uma estratégia comum de marketing do produto, tanto o INIAV como a CMO têm observado dificuldades recorrentes no escoamento das produções anuais, que atingiram em 2015 o seu nível de maturidade (produção anual de cerca de 600 hl de vinho licoroso doc).

Em 2018, foram retomados os trabalhos conjuntos já desenvolvidos ao longo de 2016 entre INIAV e CMO para a celebração de um protocolo alargado de gestão partilhada, recuperação e valorização de todo o património histórico e cultural da Quinta do Marquês. A versão final deste acordo foi consolidada em 20/11/2018, tendo merecido o parecer favorável do Sr. Ministro da Agricultura e aguardando, à presente data o indispensável parecer do MF/DGTF.

A assinatura deste novo acordo, que se espera que entre em vigência ainda no decurso de 2019, possibilitará a ambas as entidades evoluírem no curto-médio prazo para uma gestão partilhada da produção e escoamento do produto e, nestes termos assegurar ao INIAV o acesso a toda a informação relevante à sua expressão contabilística nos termos do SNC-AP.

Contudo e à luz do novo normativo aplicado em 2018, entende-se por prudência e rigor ser indispensável refletir o ativo efetivamente detido e controlado pelo INIAV – a produção armazenada – cuja valorização ao justo valor - não se adequando a dedução de custos de produção ou venda, os quais não são incorridos pelo INIAV - foi valorizado ao preço de venda mínimo praticado pelo INIAV.

Nestes termos foram retificadas as existências em Balanço de reexpressão, pela valorização e inscrição do vinho armazenado à data de 31/12/2017 na Quinta do Marquês e detido pelo INIAV.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

Importa ainda salientar que toda a análise aqui proposta é feita com a rigorosa observação e respeito das Normas previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC AP) que orientam o tratamento desta rubrica. Assim, atento à materialidade da retificação em questão, apresentam-se os detalhes da reflexão contabilística julgada adequada e prudente:

PROTOCOLO CMO/INIIV - Vinho de Carcavelos
Produção e transferências de Produção não traduzem custo para o INIIV (conforme Protocolo)
Inventário reconhecido pelo Preço de Venda mínimo INIIV praticado
Produção anual atribuída 50% ao INIIV
61311 não é movimentada pela saída de 34121. Pode ser debitada por eventuais custos diretos

34 - Produtos Acabados e Intermedios vs 2829 - Outros Rendimentos a reconhecer		Debitada	Creditada
SNC-AP 34121	Vinho de Carcavelos (Protocolo)	conta agregadora	conta agregadora
SNC-AP 341211	Vinho Carcavelos a GRANEL (PROTOCOLO)	atribuição da Produção anual	pelas quantidades engarrafadas
SNC-AP 341212	Vinho Carcavelos ENGARRAFADO (PROTOCOLO)	pelas quantidades engarrafadas	pelas saídas de unidades
SNC-AP 28291	Outros Rendim.s a reconhecer - PROTOCOLO CMO V.CARCAVELOS	pelas saídas de unidades	pela atribuição da Produção anual

PRODUÇÃO CMO/INIIV						INVENTÁRIO 31/12/nn			
TIPOLOGIA	ANO	Total (Ltr)	Adega casa da manteiga (Ltr)	CMO (Ltr)	INIIV IP (Ltr)	PRODUÇÃO TOTAL (Ltr)	Existências ENGARRAFADO	Existências GRANEL	TOTAL
VBRANCO APTO DOC CARCAVELOS	Acumulados 2002-2017	385.193	372.420	193.158	192.035	385.193	671,00 €	2.983.957,33 €	2.984.628,33 €
	2018	17.900	17.900	8.950	8.950	17.900	5.435,10 €	3.123.444,00 €	3.128.879,10 €
TOTAL POR ENTIDADE		403.093	390.320	202.108	200.985	403.093	5.435,10 €	3.123.444,00 €	3.128.879,10 €
VTINTO APTO DOC CARCAVELOS	Acumulados 2002-2017	30.840	27.790	15.420	15.420	30.840	0,00 €	250.832,00 €	250.832,00 €
	2018	0	0	0	0	0	0,00 €	250.832,00 €	250.832,00 €
TOTAL POR ENTIDADE		30.840	27.790	15.420	15.420	30.840	0,00 €	250.832,00 €	250.832,00 €
TOTAL VINHO CARCAVELOS		433.933	418.110	217.528	216.405	433.933	5.435,10 €	3.374.276,00 €	3.379.711,10 €

v) Existências de Economato

Nos termos da NCP 10 procedeu-se à reclassificação de existências não operacionais (economato) para conta de diferimento de gastos a reconhecer no período de utilização. A reclassificação realizada nestes termos traduziu-se na redução de inventários escriturados em ambiente POCP no montante de 48.972€.

vi) Clientes

No âmbito dos trabalhos de implementação SNC-AP e sobretudo de implementação/migração de informação para o novo sistema integrado de gestão, com particular relevo a registos e tratamentos contabilísticos de Clientes efetuou-se a exaustiva análise aos montantes inscritos nas respetivas Contas Correntes (cujo desdobramento em sede GERFIP não conseguia ser assegurado até 2017), bem como aos valores atribuídos à Cobrança Duvidosa e aos valores provisionados e reconhecidos como Imparidades por altura da implementação POCP em 2014, de modo a que, quer os Saldos Iniciais quer os Saldos Finais de 2018, reflitam a realidade do relacionamento do INIIV com os seus clientes.

Esta análise revestiu-se de maior importância e atenção, para a coerente transição de informação a residir em SIGINIIV (o novo ERP de gestão do Instituto) e coerente transição para o Sistema de Normalização

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

Contabilística na Administração Pública SNC-AP e subsequentes relatos.

Nestes termos foi realizada:

- a análise dos Saldos Finais de 2017 para aferição dos Saldos Iniciais de 2018
- a análise e circularização a informação produzida em anos e sistemas anteriores relativo a todas as faturas que compunham o Saldo Final da Conta Corrente de Clientes de 2017, identificando eventuais faturas que já se encontrassem pagas, mas cuja cobrança ainda não tenha sido refletida contabilisticamente.

O trabalho criterioso permitiu desde modo identificar

- a) Faturas pagas em anos anteriores (2008 a 2014) relativas a 3717 documentos que totalizam 179.911,77€.
- b) Faturas da DGAV pagas em 2017, o maior cliente do INIAV, tendo merecido por essa via uma análise particular resultando na identificação de 28 documentos já pagos em anteriores anos, num total de 60.557,38€.
- c) Faturas isoladas de clientes cuja não cobrança inequívoca em anos anteriores não conseguiu ser comprovada, apresentando, contudo, saldos materialmente não relevantes ou residuais, correspondendo a 840 documentos que constavam originalmente da relação de dívida por cobrar aquando da implementação do POCP e migração de sistema (Navision) ocorrido em 2014.

A regularização e desdobramento dos valores anteriormente identificados resultaram na reexpressão conforme apresentado infra, traduzindo Crédito das contas Correntes e de Cobrança Duvidosa e o Débito da Conta de Imparidades relativas aos saldos finais de 2017 e o Débito das contas Correntes e de Cobrança Duvidosa e o Crédito da Conta de Imparidades relativas aos saldos apurados para 2018.

regularizações a CONTAS-CORRENTES, IMPARIDADES e COBRANÇA DUVIDOSA	Contagem de	Soma de Valor	Soma de 211	Soma de 2151	Soma de 2191
	Nº Documento	Pendente	Clientes CC	Clientes CobDuv	imparidades
1-FATURAS QUE FORAM PAGAS EM ANOS ANTERIORES	3717	179.911,77 €	-219.023,58 €	398.935,35 €	390.702,14 €
4-MATERIALIDADE RESIDUAL: saldos em aberto de centimos	7	3,63 €	1,10 €	2,53 €	1,91 €
3-MATERIALIDADE: faturas isoladas ou por cliente <1000€ (pagas em anos anteriores)	840	67.934,33 €	16.788,45 €	51.145,88 €	51.145,88 €
2-DGAV: faturas que foram pagas em 2017	28	60.557,38 €	60.557,38 €	0,00 €	0,00 €
Total Geral	4592	308.407,11 €	-141.676,65 €	450.083,76 €	441.849,94 €

Fornecedores

À semelhança da análise exaustiva realizada com as contas-corrente de Clientes com vista à migração para o novo sistema de informação e transição consolidada para SNC-AP, foram realizados trabalhos de avaliação rigorosa às contas-corrente de Fornecedores com vista à consolidação de informação irregular suportada em fontes de informação anteriormente dispersas e não integradas, garantindo desde modo a consistência da realidade espelhada quer nos Saldos Iniciais 2018, quer nos Saldos Finais de 2018 e de subsequentes relatos.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

À semelhança das rubricas de clientes, foi assegurado o, até então, inexistente desdobramento por fornecedor, assente na documentação circularizada.

vii) Provisões

Em conformidade com a NCP15, os trabalhos de transição para o SNC-AP incluíram identificação e mensuração de potenciais situações provisionáveis à luz da referida norma. Nestes termos foram circularizados todos os processos identificados em período relevante para as operações de retificação em sede de reexpressão e anteriormente não refletidos contabilisticamente.

N.º PROC. JUDICIAL	TRIBUNAL	NATUREZA	AUTOR REQUERENTE CREDOR	RÉU/REQUERIDO DEVEDOR/INSOLVENTE	IMPORTÂNCIA ENVOLVIDA	FASE ATUAL	PERSPETIVA	EXFLUXO	SNC-AP NCP15	Contabilidade
133/13.3BELLE	TAF LOULÉ	A. ADMT. ESP.	XXXXXXXXXXXX	INIAP	12.879,59 €	Em Recurso de Apelação	Indefinido a)	PROVÁVEL	PROVISÃO	cred 2931+ Notas DF
362/13.0BELRA	TAF LEIRIA	A. ADMT. ESP.	XXXXXXXXXXXX	INIAP	10.941,55 €	Em Recurso de Apelação	Indefinido a)	PROVÁVEL	PROVISÃO	cred 2932 + Notas DF
255/13.0BELRA	TAF LEIRIA	A. ADMT. ESP.	XXXXXXXXXXXX	INIAP	15.908,14 €	Para Decisão	Indefinido a)	PROVÁVEL	PROVISÃO	cred 2933 + Notas DF
n.a.	n.a.	ACORDO	IFAP	INIAP	1.246.830,55 €	Em avaliação MAFDR	Indefinida b)	PROVÁVEL	PROVISÃO	cred 2981+ Notas DF
					1.286.559,83 €					deb 5622017 c)

a) Existência de diferentes desfechos em processos de idêntica natureza

b) processo e exposição remetidos pelo INIAV (atual CD) ao MAFDR, enquanto tutela das duas instituições

c) Todos os processos apresentam antiguidades anteriores a 2018, procedendo-se em conformidade ao débito da snc-ap 5622017 em vez de snc-ap 673/676

No âmbito dos trabalhos de transição e consolidação, foram igualmente identificados Passivos Contingentes e Ativos Contingentes adequadamente transpostos nos termos da mesma norma contabilística, a saber:

Passivos Contingentes

N.º PROC. JUDICIAL	TRIBUNAL	NATUREZA	AUTOR/REQUERENTE CREDOR	RÉU/REQ UERIDO	IMPORTÂNCIA ENVOLVIDA	FASE ATUAL	PERSPETIVA	EXFLUXO	SNC-AP NCP15	Contabilidade
2300/14.3BELSB	TAC LISBOA	A. ADMT. ESP.	XXXXXXXXXXXX	INIAP	30.001,00 €	Para Decisão	Desfavorável	DESCONHECIDO	PASSIVO CONTINGENTE	cred 0911
1619/17.6BELRA	TAF LEIRIA	A. IMPUGNAÇÃO	XXXXXXXXXXXX	INIAP	13.960,50 €	Saneador	Indefinido	REMOTO	PASSIVO CONTINGENTE	cred 0911
					43.961,50 €					deb 0091

Ativos Contingentes

N.º PROC. JUDICIAL	TRIBUNAL	NATUREZA	AUTOR/REQUERENTE CREDOR	RÉU/REQUERIDO DEVEDOR/INSOLVENTE	IMPORTÂNCIA ENVOLVIDA	FASE ATUAL	PERSPETIVA	INFLUXO	SNC-AP NCP15
1661/17.7T8MMN-E	T. MONTE MOR NOVO	CIRE	INIAP	cliente	36.757,08 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
1076/18.0T8VFX	T. VILA FRANCA XIRA	CIRE	INIAP	cliente	2.382,51 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
22440/16.7T8LSB 1ª	T. LISBOA	CIRE	INIAP	cliente	206,64 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
2025/16.5T8STR	T. SINTRA	CIRE	INIAP	cliente	912,25 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
3856/16.1T8BRR	T. BARREIRO	CIRE	INIAP	cliente	53,04 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
162/16.5T8LRA	T. LEIRIA	CIRE	INIAP	cliente	36,90 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
4659/16.9T8STB-C	T. SETÚBAL	CIRE	INIAP	cliente	365,62 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
3025/15.8T8STR	T. SINTRA	CIRE	INIAP	cliente	217,33 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
1291/13.2TYLSB-B	T. LISBOA	CIRE	INIAP	cliente	417,32 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
1360/15.4T8BJA	T. BEJA	CIRE	INIAP	cliente	15.903,15 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
2336/12.9TYLSB	T. LISBOA	CIRE	INIAP	cliente	779,53 €	a)	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
740/13.4TBSTR	T. SINTRA	CIRE	INIAP	cliente	31.824,71 €	b)	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
392/13.1TYLSB	T. LISBOA	CIRE	INIAP	cliente	c)		Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
					89.856,08 €				

a) No GAJ existe um ofício do Adm. Judicial de Insolvência.

b) processo conduzido pelo DRFP

c) Apresentado pedido de insolvência com recuperação

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

A natureza das situações factualmente tratadas traduzem essencialmente duas tipologias de matérias:

- processos de recuperação de dívida em curso de clientes em cobrança duvidosa ou imparidade
- processos/diferendos trabalhador/entidade patronal sobretudo resultantes da extinção dos organismos que dariam origem ao INIAV por fusão em 2012.

- A provisão de maior relevância, tendo como contraparte o IFAP respeita a acordo extemporaneamente assinado em 2012 relativa a disputa de alegada dívida imputada ao INIAV, contudo relativa a gastos das então direções regionais de agricultura na aquisição de consumíveis e reagentes de execução aos planos oficiais de controlo, processo em que o INRB e posteriormente o INIAV se substituíam, por motivos de agilidade administrativa, àquelas na condução dos processos de aquisição financiados pelo IFAP.

A alegada dívida então apurada pelo IFAP, no montante de 1,2 milhões de euros relativas a aquisições de reagentes e consumíveis de laboratório entre 2008 e 2012, foi, contudo, contestada por este Conselho Diretivo junto da requerente e tutela conjunta (revestida no papel de mediação) com evidência documental, aguardando-se à data a melhor resolução. Por prudência e em observação ao exposto na NCP 15, entendeu-se a reflexão da respetiva provisão nas condições expostas.

viii) Reservas

Atenta à natureza da atividade core do INIAV e tendo presente o disposto no DL 147/2008 “Riscos Ambientais”, de 29/7, foi assegurada a reflexão da reserva legal exigível a eventuais contingências com produtos fitofármacos manuseados no âmbito da atividade laboratorial e de investigação e experimentação em campo, nos termos previstos para matérias ambientais.

RESERVAS LEGAIS - INIAV 2018

Diploma Legal	Disposição	NATUREZA	Montante	snc-ap
Decreto-Lei 147/2008, de 29 de Julho	artº 22º; artº7º; Anexos III nº7 c)	Riscos Ambientais	12.879,59 €	cred 551+ Notas DF
			12.879,59 €	deb 5622017 a)

a) processo com antiguidade anterior a 2018, procedendo-se em conformidade ao débito da snc-ap 5622017 em vez de snc-ap 675

Atenta à data de ocorrência, conhecimento ou efetivação dos factos que consubstanciaram as retificações, reconhecimentos, mensurações ou reclassificações operadas, as contas de contrapartida são essencialmente da rubrica do Património líquido conforme exposto nos detalhes acima e verificável pelas referências cruzadas às notas i) a ix) apostas ao Balanço para a primeira prestação de contas em SNC-AP.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018**1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO****1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO**

Designação da Entidade: INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E VETERINÁRIA I.P.

NIF: 510 345 271

Sede: Avenida da República, Quinta do Marquês, 2780-157 Oeiras

Código da classificação orgânica: Funcionamento 161050100 – Investimento 168050100

Tutela: MAFDR - Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Legislação que criou a instituição:

O Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV) é o Laboratório de Estado do Ministério da Agricultura e do Mar (MAM), que desenvolve atividades de investigação nas áreas agronómica e veterinária.

O INIAV foi criado em 2012, ao abrigo do **Decreto-Lei nº 69/2012 D.R. nº 57, Série I de 2012-03-20** ficando com as atribuições relacionadas com a investigação agrária (do extinto L-INIA) e investigação veterinária (do extinto L-LNIV) e do extinto Instituto Nacional dos Recursos Biológicos I.P. (INRB), tendo as atribuições deste último, relativas às áreas das pescas e da aquicultura, sido incorporadas no Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA).

A **Portaria nº 392/2012 D.R. nº 231, Série I de 2012-11-29** viria a definir os Estatutos do Instituto.

O INIAV está organizado em:

- **Serviços Centrais** que asseguram as funções de carácter transversal, necessárias no apoio à gestão e à garantia das obrigações legais, administrando os recursos humanos, financeiros, informáticos e patrimoniais. Estão organizados em 3 Departamentos localizados em Oeiras:
 - o Departamento de Recursos Humanos
 - o Departamento de Recursos Financeiros e Patrimoniais
 - o Departamento de Logística e Sistemas de Informação

- **Gabinetes de Apoio Técnico** que integram a estrutura flexível do Instituto, foram criados cinco gabinetes para apoio ao Conselho Diretivo e dinamização da atividade científica:
 - o Gabinete de Comunicação e Imagem
 - o Gabinete da Qualidade e Segurança
 - o Gabinete de Informação ao Cliente
 - o Gabinete de Apoio a Projetos

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

o Gabinete de Gestão do Património

• **Polos de Atividade**, correspondendo a unidades ou centros operacionais onde são desenvolvidas as diferentes atividades do INIAV, distribuídos por 8 distritos nacionais.

- o POLO DE OEIRAS – SEDE
- o POLO DE ALCobaça;
- o POLO DE DOIS PORTOS;
- o POLO DE ELVAS
- o POLO DO LUMIAR
- o POLO DE MERELIM (Braga)
- o POLO DE SANTARÉM
- o POLO DA TAPADA DA AJUDA
- o POLO DE VAIRÃO

• **Unidades Estratégicas de Investigação e Serviços** que promovem as atividades de investigação, desenvolvimento, experimentação e inovação em curso no INIAV e efetuam o aconselhamento técnico-científico ao respetivo membro do Governo:

- o **UE BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS**, desenvolve atividades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico com vista a:
 - a assegurar a conservação, a avaliação, a documentação e a valorização económica dos recursos genéticos nacionais;
 - realizar estudos que visam melhorar a compreensão das relações das plantas e dos animais com o ambiente, de modo a identificar combinações genéticas, mecanismos e tecnologias de reprodução e estratégias de seleção/conservação que explorem, de forma mais eficiente, os recursos naturais disponíveis, particularmente nas regiões mediterrânicas e ainda que contribuam para melhorar a compreensão do seu comportamento face a cenários de possíveis alterações climáticas;
 - desenvolver programas de melhoramento genético de espécies animais e vegetais estratégicas para o desenvolvimento dos sistemas agrícolas, através da introdução de novas variedades e da seleção de raças dessas espécies.
 - promover a conservação dos recursos genéticos nacionais nas áreas animal e vegetal, através da criação e manutenção de coleções vivas e de bancos nacionais de germoplasma.
- o **UE SISTEMAS AGRÁRIOS E FLORESTAIS E SANIDADE VEGETAL** desenvolve atividades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico com vista a:

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

- desempenhar a função de Laboratório Nacional de Referência para a área da sanidade vegetal;
 - participar na elaboração dos planos oficiais de controlo nas áreas da proteção das plantas e sanidade vegetal;
 - realizar as análises oficiais que suportam os planos oficiais de controlo de proteção de plantas e sanidade vegetal, bem como prestar serviços aos operadores económicos das fileiras agropecuárias, florestais e outras;
 - promover as atividades de investigação, desenvolvimento, experimentação e inovação no âmbito dos seus diferentes domínios de conhecimento e efetuar o aconselhamento técnico-científico ao respetivo membro do Governo.
- **UE PRODUÇÃO E SAÚDE ANIMAL** desenvolve atividades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico com vista a:
- desempenhar a função de Laboratório Nacional de Referência para as áreas da saúde animal, com o fim de vigilância, controlo e erradicação das doenças dos animais, incluindo as transmissíveis aos humanos (zoonoses).
 - participar na elaboração dos planos oficiais de controlo nas áreas da saúde animal
 - realizar as análises oficiais que suportam os planos oficiais de controlo de sanidade animal, bem como prestar serviços aos operadores económicos das fileiras agropecuárias.

A principal legislação vigente e aplicável é a seguinte:

- Decreto-Lei nº 69/2012 D.R. nº 57, Série I de 20/março - Orgânica
- Portaria nº 392/2012 D.R. nº 231, Série I de 29/novembro - Estatutos (Unidades Estratégicas, Departamentos e Serviços Desconcentrados)
- Despacho nº 2243/2016, D.R. nº 30, Série II de 12/dezembro - Delegação de competências
- Despacho nº 5564/2017, D.R. nº 121, Série II, de 26/junho - Delegação de competências
- Despacho 10768/2017. D.R. nº 236, Série II de 11/dezembro - Delegação de competências
- Despacho nº 16703/2013.D.R.nº.249, Série II de 24/dezembro - Nomeação do Presidente do CD do INIAV, I.P.
- Despacho 13663/2014 D.R. nº 218, Série II de 11/novembro - Nomeação do Vogal do CD do INIAV, I.P.
- Despacho 220/2015. D.R. nº 5, Série II de 8/janeiro - Nomeação do Vogal do CD do INIAV, I.P.
- Deliberação n.º 2079/2014 D.R. nº 221, Série II de 14/novembro - Criação do Polo de Atividades de Braga — Banco Português de Germoplasma Vegetal (BPGV)
- Deliberação nº 963/2013 D.R. nº 79, Série II de 23/abril - Criação de gabinetes de apoio técnico e polos de atividades
- Deliberação nº 1573/2015, DR 156, II Série, de 12/agosto - Delegação de competências nos membros do Conselho Diretivo
- Deliberação nº 3/2017, de 23/fevereiro - Criação da Unidade de Tecnologia e Inovação (UTI)
- Deliberação nº 6/2017, de 27/julho - Criação do Gabinete de Gestão do Património (GGP)
- Deliberação nº 4/2018, de 23/maio - Designação da Encarregada da Proteção de Dados do INIAV
- Deliberação nº 3/2019, de 8/janeiro - Designação do Encarregado da Proteção de Dados do INIAV.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

1.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei nº192/2015 de 11 de setembro, sendo que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis ou significativas para a cabal compreensão das mesmas.

Não existiram, no decorrer do exercício, casos excecionais que implicassem a derrogação de disposições previstas pelo SNC-AP com efeitos materialmente relevantes ou que pudessem inferir na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

1.2.2. Comparabilidade

Em 2018 o INIAV passou a aplicar o SNC-AP, sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico é o dia 1 de janeiro de 2018. Por conseguinte e em conformidade com as instruções emanadas através do Manual de Implementação relativamente à aplicação inicial do SNC-AP, da autoria da Comissão de Normalização Contabilística, a informação comparativa relativa a 2017 é baseada no referencial contabilístico anterior – POCP – tendo sido assegurada a conversão de saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o novo referencial aplicável, tendo por base o entendimento da relação custo-benefício da CNC, quanto às vantagens residuais de uma reexpressão comparativa no primeiro ano de aplicação do novo normativo.

1.2.3. Valores de caixa e depósitos em IGCP

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos em IGCP apresentava a seguinte distribuição:

Conta PCM	Natureza	31/12/2018	31/12/2017
11	Caixa	0,00	0,00
118	Fundo Fixo	0,00	0,00
12	Depósitos em instituições financeiras	378.209,45	84.342,24
121	Depósitos à ordem no Tesouro	378.209,45	84.342,24
12101	IGCP 680332	262.777,01	15.360,09
12102	IGCP 681981	0,00	0,41
12103	IGCP 176753	12,08	11,11
12104	IGCP 185968	0,00	0,00
12105	IGCP 186550	0,00	17.939,79
12106	IGCP 274335	115.420,36	51.030,84
12107	IGCP 287915	0,00	0,00

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018**2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS****2.1. BASE DE MENSURAÇÃO**

As DF's foram preparadas de acordo com a NCP1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros, enquanto moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto. Representam de forma fiel e fidedigna os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual e nas NCP.

Informação Comparativa

Sempre que exequível, a informação comparativa foi divulgada em observação ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Em face de alterações em políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas tendo por base:

- A natureza da reclassificação operada
- A quantia de cada item ou classe reclassificada
- O motivo da reclassificação

Consistência da Apresentação

Sempre que exequível, as demonstrações financeiras estão consistentes entre períodos, tanto ao nível da sua apresentação, assim como ao nível dos movimentos contabilísticos que os originaram, com exceção para alterações significativas ocorridas na sua natureza. Nessa eventualidade, as mesmas encontram-se devidamente identificadas e justificadas numa ótica de informação fiável e relevante aos utilizadores da informação.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas DF's. Os itens de natureza ou função diferente são apresentados separadamente, exceto se imateriais.

Compensação

Tanto ativos como passivos, quer gastos e rendimentos não foram sujeitos a qualquer tipo de compensações cruzadas, exceto se exigíveis por quaisquer das NCP aplicáveis do SNC-AP.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018**Continuidade**

Com base na informação disponível e expectativas futuras, o INIAV continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se que não existe nem intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir de forma substancial a sua atividade ou níveis operacionais.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem ativo e/ou passivo à data do balanço, são considerados na preparação das DF's do período e divulgados no presente anexo.

2.2 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES**2.3 JULGAMENTOS COM IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS**

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Não se verificam, contudo, estimativas cuja variação pudesse vir a ser considerada crítica quanto à situação financeira relatada e atuação operativa do Instituto.

2.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

3 ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Métodos de amortização

Os métodos de amortização usados para os ativos intangíveis são o método das quotas constantes (ou da linha reta).

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

AI - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas no ano de 2018

[Valores em

ATIVOS INTANGÍVEIS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Ativos intangíveis								
+ Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Programas de computador e sistemas de informação	305.664,43	241.084,45	-	64.579,98	319.255,90	270.682,77	-	48.573,13
+ Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
	305.664,43	241.084,45	-	64.579,98	319.255,90	270.682,77	-	48.573,13
TOTAL	305.664,43	241.084,45	-	64.579,98	319.255,90	270.682,77	-	48.573,13

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na demonstração dos resultados por natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes variações:

AI - quantia escriturada e movimentos no ano de 2018

[Valores em euros]

ATIVOS INTANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidades	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Ativos intangíveis										
+ Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Programas de computador e sistemas de informação	64.579,98	13.591,47	-	-	-	-	-29.598,32	-	-	48.573,13
+ Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Ativos intangíveis em curso	-	137.550,00	-	-	-	-	-	-	-	137.550,00
	64.579,98	151.141,47	-	-	-	-	-29.598,32	-	-	186.123,13
TOTAL	64.579,98	151.141,47	-	-	-	-	-29.598,32	-	-	186.123,13

ATIVOS INTANGÍVEIS	Quantia	Quantia	Variações										Quantia	Quantia
	bruta inicial	escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidades	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidades acumuladas	Diferenças cambiais	Diminuições	bruta final	escriturada final
+ 443	305.664,43	64.579,98	13.591,47	-	-	-	-	-29.598,32	270.682,77	-	-	-	319.255,90	48.573,13
+ 454	-	-	137.550,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	137.550,00
TOTAL	305.664,43	64.579,98	151.141,47	-	-	-	-	-29.598,32	270.682,77	-	-	-	319.255,90	186.123,13

(i) Ativos intangíveis – adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes adições:

AI - desagregação das adições no ano de 2018

[Valores em euros]

ATIVOS INTANGÍVEIS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis										
+ Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
+ Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
+ Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
+ Programas de computador e sistemas de informação	0,00	13.591,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.591,47
+ Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
+ Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
+ Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	13.591,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.591,47
TOTAL	0,00	13.591,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.591,47

(ii) Ativos intangíveis – diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não ocorreram diminuições.

3.2 OUTRAS DIVULGAÇÕES DE ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o Instituto detinha os seguintes ativos intangíveis, que, individualmente, se apresentam como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras:

Descrição	Quantia escriturada	Período amortização remanescente	Ativo Líquido 31.12.2018	Ativo Líquido 31.12.2017
Sistema Integrado de Gestão SIGINIAV	137.550	Em curso	137.550	77.213,25

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018**b) Ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação e inicialmente reconhecidos pelo justo valor**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o Instituto não detinha ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação

c) Ativos intangíveis de titularidade restringida e ativos intangíveis dados como garantia de passivos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o Instituto não tinha passivos garantidos por ativos intangíveis.

d) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não se verificavam situações aplicáveis.

e) Ativos intangíveis mensurados após reconhecimento que tenham sofrido revalorizações

Não se verificaram situações de revalorização de Ativos intangíveis.

3.5 GASTOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Não se verificaram situações de encargos com pesquisa e desenvolvimento em AFI no período de relato

3.6 OUTRAS DIVULGAÇÕES**a) Ativos intangíveis totalmente amortizados ainda em uso**

Bem	SNC-AP Ativo	SNC-AP Depreciações Acumuladas	SNC-AP Gastos	Nº de itens	Depreciações 2018	Depreciações Acumuladas.
LICENÇAS SOFTWARE < 1 ANO	443	4483	6433	2	381,42	381,42
SW SOFTWARE	443	4483	6433	5	0,00	86.286,54
Total Geral				7	381,42	86.667,96

4 ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Em 31 de dezembro de 2018 o Instituto não tinha acordos enquadráveis em natureza de concessão de serviços.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**5.5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****a) Bases de mensuração**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos antes de 1 de janeiro de 2018 encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou valor de mercado efetuadas por avaliadores externos e independentes e profissionalmente qualificados quando traduzam a sua inclusão por correção ao ativo de períodos anteriores, de acordo com

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Na transição para o SNC-AP, os ativos imóveis ficaram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Mensurados ao custo

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2018 foram registados ao custo de aquisição ou produção, líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização em que a empresa espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Mensurados ao justo valor

Os edifícios, detidos pelo INIAV, são mensurados ao justo valor com base em avaliações periódicas de VPT. A depreciação acumulada à data da última reavaliação tributária é eliminada do valor bruto do ativo, passando o valor líquido a refletir o valor de reavaliação.

Relativamente aos dois prédios urbanos detidos pelo INIAV, importa referir que em 08/06/2016 foi solicitado à Secretaria de Estado da Agricultura e Alimentação autorização para a realização duma reavaliação/avaliação dos imóveis sitos na Calçada da Memória e Largo de Santos por parte da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, solicitação que não obteve até ao momento a correspondente resposta.

Assim e com a adoção das regras previstas em SNC-AP, os mesmos foram valorizados segundo o VPT com a atribuição de uma vida útil remanescente de 25 anos. Não podendo o Instituto dispor livremente daqueles imóveis, carecendo de qualquer intenção de alienação a prévia autorização da Tutela, entendeu-se que seria desajustada e imprudente a sua valorização por preços comparativos de mercado, acrescendo que o VPT se insere como melhor indicador de sinalização de eventuais imparidades a ocorrer.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

Os aumentos resultantes da reavaliação de edifícios, a existirem, são registados por contrapartida do património líquido na rubrica de excedentes de revalorização. As diminuições por reajustamentos de reavaliações anteriores dos mesmos ativos são igualmente levadas a capitais próprios até à concorrência dos respetivos aumentos, sendo as diminuições remanescentes reconhecidas na demonstração dos resultados como gastos do exercício.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para o instituto e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Anualmente, a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do ativo levada a gastos do período e a depreciação baseada no custo original do ativo é transferida dos excedentes de revalorização para resultados transitados.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado, constante no Classificado complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida estimada.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

d) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de N e de N-1, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

AFT - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas no ano de 2018

[Valores em

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
+ Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	253,09	-	-	253,09
+ Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	253,09	-	-	253,09
Ativos fixos em concessão								
+ Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis								
+ Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Edifícios e outras construções	5.070.398,35	458.720,80	-	4.611.677,55	5.152.890,37	568.282,16	-	4.584.608,21
+ Equipamento básico	2.970.162,39	2.517.093,21	-	453.069,18	5.820.081,61	3.450.520,61	-	2.369.561,00
+ Equipamento de transporte	176.396,00	176.396,00	-	-0,00	411.846,00	283.196,00	-	128.650,00
+ Equipamento administrativo	850.689,32	771.748,93	-	78.940,39	1.103.425,33	893.018,23	-	210.407,10
+ Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Outros	315.713,25	303.571,88	-	12.141,37	364.087,25	318.487,44	-	45.599,81
+ Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
	9.383.359,31	4.227.530,82	-	5.155.828,49	12.852.330,56	5.513.504,44	-	7.338.826,12
TOTAL	9.383.359,31	4.227.530,82	-	5.155.828,49	12.852.583,65	5.513.504,44	-	7.339.079,21

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

e) Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes variações:

AFT - quantia escriturada e movimentos no ano de 2018

[Valores em euros (€)]

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia	Variações								Quantia	
	escriturada inicial	Adições	Transferências as internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidades	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	escriturada final	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
+ Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Património histórico, artístico e cultural	-	253,09	-	-	-	-	-	-	-	-	253,09
+ Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	253,09	-	-	-	-	-	-	-	-	253,09
Ativos fixos em concessão											
+ Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis											
+ Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Edifícios e outras construções	4.611.677,55	82.492,02	-	-	-	-	-109.561,36	-	-	-	4.584.608,21
+ Equipamento básico	453.069,18	2.849.919,22	-	-	-	-	-933.427,40	-	-	-	2.369.561,00
+ Equipamento de transporte	-	235.450,00	-	-	-	-	-106.800,00	-	-	-	128.650,00
+ Equipamento administrativo	78.940,39	252.736,01	-	-	-	-	-121.269,30	-	-	-	210.407,10
+ Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Outros	12.141,37	48.374,00	-	-	-	-	-14.915,56	-	-	-	45.599,81
+ Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5.155.828,49	3.468.971,25	-	-	-	-	-1.285.973,62	-	-	-	7.338.826,12
TOTAL	5.155.828,49	3.469.224,34	-	-	-	-	-1.285.973,62	-	-	-	7.339.079,21

AFT - quantia escriturada e movimentos por conta no ano de 2018

[Valores em euros (€)]

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia		Variações										Quantia	
	bruta	escriturada	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas por	Perdas por	Depreciações	Depreciações	Perdas por	Diferenças	Diminuições	bruta	escriturada
				à entidade		imparidades	imparidade	do período	acumuladas	imparidades	cambiais			
+ 43042	-	-	253,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	253,09	253,09
+ 4321	5.070.398,35	4.611.677,55	-	-	-	-	-	-107.866,90	566.587,70	-	-	-	5.070.398,35	4.503.810,65
+ 4329	-	-	82.492,02	-	-	-	-	-1.694,46	1.694,46	-	-	-	82.492,02	80.797,56
+ 4332	2.843.667,94	406.795,25	2.646.226,46	-	-	-	-	-902.353,15	3.339.225,84	-	-	-	5.489.894,40	2.150.668,56
+ 4333	68,00	-	-	-	-	-	-	-	68,00	-	-	-	68,00	-
+ 4334	10.652,24	1.120,13	1.386,00	-	-	-	-	-750,12	10.282,23	-	-	-	12.038,24	1.756,01
+ 4335	32.073,00	36,83	39.952,00	-	-	-	-	-10.092,12	42.128,29	-	-	-	72.025,00	29.896,71
+ 4336	75.326,06	44.393,81	25.895,52	-	-	-	-	-10.842,02	41.774,27	-	-	-	101.221,58	59.447,31
+ 4337	2.507,15	723,16	15.783,51	-	-	-	-	-4.592,63	6.376,62	-	-	-	18.290,66	11.914,04
+ 4338	5.868,00	-	-	-	-	-	-	-	5.868,00	-	-	-	5.868,00	-
+ 4339	-	-	120.675,73	-	-	-	-	-4.797,36	4.797,36	-	-	-	120.675,73	115.878,37
+ 4342	176.396,00	-	235.450,00	-	-	-	-	-106.800,00	283.196,00	-	-	-	411.846,00	128.650,00
+ 4351	509.338,14	78.677,73	82.904,78	-	-	-	-	-87.359,88	518.020,29	-	-	-	592.242,92	74.222,63
+ 4352	2.091,00	-	-	-	-	-	-	-	2.091,00	-	-	-	2.091,00	-
+ 4353	339.260,18	262,66	20.442,00	-	-	-	-	-5.165,82	344.163,34	-	-	-	359.702,18	15.538,84
+ 4359	-	-	149.389,23	-	-	-	-	-28.743,60	28.743,60	-	-	-	149.389,23	120.645,63
+ 4371	8.528,00	-	5.303,00	-	-	-	-	-1.767,67	10.295,67	-	-	-	13.831,00	3.535,33
+ 4372	307.110,25	12.141,37	43.071,00	-	-	-	-	-13.147,89	308.116,77	-	-	-	350.181,25	42.064,48
+ 4374	75,00	-	-	-	-	-	-	-	75,00	-	-	-	75,00	-
TOTAL	9.383.359,31	5.155.828,49	3.469.224,34	-	-	-	-	-1.285.973,62	5.513.504,44	-	-	-	12.852.583,65	7.339.079,21

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

Ativos fixos tangíveis – adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes adições:

AFT - desagregação das adições no ano de 2018

[Valores em euros (€)]

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
+ Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	253,09	-	-	-	-	253,09
+ Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	253,09	-	-	-	-	253,09
Ativos fixos em concessão											
+ Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis											
+ Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Edifícios e outras construções	-	82.492,02	-	-	-	-	-	-	-	-	82.492,02
+ Equipamento básico	-	415.894,86	-	-	-	2.434.024,36	-	-	-	-	2.849.919,22
+ Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	235.450,00	-	-	-	-	235.450,00
+ Equipamento administrativo	-	160.393,01	-	-	-	92.343,00	-	-	-	-	252.736,01
+ Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Outros	-	-	-	-	-	48.374,00	-	-	-	-	48.374,00
+ Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	658.779,89	-	-	-	2.810.191,36	-	-	-	-	3.468.971,25
TOTAL	-	658.779,89	-	-	-	2.810.444,45	-	-	-	-	3.469.224,34

Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não ocorreram diminuições no Ativo fixo tangível.

5.6 OUTRAS DIVULGAÇÕES DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 o Instituto não detinha quaisquer ativos fixos tangíveis escriturados com restrição de titularidade.

5.7 DEPRECIAÇÕES DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

RUBRICAS	Depreciações do período	
	Reconhecidas nos resultados	Incluídas nos custos de outros ativos
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções		
Infraestruturas		
Património histórico, artístico e cultural		
Outros bens de domínio público em curso		
Ativos fixos em concessão		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções		
Infraestruturas		
Património histórico, artístico e cultural		
Ativos fixos em concessão em curso		
Outros ativos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	1.285.973,62	
Edifícios e outras construções		
Equipamento básico	109.561,36	
Equipamento de transporte	1.161.496,70	
Equipamento administrativo		
Equipamentos biológicos	14.915,56	
Outros		
Ativos fixos tangíveis em curso		
Total	1.285.973,62	

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

5.9 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS REVALORIZADOS

O Instituto não procedeu à revalorização de ativos fixos tangíveis em 2018:

5.10 OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Pela extensão, resume-se na tabela abaixo, por rubrica SNC-AP o nº de itens/bens do Ativo fixo tangível totalmente depreciados que ainda se encontram em uso

SNC-AP Ativo	Nº de itens	Depreciações 2018	Depreciações Acumuladas
4332	6643	1.939,53	983.311,53
4333	2	0,00	68,00
4334	76	0,00	6.058,00
4335	324	0,00	29.934,00
4336	50	0,00	6.844,00
4337	40	1.957,11	2.533,11
4338	323	0,00	5.484,00
4339	21	2.260,95	2.260,95
4351	1171	29.283,74	250.598,64
4352	21	0,00	1.614,00
4353	5294	0,00	279.406,00
4359	72	14.383,79	14.383,79
4371	64	0,00	7.847,00
4372	3286	0,00	226.917,00
4374	1	0,00	75,00
Total Geral	17388	49.825,12	1.817.335,02

6 LOCAÇÕES

6.9 LOCAÇÕES FINANCEIRAS – LOCATÁRIOS

O instituto não mantém quaisquer bens em regime de locação financeira:

6.10 LOCAÇÕES OPERACIONAIS – LOCATÁRIOS

O Instituto mantém um contrato em regime de locação operacional relativo ao parque de impressoras/scanners:

BENS LOCADOS (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado						
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Impressoras de Rede	91.933,77	36.773,64		52.095,99		39.837,78			39.837,78	
Total	91.933,77	36.773,64		52.095,99		39.837,78			39.837,78	

d) Descrição dos acordos de locação operacional significativos

Em 31 de dezembro de 2018, o acordo de locação operacional que se encontra em vigor é o seguinte:

N.º contrato	Locadora	Bem locado	Data início	Data fim	Termos renovação	Opções de compra	Cláusulas de escalonamento	Restrições
24/2017/INIAV	NORMATICA SA	Equipamento de Cópia, impressão, digitalização e fax	3/07/2017	31/12/2019	2 anos	não	n.a.	n.a.

6.11 LOCAÇÕES FINANCEIRAS – LOCADORES

Em 31 de dezembro de 2018, o Instituto não apresentava bens em regime de locação financeira.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

6.12 LOCAÇÕES OPERACIONAIS – LOCADORES

O instituto não mantém quaisquer bens em regime de locação operacional enquanto Locador:

7 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 2018 o Instituto não deteve produtos financeiros decorrentes de empréstimos obtidos.

8 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 2018 o Instituto não deteve propriedades de investimento.

9 IMPARIDADE DE ATIVOS

9.1 CRITÉRIOS DE DISTINÇÃO ENTRE ATIVOS NÃO GERADORES DE CAIXA E ATIVOS GERADORES DE CAIXA

9.2 ATIVOS NÃO GERADORES DE CAIXA

Não se verificaram perdas por imparidade em ativos não geradores de caixa no período de relato.

9.5 ATIVOS GERADORES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as perdas por imparidade em ativos geradores de caixa são:

Classe de ativos	Natureza do ativo	Segmento	Descrição da unidade geradora de caixa	31.12.2018		31.12.2017	
				Perda por imparidade	Quantia recuperável	Perda por imparidade	Quantia recuperável
2	Clientes	n.a.		295,20	295,20	54.428,07	54.428,07

No apuramento de Cobranças duvidosas 2018 foi considerado o Regime dos créditos incobráveis aplicável.

9.6 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS

Atento ao valor residual e antiguidade da dívida (ca. 8 meses) o montante de imparidade registada em 2018 considera-se recuperável atento ao histórico recente de recuperações alcançadas.

Relativamente a créditos de cobrança duvidosa ou incobráveis vencidos em 2018, consideraram-se créditos de cobrança duvidosa aqueles que apresentem um risco de incobrabilidade justificado, a saber:

- O crédito esteja em mora há mais de 24 meses desde a data do respetivo vencimento, existam provas de imparidade e de diligências de recebimento e o ativo não tenha sido reconhecido contabilisticamente;
- O crédito esteja em mora há mais de seis meses desde a data do vencimento, o valor não seja superior a € 750, IVA incluído, e o devedor seja particular ou sujeito passivo que realize exclusivamente operações isentas que não confirmem direito a dedução.

No período de relato foram ainda revertidas imparidades de clientes no montante de 18.954,75 conforme detalhe infra:

REVERSÃO DE IMPARIDADES e COBRANÇAS DUVIDOSAS	46.764,92
reversão em cobrança duvidosa 2151 (por reforço a 211 clientes c/c)	27.810,17
reversão de imparidades 2191 (por reconhecimento de ganhos do período)	18.954,75

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

10 INVENTÁRIOS

a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e mão de obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

O Instituto adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

De referir ainda que o fornecimento de reagentes e consumíveis de laboratório, enquanto bens inventariáveis, se encontra ao abrigo de contratos de aquisição celebrados maioritariamente na sequência de concursos públicos, estabelecendo o fornecimento dos b&s contratualizados numa base *just in time* que se traduz na redução de níveis de stockagem mínimos indispensáveis, em observação à política de redução de gastos e mitigação de NFM (necessidades de fundo maneio) negativas geradas pela atividade.

b) Quantia de inventários registada

Em adição ao exposto em 0 iv) Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os inventários do instituto detalham-se conforme se segue:

PRODUÇÃO CMO/INIAV						INVENTÁRIO 31/12/nn			
TIPOLOGIA	ANO	Total (Ltr)	Adega casal da manteiga (Ltr)	CMO (Ltr)	INIAV IP (Ltr)	PRODUÇÃO TOTAL (Ltr)	Existências ENGARRAFADO	Existências GRANEL	TOTAL
VBRANCO APTO DOC CARCAVELOS	Acumulados 2002-2017	385.193	372.420	193.158	192.035	385.193	671,00 €	2.983.957,33 €	2.984.628,33 €
	2018	17.900	17.900	8.950	8.950	17.900	5.435,10 €	3.123.444,00 €	3.128.879,10 €
	TOTAL POR ENTIDADE	403.093	390.320	202.108	200.985	403.093	5.435,10 €	3.123.444,00 €	3.128.879,10 €
VTINTO APTO DOC CARCAVELOS	Acumulados 2002-2017	30.840	27.790	15.420	15.420	30.840	0,00 €	250.832,00 €	250.832,00 €
	2018	0	0	0	0	0	0,00 €	250.832,00 €	250.832,00 €
	TOTAL POR ENTIDADE	30.840	27.790	15.420	15.420	30.840	0,00 €	250.832,00 €	250.832,00 €
TOTAL VINHO CARCAVELOS		433.933	418.110	217.528	216.405	433.933	5.435,10 €	3.374.276,00 €	3.379.711,10 €

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

11 AGRICULTURA

11.1 RECONHECIMENTO INICIAL DOS ATIVOS BIOLÓGICOS

Conforme anteriormente exposto, a inventariação de ativos biológicos do INIAV foi realizada ao longo de 2018, tendo o processo sido conduzido em Outsourcing por empresa especializada.

No âmbito da NCP11 - Agricultura, o levantamento e inventariação dos Ativos Biológicos, distinguiu entre Equipamento e Ativo Biológico conforme caracterização no ponto 11.3 infra, prevendo-se que a sua valorização só venha a acontecer no exercício económico de 2019:

11.2 DESCRIÇÃO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS

Nos termos da inventariação realizada à luz da NCP11, consideram-se como ativos biológicos consumíveis aqueles que:

- Estejam para ser colhidos como produto agrícola; ou
- Estejam para ser vendidos como ativos biológicos.

11.3 ATIVIDADES QUE ENVOLVAM ATIVOS BIOLÓGICOS

- Natureza das atividades que envolvem cada grupo de ativos biológicos
- Mensurações não financeiras ou estimativas das quantidades físicas inventariadas

11.4 MÉTODOS E PRESSUPOSTOS SIGNIFICATIVOS APLICADOS NA DETERMINAÇÃO DO JUSTO VALOR DE CADA GRUPO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS

O justo valor dos ativos biológicos e produtos agrícolas não quantificada à data do relato será, no decurso do corrente período, determinado a partir de:

- **Plantações:** do valor de mercado conhecido em transações recentes;
- **Animais:** a partir de referências do setor disponíveis em entidades oficiais, como sejam os dados estatísticos disponibilizados pelo INE;
- **Produtos agrícolas:** do preço de venda conhecido no ponto de colheita.

ATIVO BIOLÓGICO

Família	Tipologia	Tipologia Secundária	Localização	Sub-Localização	Idade	Unidades	Hectares	Função	SNC-AP
ATIVO BIOLÓGICO	VINHAS	AMOSTRINHA	OERAS - QUINTA DO MARQUES	PARCELA 2C	SEM INFORMACAO	150	-	PRODUCAO/VENDA	3134
ATIVO BIOLÓGICO	VINHAS	HIÉRIDOS	OERAS - QUINTA DO MARQUES	PARCELA 2C	SEM INFORMACAO	126	-	PRODUCAO/VENDA	3134
ATIVO BIOLÓGICO	VINHAS	BOL RATINHO	OERAS - QUINTA DO MARQUES	PARCELA 2C PARCELA 24 PARCELA 2B PARCELA 4B	SEM INFORMACAO	10623	-	PRODUCAO/VENDA	3134
ATIVO BIOLÓGICO	VINHAS	GALEGO DOURADO	OERAS - QUINTA DO MARQUES	PARCELA 2C PARCELA 2B PARCELA 4B	SEM INFORMACAO	11750	-	PRODUCAO/VENDA	3134
ATIVO BIOLÓGICO	VINHAS	SEARA NOVA	OERAS - QUINTA DO MARQUES	PARCELA 2C	SEM INFORMACAO	996	-	PRODUCAO/VENDA	3134
ATIVO BIOLÓGICO	VINHAS	RABO DE OVELHA	OERAS - QUINTA DO MARQUES	PARCELA 24	SEM INFORMACAO	966	-	PRODUCAO/VENDA	3134
ATIVO BIOLÓGICO	VINHAS	ARINTO	OERAS - QUINTA DO MARQUES	PARCELA 24 PARCELA 2B PARCELA 4B	SEM INFORMACAO	9276	-	PRODUCAO/VENDA	3134
ATIVO BIOLÓGICO	VINHAS	PERQUITIA	OERAS - QUINTA DO MARQUES	PARCELA 4B	SEM INFORMACAO	2769	-	PRODUCAO/VENDA	3134
ATIVO BIOLÓGICO	VINHAS	ESPADERO	OERAS - QUINTA DO MARQUES	PARCELA 4B	SEM INFORMACAO	4689	-	PRODUCAO/VENDA	3134
ATIVO BIOLÓGICO	VINHAS	SEARA NOVA E FERVAO PRES	TORRES VEDRAS - DOIS PORTOS - QUINTA DA ALMONHA	PARCELA T3	1999	2724	0,88	PRODUCAO/VENDA	3134
ATIVO BIOLÓGICO	VINHAS	ROUSSANE, VIGNIER, VERDELHO, ALVARINHO, MARSELAN, TOURIGA, ARAGONEZ, CABERNET, MARSELAN	TORRES VEDRAS - DOIS PORTOS - QUINTA DA ALMONHA	PARCELA T6	2007	3839	1,24	PRODUCAO/VENDA	3134
ATIVO BIOLÓGICO	VINHAS	CASTELAO, ARAGONEZ, SYRAH, CALADOC, JAE, MERLOT, TOURIGA	TORRES VEDRAS - DOIS PORTOS - QUINTA DA ALMONHA	PARCELA T7	1997	2043	0,66	PRODUCAO/VENDA	3134

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

EQUIPAMENTO BIOLOGICO

Familia	Tipologia	Tipologia Secundária	Outras características	Localização	Sub-Localização	Idade	Unidades	Hectares	Função	SNC-AP
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	LIMOUSINE	-	ODEMIRA - ESTACAO EXPERIMENTAL DA FATACA	-	2 A 10 ANOS	35	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	VINHAS	COLECAO AMPELOGRAFICA NACIONAL	-	TORRES VEDRAS - DOIS PORTOS - QUINTA DA ALMOINHA	PARCELA T1	2013	4644	1,50	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	VINHAS	CLONES DE 26 CASTAS NACIONAIS	-	TORRES VEDRAS - DOIS PORTOS - QUINTA DA ALMOINHA	PARCELA T10	2011	1393	0,45	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	VINHAS	COLECAO AMPELOGRAFICA NACIONAL	-	TORRES VEDRAS - DOIS PORTOS - QUINTA DA ALMOINHA	PARCELA T1A	2017	155	0,05	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	VINHAS	COLECAO AMPELOGRAFICA NACIONAL	-	TORRES VEDRAS - DOIS PORTOS - QUINTA DA ALMOINHA	PARCELA T4	1993	805	0,26	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	VINHAS	COLECAO AMPELOGRAFICA NACIONAL	-	TORRES VEDRAS - DOIS PORTOS - QUINTA DA ALMOINHA	PARCELA T5	1990	4396	1,42	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	SYDO ROCHA	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 45 T1 E T2	2005	417	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	VARIOS ROCHA	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 45 T3	1991	99	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS REG	BA29 VARIAS	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 45 T3A	2003	14	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	BA29 ROCHA	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 45 T4	1990	108	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS REG	BA29 VARIAS	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 45 T4A	2003	14	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	BA29 ROCHA	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 45 T5	1985	279	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	BA29 VARIAS	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 45 T5A	2003	46	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	MACIERAS	MM106 VARIAS	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 45 T6	1985	600	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	MACIERAS REG	M9 EMLA VARIAS	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 45 T6A	2003	48	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	MACIERAS	M9 EMLA GALAXY	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 45 T7	2005	1320	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	MACIERAS	M7 VARIAS	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 45 T7A	2003	49	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	MACIERAS	M9 EMLA GALAXY	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 43 T19 E T20	2015	1300	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	EMA ROCHA	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 43 T21A	1991	176	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	EMA ROCHA	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 43 T21B	1991	462	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	MACIERAS	M9 EMLA BROKFELD	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 43 T23	2005	644	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	MACIERAS	M9 EMLA VARIAS	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 43 T22	SEM INFORMACAO	2500	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	EMA ROCHA	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 64 T9	1998	205	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	EMA ROCHA	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 54 T9	1998	216	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	VARIOS ROCHA	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 54 T10A	2001	216	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	MACIERAS	VARIOS GALA	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 54 T10B	1999	264	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	OHF NASHIS	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 58 T11 E T12	1989	90	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	AMEIXEIRAS	GF 8.1 VARIAS	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 41 T14	1989	111	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	NESPEREIRAS	FRANCO VARIAS	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 41 T18	1989	80	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	NOGUEIRAS	J. RÉGIA VARIAS	ALCOBACA - QUINTA NOVA	PARCELA 46 T24	SEM INFORMACAO	133	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	AMENDOIRA	GF 677 VARIAS	ALCOBACA - GANILHOS	PARCELA 13	1995	66	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	FIGUEIRAS	VARIAS	ALCOBACA - GANILHOS	PARCELA 19	1994	291	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	NOGUEIRAS NOVAS	J. RÉGIA VARIAS	ALCOBACA - GANILHOS	PARCELA 14	1991	119	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	NOGUEIRAS HIB.	J. RÉGIA VARIAS	ALCOBACA - GANILHOS	PARCELA 24	1983	146	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	BA29 ROCHA	ALCOBACA - OLIVAL FECHADO	PARCELA 32 T1	2001	80	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	EMA ROCHA	ALCOBACA - OLIVAL FECHADO	PARCELA 32 T1	2001	80	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	GINJEIRAS	P. AVILUM VARIAS	ALCOBACA - OLIVAL FECHADO	PARCELA 32 T2	2013	45	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	BA29 VARIAS	ALCOBACA - OLIVAL FECHADO	PARCELA 32 T3	SEM INFORMACAO	204	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	EMA ROCHA	ALCOBACA - OLIVAL FECHADO	PARCELA 32 T3A	2001	80	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	DIOSPEREIRO	D. LOTUS VARIAS	ALCOBACA - OLIVAL FECHADO	PARCELA 2 T4	1983	24	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	ROMANZEIRA	VARIAS	ALCOBACA - OLIVAL FECHADO	PARCELA 2 T5	1983	15	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	EMA ROCHA	ALCOBACA - OLIVAL FECHADO	PARCELA 1 T6	2003	188	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	MARMELEIRO	VARIAS	ALCOBACA - OLIVAL FECHADO	PARCELA 1 T6A	1998	20	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	MACIERAS	M7 VARIAS	ALCOBACA - OLIVAL FECHADO	PARCELA 31	SEM INFORMACAO	118	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	EMA ROCHA	ALCOBACA - OLIVAL FECHADO	PARCELA 21 T8	1998	550	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	GINJEIRAS	P. AVILUM VARIAS	ALCOBACA - OLIVAL FECHADO	PARCELA 37 T9	2013	29	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	CEREJEIRAS	P. AVILUM VARIAS	ALCOBACA - OLIVAL FECHADO	PARCELA 37 T10	2013	37	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	MACIERAS	M7 VARIAS	ALCOBACA - OLIVAL FECHADO	PARCELA 37 T11	2013	187	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	ARVORES	PEREIRAS	BA29 + SYDO VARIAS	ALCOBACA - OLIVAL FECHADO	PARCELA 37 T12	2013	320	-	INVESTIGACAO	4363
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	ALENTEJANO (CARNE)	MACHO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ATE 6 MESES	21	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	ALENTEJANO (CARNE)	MACHO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ENTRE 8 E 24 MESES	1	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	ALENTEJANO (CARNE)	MACHO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	MAS DE 24 MESES	1	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	ALENTEJANO (CARNE)	FEMEA	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ATE 6 MESES	30	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	ALENTEJANO (CARNE)	FEMEA	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ENTRE 6 E 8 MESES	1	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	ALENTEJANO (CARNE)	FEMEA	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	MAS DE 24 MESES	83	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	ALENTEJANO (LEITE)	MACHO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ATE 6 MESES	1	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	ALENTEJANO (LEITE)	MACHO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ENTRE 6 E 8 MESES	5	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	ALENTEJANO (LEITE)	MACHO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ENTRE 8 E 24 MESES	5	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	ALENTEJANO (LEITE)	MACHO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	MAS DE 24 MESES	1	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	ALENTEJANO (LEITE)	FEMEA	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ATE 6 MESES	3	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	ALENTEJANO (LEITE)	FEMEA	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ENTRE 6 E 8 MESES	5	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	ALENTEJANO (LEITE)	FEMEA	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ENTRE 8 E 24 MESES	30	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	ALENTEJANO (LEITE)	FEMEA	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	MAS DE 24 MESES	22	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	OVINOS	INDETERMINADA (CARNE)	FEMEA	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ADULTO	155	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	OVINOS	INDETERMINADA (CARNE)	MACHO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ADULTO	31	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	OVINOS	INDETERMINADA (CARNE)	SEM INFORMACAO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	CRIA	93	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	OVINOS	INDETERMINADA (LEITE)	FEMEA	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ADULTO	36	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	OVINOS	INDETERMINADA (LEITE)	MACHO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ADULTO	11	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	SUINOS	MALHADO DE ALCOBACA (CARNE)	MACHO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	LEITEOS	147	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	SUINOS	MALHADO DE ALCOBACA (CARNE)	MACHO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	BACOROS	23	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	SUINOS	MALHADO DE ALCOBACA (CARNE)	MACHO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ADULTO 50 A 80 KG	14	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	SUINOS	MALHADO DE ALCOBACA (CARNE)	MACHO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ADULTO 80 A 110 KG	12	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	SUINOS	MALHADO DE ALCOBACA (CARNE)	MACHO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ADULTO MAIS DE 110 KG	1	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	SUINOS	MALHADO DE ALCOBACA (CARNE)	MACHO	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ADULTO	3	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	SUINOS	MALHADO DE ALCOBACA (CARNE)	FEMEA	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ADULTO ATE 50 KG	6	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	SUINOS	MALHADO DE ALCOBACA (CARNE)	FEMEA	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ADULTO	11	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	SUINOS	MALHADO DE ALCOBACA (CARNE)	FEMEA	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ADULTO	13	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	SUINOS	MALHADO DE ALCOBACA (CARNE)	FEMEA	SANTAREM - PORTO DE MUGE - MOUCHAO DO ESFOLA VA	-	ADULTO	14	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	SUINOS	INDETERMINADA (REPRODUTORES)	MACHO	SANTAREM - ESTACAO ZOOTECNICA NACIONAL	-	ADULTO	47	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	SUINOS	INDETERMINADA (REPRODUTORES)	FEMEA	SANTAREM - ESTACAO ZOOTECNICA NACIONAL	-	ADULTO	3	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	SUINOS	INDETERMINADA (REPRODUTORES)	SEM INFORMACAO	SANTAREM - ESTACAO ZOOTECNICA NACIONAL	-	LEITEOS	182	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	OVINOS	CARNEIRO	MACHO	SANTAREM - ESTACAO ZOOTECNICA NACIONAL	-	ADULTO	29	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	CAPRINOS	BODE	MACHO	SANTAREM - ESTACAO ZOOTECNICA NACIONAL	-	ADULTO	9	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	OVINOS	OVELHA MERINAS	SEM INFORMACAO	SANTAREM - ESTACAO ZOOTECNICA NACIONAL	-	ADULTO	68	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	OVINOS	OVELHA SERRA	SEM INFORMACAO	SANTAREM - ESTACAO ZOOTECNICA NACIONAL	-	ADULTO	80	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	CAPRINOS	CABRA (LEITE)	FEMEA	SANTAREM - ESTACAO ZOOTECNICA NACIONAL	-	ADULTO	28	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	BOVINOS	BORREGO (LEITE)	SEM INFORMACAO	SANTAREM - ESTACAO ZOOTECNICA NACIONAL	-	ADULTO	120	-	INVESTIGACAO	4361
ATMO BIOLOGICO	OVINOS	MODELO LUSITANA	SEM INFORMACAO	TAPADA DA AJUDA	-	SEM INFORMACAO	42	-	INVESTIGACAO	4369

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018**12 CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO**

Em 31 de dezembro de 2018, o Instituto não detinha rendimentos de contratos de construção.

13 RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO**a) Políticas contabilísticas e métodos adotados**

VENDAS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

- (i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- (ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- (iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- (iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- (v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS – o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

ROYALTIES – o rendimento é reconhecido de acordo com o regime do acréscimo.

DIVIDENDOS – o rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, têm a seguinte decomposição:

Rendimento	31/12/2018
71 Vendas	241.369,21
Produtos Agrícolas e pecuários	197.166,80
Vinho Carcavelos	1.645,00
Outros vinhos e aguardentes	803,12
Uvas	20.934,25
Mel	4.533,67
Frutos e Frutas	169,81
Cereais	115.838,19
Outros produtos agrícolas	33.961,12
Carne	19.281,64
Livros e documentação técnica	2.291,50
Documentação técnica	2.291,50
Outros produtos acabados e intermédios	270,00
Ativos biológicos	41.640,91
Gado	39.721,91
Plantas	1.919,00
72 Prestações de serviços:	3.929.344,57
Serviços específicos do setor da educação	3.398,92
Estágios e reciclagens	150,00
Ações de formação	3.248,92
Planos - Saúde Animal	254.376,48
Cantinas & Bares	13.500,00
Protocolos e parcerias	78.489,28
Outros similares	23.665,50
Estudos, pareceres, projectos e consultoria	334.222,30
Estudos Técnico-Científicos	334.222,30
Serviços Laboratoriais	3.172.171,74
Outros serviços	49.520,35
75 Transferência e subsídios correntes obtidos	23.365.798,42
Transferências correntes OE	20.439.725,83
Transferências correntes OE - Func	19.603.531,00
Subsídios correntes OE - FCT	524.627,00
Subsídios correntes OE - PDR	311.567,83
Subsídios correntes EU	2.908.396,00
Subsídios correntes EU - POCI	240.065,07
Subsídios correntes EU - CEN	14.833,52
Subsídios correntes EU - LVT	35.437,32
Subsídios correntes EU - ALT20	632.883,13
Subsídios correntes EU - ALG	5.561,01
Subsídios correntes EU - TRANSNAC	48.605,41
Subsídios correntes EU - INTERREG	22.886,41
Subsídios correntes EU - POSEUR	9.030,23
Subsídios correntes EU - PDR	1.673.353,68
Subsídios correntes EU - INGA	104.226,49
Subsídios correntes EU - OUTROS	121.513,73
Outras Transferências e Subsídios correntes	17.676,59
78 Outros rendimentos e ganhos	76.402,95
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	37.550,40
Aluguer Salas e Auditórios	500,00
Alojamento Residências	37.050,40
Outros rendimentos suplementares	37.593,33

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

14 RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

14.1 DIVULGAÇÃO DAS CLASSES DE RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO

A rigorosa aplicação ao considerado pela NCP14 não permite classificar de forma inequívoca a existência de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação no âmbito da atividade core do INIAV. Contudo, entende-se, por prudência assegurar a divulgação de réditos alcançados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentando-se a sua decomposição por tipologia de projeto conforme detalhado de seguida:

Programas	nº projetos	PP's submetidos	Cofin solicitado	Cofin recebido
2018	142	3.390.186,33 €	2.823.318,40 €	3.602.043,10 €
Alentejo 2020	16	812.693,70 €	677.031,20 €	669.468,82 €
FCT	8	66.514,31 €	60.186,79 €	69.809,62 €
FCT/ARIMNET	2	15.760,61 €	14.184,55 €	13.807,04 €
FFP	2	20.990,69 €	20.990,69 €	20.990,69 €
FP7 - 7º programa Quadro de I&DT	3	111.735,21 €		64.330,19 €
Interreg POCTEP	1			3.188,20 €
INTERREG SUDOE	4	49.281,84 €	22.002,98 €	22.886,41 €
PDR2020	48	1.783.295,82 €	1.783.295,82 €	1.783.295,82 €
POSEUR	4	17.288,36 €	14.695,11 €	14.691,30 €
Proder	14	274.828,16 €	186.282,77 €	211.069,77 €
SAICT/FCT	31			600.669,28 €
SAMA	6	210.556,33 €	33.751,97 €	87.794,16 €
SI&DT	1	27.241,31 €	10.896,52 €	8.295,90 €
H2020	2			31.745,90 €
Total Geral	142	3.390.186,33 €	2.823.318,40 €	3.602.043,10 €



Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

PROGRAMAS Projetos	ADIANTAMENTO		REEMBOLSO		Regularização de Adiantamento		Total CoFin solicitado em Pedido Pagteº	Total CoFin recebido
	CoFin solicitado em Pedido Pagteº	CoFin recebido	CoFin solicitado em Pedido Pagteº	CoFin recebido	CoFin solicitado em Pedido Pagteº	CoFin recebido		
Alentejo 2020			677.031,20 €	669.468,82 €			677.031,20 €	669.468,82 €
414601 ALT20-FEDER-000009			37.868,20 €	33.660,62 €			37.868,20 €	33.660,62 €
414602 ALT20-FEDER-000029			20.040,34 €	20.040,34 €			20.040,34 €	20.040,34 €
414603 ALT20-FEDER-000019			96.858,53 €	108.518,45 €			96.858,53 €	108.518,45 €
414605 ALT20-FEDER-000018			69.649,81 €	55.719,85 €			69.649,81 €	55.719,85 €
414607 ALT20-FEDER-000023			42.939,77 €	34.351,82 €			42.939,77 €	34.351,82 €
414608 ALT20-FEDER-000014			25.116,69 €	20.093,35 €			25.116,69 €	20.093,35 €
414611 ALT20-FEDER-000040			131.586,99 €	135.252,70 €			131.586,99 €	135.252,70 €
414613 ALT20-FEDER-000011			179.951,84 €	199.980,35 €			179.951,84 €	199.980,35 €
ALT20-03-0145-FEDER-000038			17.180,44 €	17.180,47 €			17.180,44 €	17.180,47 €
ALT20-03-0145-FEDER-000039			55.838,59 €	44.670,87 €			55.838,59 €	44.670,87 €
FCT		10.000,00 €	60.186,79 €	59.809,62 €			60.186,79 €	69.809,62 €
421001 FCT-FOR-4391			24.742,26 €	24.618,57 €			24.742,26 €	24.618,57 €
421002 FCT-PRO-4261			3.362,76 €	3.359,04 €			3.362,76 €	3.359,04 €
421004 FCT-PRO-0856			20.691,77 €	20.442,01 €			20.691,77 €	20.442,01 €
421006 FCT-MAR-EST-3048			11.390,00 €	11.390,00 €			11.390,00 €	11.390,00 €
421005 FCT-CVT-NUT-5931		10.000,00 €						10.000,00 €
FCT/ARIMNET			14.184,55 €	13.807,04 €			14.184,55 €	13.807,04 €
412003 ARIMNET2-0003-2015			8.095,73 €	7.718,22 €			8.095,73 €	7.718,22 €
412004 ARIMNET2-0005-2015			6.088,82 €	6.088,82 €			6.088,82 €	6.088,82 €
FFP			20.990,69 €	20.990,69 €			20.990,69 €	20.990,69 €
422001 MAIS COELHO			20.990,69 €	20.990,69 €			20.990,69 €	20.990,69 €
FP7 - 7º programa Quadro de I&DT				64.330,19 €				64.330,19 €
412010 H2020-GA613781				20.628,38 €				20.628,38 €
412011 H2020-GA613551				43.701,81 €				43.701,81 €
Interreg POCTEP				3.188,20 €				3.188,20 €
Não atribuído				3.188,20 €				3.188,20 €
INTERREG SUDOE		6.800,00 €			22.002,98 €	16.086,41 €	22.002,98 €	22.886,41 €
413201 SUDOE-F0026						7.458,41 €		7.458,41 €
413202 SUDOE-F0112		6.800,00 €						6.800,00 €
413203 SUDOE-E0376					11.372,79 €	6.997,79 €	11.372,79 €	6.997,79 €
413204 SUDOE-F0246					10.630,19 €	1.630,21 €	10.630,19 €	1.630,21 €
PDR2020	1.783.295,82 €	1.783.295,82 €					1.783.295,82 €	1.783.295,82 €
414225 PDR2020-031742	41.891,75 €	41.891,75 €					41.891,75 €	41.891,75 €
414226 PDR2020-031866	6.987,47 €	6.987,47 €					6.987,47 €	6.987,47 €
414207 PDR2020-030965	12.582,55 €	12.582,55 €					12.582,55 €	12.582,55 €
414208 PDR2020-032086	29.177,71 €	29.177,71 €					29.177,71 €	29.177,71 €
414209 PDR2020-031005	7.109,05 €	7.109,05 €					7.109,05 €	7.109,05 €
414211 PDR2020-031116	13.622,63 €	13.622,63 €					13.622,63 €	13.622,63 €
414212 PDR2020-031865	17.137,65 €	17.137,65 €					17.137,65 €	17.137,65 €
414213 PDR2020-031061	33.629,48 €	33.629,48 €					33.629,48 €	33.629,48 €
414215 PDR2020-031071	7.534,85 €	7.534,85 €					7.534,85 €	7.534,85 €
414216 PDR2020-030838	5.660,48 €	5.660,48 €					5.660,48 €	5.660,48 €
414217 PDR2020-030988	62.369,16 €	62.369,16 €					62.369,16 €	62.369,16 €
414218 PDR2020-031496	71.475,96 €	71.475,96 €					71.475,96 €	71.475,96 €
414219 PDR2020-031018	15.625,61 €	15.625,61 €					15.625,61 €	15.625,61 €
414220 PDR2020-031010	74.922,32 €	74.922,32 €					74.922,32 €	74.922,32 €
414221 PDR2020-031086	36.648,67 €	36.648,67 €					36.648,67 €	36.648,67 €
414222 PDR2020-031499	31.726,12 €	31.726,12 €					31.726,12 €	31.726,12 €
414223 PDR2020-031295	53.854,15 €	53.854,15 €					53.854,15 €	53.854,15 €
414224 PDR2020-031408	49.425,42 €	49.425,42 €					49.425,42 €	49.425,42 €
414227 PDR2020-031738	25.772,66 €	25.772,66 €					25.772,66 €	25.772,66 €
414228 PDR2020-031187	32.966,28 €	32.966,28 €					32.966,28 €	32.966,28 €
414229 PDR2020-031330	78.826,81 €	78.826,81 €					78.826,81 €	78.826,81 €
414230 PDR2020-031606	16.435,00 €	16.435,00 €					16.435,00 €	16.435,00 €
414231 PDR2020-031733	47.415,77 €	47.415,77 €					47.415,77 €	47.415,77 €
414232 PDR2020-031998	35.331,51 €	35.331,51 €					35.331,51 €	35.331,51 €
414233 PDR2020-031418	55.708,11 €	55.708,11 €					55.708,11 €	55.708,11 €
414234 PDR2020-030741	48.020,68 €	48.020,68 €					48.020,68 €	48.020,68 €
414235 PDR2020-031658	41.938,08 €	41.938,08 €					41.938,08 €	41.938,08 €
414236 PDR2020-031128	39.787,32 €	39.787,32 €					39.787,32 €	39.787,32 €
414237 PDR2020-031721	33.488,95 €	33.488,95 €					33.488,95 €	33.488,95 €
414238 PDR2020-031829	30.146,65 €	30.146,65 €					30.146,65 €	30.146,65 €
414239 PDR2020-031245	10.849,71 €	10.849,71 €					10.849,71 €	10.849,71 €
414240 PDR2020-032010	105.978,83 €	105.978,83 €					105.978,83 €	105.978,83 €
414241 PDR2020-031907	48.185,40 €	48.185,40 €					48.185,40 €	48.185,40 €
414242 PDR2020-032093	26.740,28 €	26.740,28 €					26.740,28 €	26.740,28 €
414243 PDR20-032682	23.657,00 €	23.657,00 €					23.657,00 €	23.657,00 €
414245 PDR2020-030783	30.776,28 €	30.776,28 €					30.776,28 €	30.776,28 €
414246 PDR2020-030857	34.641,94 €	34.641,94 €					34.641,94 €	34.641,94 €
414247 PDR2020-030980	8.522,94 €	8.522,94 €					8.522,94 €	8.522,94 €
414248 PDR2020-031161	13.692,73 €	13.692,73 €					13.692,73 €	13.692,73 €
414249 PDR2020-031179	73.028,73 €	73.028,73 €					73.028,73 €	73.028,73 €
414250 PDR2020-031396	24.314,83 €	24.314,83 €					24.314,83 €	24.314,83 €
414252 PDR2020-031442	56.761,64 €	56.761,64 €					56.761,64 €	56.761,64 €
414253 PDR2020-031908	102.658,33 €	102.658,33 €					102.658,33 €	102.658,33 €
414255 PDR2020-031690	64.832,39 €	64.832,39 €					64.832,39 €	64.832,39 €
414256 PDR-030950	20.234,52 €	20.234,52 €					20.234,52 €	20.234,52 €
414206 PDR2020-030771	11.415,39 €	11.415,39 €					11.415,39 €	11.415,39 €
414214 PDR2020-031344	26.981,40 €	26.981,40 €					26.981,40 €	26.981,40 €
414205 PDR2020-030821	42.804,63 €	42.804,63 €					42.804,63 €	42.804,63 €
POSEUR			14.695,11 €	14.691,30 €			14.695,11 €	14.691,30 €
414505 POSEUR-GESVESPA			14.695,11 €	14.691,30 €			14.695,11 €	14.691,30 €
Proder			186.282,77 €	211.069,77 €			186.282,77 €	211.069,77 €
411001 PRODER-PA49448			1.051,59 €	9.413,38 €			1.051,59 €	9.413,38 €
411003 PRODER-PA52012			42.223,77 €	42.223,77 €			42.223,77 €	42.223,77 €
411004 PRODER-PA52086			2.468,36 €	14.627,12 €			2.468,36 €	14.627,12 €
411005 PRODER-PA53110			7.240,84 €	11.468,45 €			7.240,84 €	11.468,45 €
411006 PRODER-PA53593			14.600,50 €	14.939,32 €			14.600,50 €	14.939,32 €
411007 PRODER-PA53643			35.768,52 €	35.768,54 €			35.768,52 €	35.768,54 €
411008 PRODER-PA54103			11.832,71 €	11.832,71 €			11.832,71 €	11.832,71 €
411009 PRODER-PA54347			29.937,62 €	29.937,62 €			29.937,62 €	29.937,62 €
411010 PRODER-PA54971			29.916,02 €	29.916,02 €			29.916,02 €	29.916,02 €
411011 PRODER-PA57153			11.242,85 €	11.242,84 €			11.242,85 €	11.242,84 €
SAICT/FCT		600.669,28 €						600.669,28 €
414103 FCT-LX-FEDER-028760		53.601,50 €						53.601,50 €
414104 FCT-FEDER-028659		55.457,74 €						55.457,74 €

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

15 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

- (i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- (ii) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- (iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não ocorreram movimentos na rubrica de provisões para além das relatadas no ponto 0viii):

15.3 PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes a 31 de dezembro de 2018 não sofreram modificações face ao exposto em 0viii).

Foram, contudo, no âmbito dos adiantamentos a projetos PDR2020 anteriormente detalhados, adicionalmente reconhecidos como passivos financeiros, as garantias emitidas sobre adiantamentos de 48 projetos de investigação em curso conforme relação abaixo:

Valor Limite DO PROJETO	Coordenador do Projeto (IR)	Montante GARANTIA	Data emissão	SNC-AP DESIGNAÇÃO
4.742.504,24 €	Entidade Beneficiária: IFAP	1.783.295,82 €		
114.145,67 €	Maria de Lurdes Nunes Silva Inácio	42.804,63 €	06/03/18	Projeto 414205 PDR2020-101-030821 - MaisSolo
30.441,04 €	António Pedro Louro Martins	11.415,39 €	06/03/18	Projeto 414206 PDR2020-101-030771-LACTIES
33.553,00 €	Edmundo Manuel Rodrigues de Sousa	12.582,55 €	06/03/18	Projeto 414207 PDR2020-101-030965-BioPest
77.807,23 €	Edmundo Manuel Rodrigues de Sousa	29.177,71 €	06/03/18	Projeto 414208 PDR2020-101-032086-GI(PiN)
18.957,46 €	António Pedro Louro Martins	7.109,05 €	06/03/18	Projeto 414209 PDR2020-101-031005-iCheese
36.327,03 €	Pedro Nogueira Brás de Oliveira	13.622,63 €	06/03/18	Projeto 414211 PDR2020-101-031116-Valorização integrada do sabugueiro
45.700,39 €	Marta Maria Moniz Nogueira Abreu	17.137,65 €	18/04/18	Projeto 414212 PDR2020-101-031865-ProEnergy
89.678,61 €	Maria Helena Pires Bragança	33.629,48 €	06/03/18	Projeto 414213 PDR2020-101-031061-Mais PrevCRP
71.950,41 €	Edmundo Manuel Rodrigues de Sousa	26.981,40 €	18/04/18	Projeto 414214 PDR2020-101-031344-UNDERCORK
20.092,94 €	Maria Augusta Fernandes Pereira da Costa de Sousa	7.534,85 €	06/03/18	Projeto 414215 PDR2020-101-031071-OakReGeneration
15.094,58 €	Ana Sofia Vieira Dias de Almeida	5.660,48 €	06/03/18	Projeto 414216 PDR2020-101-030838-Biofortificação de trigo mole
166.317,76 €	Maria Teresa Paes Vacas de Carvalho Ponce Dentinho	62.369,16 €	06/03/18	Projeto 414217 PDR2020-101-030988-SubProMais
190.602,57 €	Ana Cristina Pires Moreira	71.475,96 €	06/03/18	Projeto 414218 PDR2020-101-031496-Declínio do Montado no Alentejo
41.668,29 €	António Pedro Louro Martins	15.625,61 €	06/03/18	Projeto 414219 PDR2020-101-031018-SerpaFlora
199.792,85 €	José Manuel Couto Silvestre	74.922,32 €	06/03/18	Projeto 414220 PDR2020-101-031010-WineClimAdapt
97.729,78 €	Isabel Maria Vitória Duarte Maças	36.648,67 €	06/03/18	Projeto 414221 PDR2020-101-031086-OLEOCOLZA
84.602,99 €	Marta Maria Moniz Nogueira Abreu	31.726,12 €	06/03/18	Projeto 414222 PDR2020-101-031499-GreenTASTE
146.430,34 €	Carla Maria Cadete Martins Moita Brites	53.854,15 €	06/03/18	Projeto 414223 PDR2020-101-031295-QUALIMILHO
131.801,11 €	Esmeraldina Nascimento Agostinho Sousa	49.425,42 €	06/03/18	Projeto 414224 PDR2020-101-031408-FDCONTROLLO
111.711,33 €	Claudia Verónica Sánchez Lara	41.891,75 €	06/03/18	Projeto 414225 PDR2020-101-031742-SafeApple
18.633,24 €	Paulo Filipe de Almeida de Brito da Luz	6.987,47 €	06/03/18	Projeto 414226 PDR2020-101-031866-AGIR
68.727,10 €	Joana Segurado Pimenta Godinho	25.772,66 €	06/03/18	Projeto 414227 PDR2020-101-031738-DivInA
87.910,07 €	Edmundo Manuel Rodrigues de Sousa	32.966,28 €	06/03/18	Projeto 414228 PDR2020-101-031187-Mais Pinhão
210.204,83 €	Maria da Encarnação Ferreira Marcelo	78.826,81 €	06/03/18	Projeto 414229 PDR2020-101-031330-FERTIPINEA
43.826,67 €	Miguel António Leão de Sousa	16.435,00 €	11/05/18	Projeto 414230 PDR2020-101-031606-MACFERTIQUAL
126.442,06 €	Joana Segurado Pimenta Godinho	47.415,77 €	06/03/18	Projeto 414231 PDR2020-101-031733-PoliMax
94.217,37 €	Isabel Maria da Silva Monteiro Miranda Calha	35.331,51 €	18/04/18	Projeto 414232 PDR2020-101-031998-Mais Arroz
148.554,95 €	Ana Sofia Rosa Bagulho	55.708,11 €	06/03/18	Projeto 414233 PDR2020-101-031418-Valorização de trigo duro
128.055,15 €	Ana Rita Pereira da Costa	48.020,68 €	06/03/18	Projeto 414234 PDR2020-101-030741-Trigos BTP
111.834,88 €	Ana Maria Barata Silva	41.938,08 €	06/03/18	Projeto 414235 PDR2020-101-031658-ConVIGNA
106.099,52 €	Renato Nuno Pimentel Carolino	39.787,32 €	06/03/18	Projeto 414236 PDR2020-101-031128-Go BovMais
89.303,87 €	Pedro Nogueira Brás de Oliveira	33.488,95 €	06/03/18	Projeto 414237 PDR2020-101-031721-CompetitiveSouthBerries
80.391,06 €	Olga Mafalda Salvador Conde Moreira	30.146,65 €	06/03/18	Projeto 414238 PDR2020-101-031829-GOEfluentes
28.932,55 €	Maria da Conceição Pinto Baptista Gonçalves	10.849,71 €	25/09/18	Projeto 414239 PDR2020-101-031245-GO SOLO
282.610,20 €	Maria de Fátima Sousa Calouro	105.978,83 €	06/03/18	Projeto 414240 PDR2020-101-032010-NUTRISUBER
128.494,40 €	Maria Elvira Semedo Pimentel Saraiva Ferreira	48.185,40 €	06/03/18	Projeto 414241 PDR2020-101-031907- Mais BDMIRA
71.307,42 €	Alberto Macedo de Azevedo Gomes	26.740,28 €	06/03/18	Projeto 414242 PDR2020-101-032093-BioChorume
47.315,36 €	Maria Emília Catarino Correia	23.657,00 €	23/11/17	Projeto 414243 PDR2020-2024-032682-Agri Innovation Summit 2017
82.070,08 €	Rui Manuel Maia de Sousa	30.776,28 €	18/04/18	Projeto 414245 PDR2020-101-030783 - FIGO PRODUÇÃO
92.378,50 €	Isabel Maria da Silva Monteiro Miranda Calha	34.641,94 €	11/05/18	Projeto 414246 PDR2020-101-030857 - HORTINFO
22.727,83 €	Alberto Macedo de Azevedo Gomes	8.522,94 €	11/05/18	Projeto 414247 PDR2020-101-030980 - EGIS
36.513,94 €	Edmundo Manuel Rodrigues de Sousa	13.692,73 €	25/09/18	Projeto 414248 PDR2020-101-031161 - FITOGLOBULUS
194.743,29 €	José Manuel Bento Santos Silva	73.028,73 €	18/04/18	Projeto 414249 PDR2020-101-031179 - LEGFORBOV
64.839,54 €	Edmundo Manuel Rodrigues de Sousa	24.314,83 €	29/03/18	Projeto 414250 PDR2020-101-031396 - PLATISOR
151.364,36 €	Miguel António Leão de Sousa	56.761,64 €	06/03/18	Projeto 414252 PDR2020-101-031442 - OPTIMAL
273.755,54 €	Pedro Manuel Barbosa Vasconcelos Jordão	102.658,33 €	18/04/18	Projeto 414253 PDR2020-101-031908 - NUTRIOLEA
172.886,37 €	João Augusto Marques de Almeida	64.832,39 €	11/05/18	Projeto 414255 PDR2020-101-031690 - CHILDLAMB
53.958,71 €	Maria Helena Pires Bragança	20.234,52 €	25/09/18	Projeto 414256 PDR2020-101-030950 - Biochestnut

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

ATIVOS CONTINGENTES

Conforme exposto em nota 0viii) os ativos contingentes em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

N.º PROC. JUDICIAL	TRIBUNAL	NATUREZA	AUTOR/REQUERENTE CREDOR	RÉU/REQUERIDO DEVEDOR/INSOLVENTE	IMPORTÂNCIA ENVOLVIDA	FASE ATUAL	PERSPETIVA	INFLUXO	SNC-AP NCP15
1661/17.7T8MMN-E	T. MONTEMOR NOVO	CIRE	INIIV	cliente	36.757,08 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
1076/18.0T8VFX	T. VILA FRANCA XIRA	CIRE	INIIV	cliente	2.382,51 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
2244Q/16.T8LSB 1*	T. LISBOA	CIRE	INIIV	cliente	206,64 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
2025/16.5T8STR	T. SINTRA	CIRE	INIIV	cliente	912,25 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
3856/16.1T8BRR	T. BARREIRO	CIRE	INIIV	cliente	53,04 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
162/16.5T8LRA	T. LEIRIA	CIRE	INIIV	cliente	36,90 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
4659/16.9T8T8B-C	T. SETÚBAL	CIRE	INIIV	cliente	365,62 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
3025/15.8T8STR	T. SINTRA	CIRE	INIIV	cliente	217,33 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
1291/13.2TYLSB-B	T. LISBOA	CIRE	INIIV	cliente	417,32 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
1360/15.4T8BJA	T. BEJA	CIRE	INIIV	cliente	15.903,15 €	Tramitação Processual Recuperação/Reestruturação/Pagamento	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
2336/12.9TYLSB	T. LISBOA	CIRE	INIIV	cliente	779,53 €	a)	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
740/13.4T8STR	T. SINTRA	CIRE	INIIV	cliente	31.824,71 €	b)	Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
392/13.1TYLSB	T. LISBOA	CIRE	INIIV	cliente	c)		Indefinido	INCERTO	ATIVO CONTINGENTE
					89.856,08 €				

a) No GAJ existe um escritório do Adm. Judicial de Insolvência.

b) processo conduzido pelo DRFP

c) Apresentado pedido de Insolvência com recuperação

16 EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

O Instituto reconhece as transações em moeda estrangeira às taxas de câmbio das datas das referidas transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas para as taxas de câmbio da data de fecho.

Os itens não monetários mensurados ao custo histórico por uma moeda estrangeira mantêm o valor transposto à data da transação, não sendo atualizados. Os itens não monetários mensurados ao justo valor numa moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio à data em que os justos valores foram determinados.

16.3 DIFERENÇAS DE CÂMBIO RECONHECIDAS NOS RESULTADOS

As diferenças de câmbio resultantes das transposições atrás referidas são reconhecidas nos resultados do período em que ocorram. Não se verificou informação a reportar no período.

16.4 MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda de apresentação é o Euro.

17 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 30/05/2019 pelo Conselho Diretivo do INIIV I.P.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS**18.3 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE MENSURAÇÃO**

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pelo Instituto quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Sempre que aplicável, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse do Instituto.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

18.21 PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL EM ENTIDADES QUE SEJAM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS OU ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

As participações detidas pelo INIAV não sofreram qualquer modificação entre 31/12/2018 e 31/12/2017 à exceção do já exposto no ponto 0iii), apresentado a seguinte constituição:

IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO		PARTICIPAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		
Denominação Social	Quant.	Valor Nominal		%
		Unit.	Global	
Cooperativa Tapada Nacional de Mafra	8.160	5,00 €	40.800,00 €	51,00%
CTC - Centro Tecnológico de Citricultura	179	500,00 €	89.500,00 €	26,13%
COTArroz - Centro Operativo e Tecnológico do Arroz	20	250,00 €	5.000,00 €	15,00%
COTHN - Centro Operativo e Tecnológico Horticultura Nacional	20	250,00 €	5.000,00 €	14,29%
IBET-Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	30	5.000,00 €	150.000,00 €	13,27%
COTR - Centro Operativo e Tecnológico do Regadio	7	500,00 €	3.500,00 €	5,51%
CEPPAL - Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Alentejo	0	500,00 €	- €	0,00%
PARTICIPAÇÕES TOTAIS			293.800,00 €	

19 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.21 BENEFÍCIOS DEFINIDOS

a) Política contabilística

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais que decorram da aplicação legal.

Todo o pessoal ao serviço do Instituto foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

Gastos em Benefícios dos Empregados		
Designação		31/12/2018
63 Gastos com pessoal:		21.180.077,61
631 Remunerações dos órgãos sociais e de gestão		183.339,43
6311 Remunerações certas e permanentes		175.425,37
Órgãos - Remuneração base		132.925,32
Órgãos - Subsídio de férias		27.920,77
Órgãos - Subsídio de natal		10.112,61
Órgãos - Subsídio de refeição		3.067,11
Órgãos - Suplementos e prémios		1.399,56
6312 Abonos variáveis ou eventuais		7.914,06
Subsídio e abono de fixação, residência e alojamento		7.228,80
Ajudas de custo		685,26
632 Remunerações do pessoal:		16.568.324,22
6321 Remunerações certas e permanentes		16.509.091,88
63211 Remuneração base		12.462.613,13
Pessoal em nomeação definitiva e ctfp tempo indeterminado		10.645.812,36
Pessoal em contrato indiv trabalho termo resolutivo incerto		27.498,72
Pessoal em contrato indiv trabalho termo resolutivo certo		105.441,93
Pessoal em comissão de serviço Dirigentes		626.238,04
Pessoal em qualquer outra situação		1.057.622,08
Pessoal - Subsídio de férias		2.265.910,37
Pessoal - Subsídio de natal		1.080.079,25
Pessoal - Despesas de representação		72.138,08
Pessoal - Subsídio de refeição		628.171,77
Pessoal - Outras		179,28
6322 Abonos variáveis ou eventuais		59.232,34
Ajudas de custo		33.015,17
Trabalho extraordinário		16.467,54
Abono para falhas		4.444,64
Outros abonos variáveis		5.304,99
634 Indeminizações		34.456,91
6342 Pessoal		34.456,91
Pessoal - Abonos devidos pela cessação de contratos		34.456,91
635 Encargos sobre remunerações:		3.880.511,29
Sistemas de proteção social		3.880.511,29
636 Acidentes no trabalho e doenças profissionais.		11.460,35
Acidentes no trabalho		11.460,35
637 Gastos de ação social		9.021,96
Serviços Sociais da Administração Pública		9.021,96
639 Outros encargos sociais		492.963,45
Remunerações por doença		322.884,41
Subsidios de parentalidade		12.996,61
6393 Pessoal em reserva ou a aguardar aposentação		21.152,37
Pessoal a aguardar aposentação		21.152,37
Outras pensões		101.746,14
Subsídio familiar a crianças e jovens		19.965,07
Outras prestações familiares		14.082,22
Seguros com o pessoal		136,63

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

20 DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

20.21 DIVULGAÇÃO DE CONTROLO

O INIAV I.P., em 31 de dezembro de 2018, tinha controlo sobre a seguinte entidade:

Entidade Controlada	Sede
Cooperativa Tapada Nacional de Mafra	Estrada do Coudeçal, Mafra

20.22 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Não ocorreram transações entre partes relacionadas ou controladas no período de relato

20.6 PESSOAS-CHAVE DA GESTÃO

Em 31 de dezembro de 2018, as pessoas-chave da gestão eram constituídas por:

Valores anuais por elemento

Cargo	Número de pessoas	Remuneração	Outras remunerações e compensações	Empréstimos	Benefícios diretos e indiretos
Presidente do CD	1	52.705,94	16.564,80	n.a.	n.a.
Vogal do CD	2	44.435,30	7.005,72	n.a.	n.a.
Diretor Financeiro	1	35.743,96	3.734,52	n.a.	n.a.

22 INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

g) Resumo da informação financeira sobre a entidade controlada

Em adição ao exposto nos pontos 0iii) e 18, transpõe-se, abaixo, o Balanço da Cooperativa Tapada Nacional de Mafra reexpresso em SNC-AP para o período de relato de 2018.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

BALANÇO TAPADA NACIONAL DE MAFRA			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		166.603	103.460
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis		7.394	14.788
Ativos biológicos			
Investimentos financeiros		1.166	767
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
		175.163	119.015
Ativo corrente			
Inventários		22.951	18.319
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes		34.555	59.531
Estado e outros entes públicos		7.551	6.772
Acionistas/sócios/associadas			
Outras contas a receber		282.003	51.576
Diferimentos		2.877	961
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos		383.283	333.557
		733.220	470.718
TOTAL DO ATIVO		908.384	589.733
PATRIMÓNIO LIQUIDO			
Património/Capital		80.000	80.000
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		367.908	131.365
Resultados transitados			-40.348
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		41.980	62.317
Resultado líquido do período		311.677	276.890
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO		801.566	510.226
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		-	-
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores		26.822	19.092
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		17.414	20.083
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar			
Diferimentos		1.186	
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros		61.395	40.332
TOTAL DO PASSIVO		106.818	79.507
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO E PASSIVO		908.384	589.733

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

23 DIFERIMENTOS

Em observação ao princípio da especialização preconizado, procedeu-se ao diferimento de gastos e rendimentos do exercício conforme detalhe infra:

Diferimentos de Gastos e Rendimentos	
Designação	Sdev
281 Gastos a reconhecer	225.320,25
Outros - Faturas em Conferência & Receção	158.213,44
Gastos a reconhecer - Economato	65.334,66
Outros gastos a reconhecer - diferimentos	1.772,15
282 Rendimentos a Reconhecer	3.860.942,35
Subsídios de capital obtidos condicionados	481.231,25
Outros Rendimentos a reconhecer - PROTOCOLO CMO V.CARCAVELOS	3.379.711,10

24 OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

As contas a receber e pagar em DF's do período de relato, traduzem os direitos sobre entidades terceiras, destacando-se o montante 757.513€ correspondente a serviços laboratoriais relativos à execução dos planos de controlo oficial contratualizados com a DGAV para 2018 e realizados no último trimestre daquele ano e, como tal, refletidos nos rendimentos do exercício. A faturação destes serviços ocorreria, contudo apenas no 1º trimestre de 2019.

As contas a pagar observam a periodização económica nomeadamente de benefícios adquiridos com empregados (subsídio de férias e férias 2018), no montante de 2.792.076,84€, assim como a especialização de gastos do exercício.

Conforme ainda referido nos pontos 0, 18 e 20, encontram-se escrituradas as participações em capital de participadas, as respetivas subscrições de capital não liberadas a 31/12/2018

Outras contas a receber		31/12/2018
201 Credores - Transfer e Subsid Não Reembolsáveis Obtidos (OE)		17.958,15
Fundação Para Ciência E Tecnologia , Ip		17.939,78
Direcção Geral do Orçamento		18,37
2721 Devedores por acréscimos de rendimentos		757.513,87
Outros acréscimos de rendimentos		757.513,87
Outras contas a pagar		31/12/2018
2722 Credores por acréscimos de gastos		2.951.617,65
Acréscimos de Gastos - Remunerações a Liquidar		2.792.076,84
Outros acréscimos de gastos		159.540,81
Participações de capital		31/12/2018
275 Credores por subscrições não liberadas		293.800,00
TNM - Subscrições não liberadas		40.800,00
CTC - Subscrições não liberadas		89.500,00
COTARROZ - Subscrições não liberadas		5.000,00
COTHN - Subscrições não liberadas		5.000,00
IBET - Subscrições não liberadas		150.000,00
COTR - Subscrições não liberadas		3.500,00
278 Outros Devedores e Credores		68.971,04
Outros devedores - OUTROS		68.971,04

25 FORNECEDORES

A dívida corrente a fornecedores encontra-se integralmente realizada em Faturas em Receção & Conferência, no montante total de 158.213,44€, atento ao disposto quanto a inventários da atividade

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

core (reagentes e consumíveis e laboratório) e ao transitório corte antecipado de operações registado em ano de transição de norma contabilística e consolidação de ERP.

26 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O montante escriturado como dívidas a pagar ao Estado, no montante de 57.387,29€ respeita integralmente ao Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) do período findo e a regularizar junto da Autoridade Tributária no período subsequente.

27 OUTROS RENDIMENTOS

O montante refletido em outros rendimentos, apresenta, conforme abordado no ponto 13

O seguinte detalhe:

Outros Rendimentos		31/12/2018
78 Outros rendimentos e ganhos		76.402,95
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento		37.550,40
Aluguer Salas e Auditórios		500,00
Alojamento Residencias		37.050,40
Outros rendimentos suplementares		37.593,33

28 OUTROS GASTOS

Conforme decorre do refletido em Demonstração do Fluxo de Caixa, os Outros Gastos, no montante global de 95.295,85€ refletem o seguinte detalhe

Outros Gastos		
Designação		31/12/2018
68 Outros gastos e perdas		89.491,06
Taxas		13.493,39
Outras correções relativas a períodos anteriores		40.305,67
Quotizações institucionais		35.692,00
69 Gastos e perdas por juros e outros encargos		5.804,79
Remuneração de depósitos no Tesouro		354,68
Outros		5.450,11

P'IO Conselho Diretivo do INIAV I.P.

Oeiras, 31 de maio de 2019



(Helder Barreto)

Vogal do CD para a Área Administrativa e Financeira



Instituto Nacional de
Investigação Agrária e
Veterinária, I.P.



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

AGRICULTURA, FLORESTAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL